

O time de
OPINIÃO
está na
página 4.



Francisco Weffort



Roberto Motta



Paulo Skromov

EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 75 - Cr\$ 20,00 - 2 A 8 DE AGOSTO DE 1979

toda a cobertura
sobre o mais
violento confronto
social desde 1968



Fernando Cabral



Belo Horizonte, uma praça de guerra. Eis a «abertura» para os trabalhadores:

Ditadura mata operário

Greve na construção civil. Governo tenta impedir assembleia. Passeata. Provocações da repressão. Operários reagem. Bombas. Tiros. Morte. Belo Horizonte vira uma praça de guerra. Antigo campo do Atlético é tomado pela massa. É decidida a continuidade da greve. Começa a ser vencida a intransigência patronal.

Páginas 6 e 7



Ato Público no Rio de Janeiro



Solidariedade aos trabalhadores de MG: dois mil manifestantes no centro de São Paulo.

PT

O Partido dos Trabalhadores sai às ruas: o ato de lançamento regional do PT em Minas, no último dia 28. E mais: o que as organizações clandestinas da esquerda acham da proposta dos sindicalistas.

PTB

Os trabalhistas racharam no Rio Grande do Sul. Agora são duas entidades, uma agrupando a ala esquerda e outra a direita, que estão disputando o privilégio de Brizola.

Mas, com quem ficará o dr. Brizola?

PT e PTB na página 5

Luta armada

Por que a esquerda partiu para a luta armada no Brasil? Leia o balanço feito por Cesar Queirós Benjamin, conhecido como "o menino", que ironicamente se qualifica como "um terrorista que, por uma casualidade jurídica, está andando livremente pelas ruas do Brasil".

Página 10

Greve de fome carrega anistia para as ruas

O dia-a-dia da greve de fome dos presos do Rio e as duas semanas da campanha, em termos nacionais: o governo tende a recuar. Página 9

Reaja junto conosco

No último dia 8, a sucursal do jornal EM TEMPO em Belo Horizonte sofria o terceiro atentado terrorista. 10 litros de ácido foram jogados sobre as instalações, destruindo parte das máquinas e arquivos. Dia 13, por determinação das autoridades abria-se inquérito para apuração dos responsáveis. Testemunhas depuseram indicando vários suspeitos. Até agora, nada. O inquérito parou. Mas, neste período, continuamos recebendo solidariedade de vários pontos do país bem como do exterior. E a campanha de finanças que lançamos já deu resultados: máquinas de escrever e contribuições em dinheiro têm nos ajudado bastante. Obrigado, leitores. A campanha continua. (A Diretoria)

Nicarágua

«A burguesia? Ah! participa do governo. Mas não está no poder»

Repórter do EM TEMPO ouve com exclusividade membro da Coordenação da Frente Sandinista no Panamá. Ele faz parte da tendência "Guerra Popular Prolongada". Nicarágua é o tema do DEBATE desta semana. Página 12

Código de Trabalho

O grande problema do Direito do Trabalho é, sem dúvida, a sua ambigüidade. Apesar de ter surgido como conquista dos próprios operários ele tem como finalidade regulamentar a relação Capital x Trabalho e, portanto, supõe a manutenção dessa forma de exploração. Sendo assim, quanto menos limitações contiver a legislação trabalhista tanto melhor para os trabalhadores. Por isso tem razão Werneck Vianna (em entrevista ao EM TEMPO, n.º 72) quando afirma que a CLT atual deve ser substituída por um Código do Trabalho que contenha apenas aqueles princípios (pleno direito de greve, contratação coletiva, etc.) que efetivamente interessam a classe operária.

Acontece que na enumeração e no desenvolvimento desses princípios, às vezes a vaca vai pro brejo. Como é o caso das propostas de Werneck Vianna.

A começar pela questão da estabilidade absoluta, ou direito ao emprego desde o primeiro dia de trabalho, que Werneck quer substituir por um "controle da rotatividade", uma vez que a estabilidade absoluta golpeia fundo o sistema capitalista.

Werneck afirma ser fantasia pensar em conseguir estabilidade absoluta mas a fórmula alternativa que ele propõe tem um problema sério: cria uma nova forma de romper a solidariedade da classe operária além daquelas inúmeras outras formas através das quais o capital procura levar os operários a competirem entre si.

Que a estabilidade absoluta seja um problema para os patrões, ninguém vai negar — mas eles que se virem para enfrentar o que os operários conquistarem.

A outra questão equivocadamente discutida por Werneck Vianna é a da contribuição sindical ou antigo imposto sindical. Toda a argumentação por ele desenvolvida a favor da permanência da contribuição sindical não cola. Os sindicatos brasileiros, mesmo os mais combativos, tiveram até agora que arcar com vários itens da reposição da força de trabalho (como assistência médica, dentária, lazer, etc) primeiro, porque os salários mesmo antes do archo nunca foram grande coisa no Brasil; segundo, porque o movimento operário e sindical aqui não conseguiu impor aos patrões e ao Estado a obrigação de arcarem com os chamados seguros sociais. O que o atual momento de ascensão das lutas dos trabalhadores também coloca na ordem do dia é a bandeira de conquista de uma previdência social como a que a classe operária de outros países — Bélgica, Inglaterra, por exemplo — já conseguiu. Isso abriria espaço para os sindicatos voltarem a desempenhar seu clássico papel de entidade de luta, abandonando a característica assistencial que lhes foi imposta.

Esses são os dois pontos mais problemáticos da proposta de Werneck. Sem falar que ele parece aceitar os PIS e PASEP's, além do FGTS, pois fala em "participação no BNH" sem falar de alteração no funcionamento deste, isto é, sem dizer que a questão da habitação também é um problema a ser resolvido com seguros sociais e melhores salários em lugar dessa picaretagem de os operários brasileiros continuarem a financiar seja a casa para seus patrões e agregados, seja os investimentos de empresas para as quais são repassados os recursos do FGTS.

Sandra Starling

Unidade sindical

Muito se tem falado ultimamente a respeito da unidade sindical. E é com bons olhos que vejo, da parte de grupos de ativistas sindicais que se organizam como "oposições sindicais", os apelos no sentido da unidade entre os dirigentes sindicais e as "oposições". Digo que vejo com bons olhos, porque há muito pouco tempo, para estes grupos, bastava que alguém ocupasse a diretoria do sindicato para ser taxativamente chamado de pelego-sem-discussão. Na verdade, as "oposições" não acreditavam que o sindicato pudesse ser transformado num instrumento efetivo de luta do trabalhador. Negavam o sindicato, queriam construir um outro, e se atraíam com raiva cega contra todos aqueles que lutavam para transformar os sindicatos.

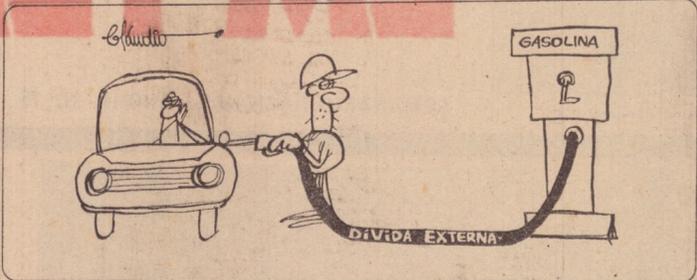
Mas os tempos são outros. Agora, pelo menos parte dos integrantes das oposições fala em "unidade" com os dirigentes sindicais autênticos. Fala em unidade justamente com aqueles que ontem eram alvo de suas calúnias porque ousaram acreditar na capacidade da classe operária lutar para libertar seus sindicatos e ser vitoriosa na luta.

Além disso mais produtivo para a luta da classe operária se estes ativistas ao invés de se organizarem a parte, como "oposições", estivessem dentro dos departamentos, das comissões de salário das delegações sindicais, em suma, de todas as esferas de ação dos sindicatos. E que ninguém diga que isto é impossível, "que o pelego não deixa" e chororôs do gênero — sem antes haver tentado. Impossível mesmo é construir uma nova estrutura sindical sem ser pelo caminho de ir libertando passo a passo a atual estrutura dos controles ministeriais. E as "oposições" têm tentado fazer isso, inutilmente, há muitos anos. Com paciência, firmeza e, principalmente, deixando de lado as propostas de ação que não correspondam à atual correlação de forças dos companheiros verão que, na grande maioria dos casos, a ação dos ativistas "por cima", combinada com a pressão das massas "por baixo", arrastará para o terreno das posições combativas, os dirigentes vacilantes e pelegos, impedindo que eles quebrem a unidade do movimento.

Em terceiro lugar é necessário que estes companheiros desenvolvam com muita abnegação o trabalho sindical dentro das fábricas. Mas desenvolvam mesmo, pois falar em trabalho nas fábricas as "oposições" falam bastante. No entanto se o fizerem corretamente de fato teremos menos a reclamar dos "pelegos".

Companheiros das "oposições": o buraco, sem dúvida, é mesmo mais embaixo. Apaguem da testa este rótulo que, fora das épocas de eleições só serve mesmo para atrapalhar, arrastem as mangas e trabalhem arduamente dentro dos seus sindicatos. Recuperem o tempo perdido pelos seus sucessivos erros e verão como é possível realizar a unidade sindical entre os sindicatos por nós dirigidos, e aqueles dois quais vocês participam, a despeito da vontade dos dirigentes pelegos que por ventura estejam ocupando as suas direções.

João Carlos Araújo dos Santos
(Presidente do Sindicato dos Petroquímicos de Caxias)



Mais uma de português

Quando a gente estiver em guerra, já sabemos, vamos pedir auxílio à Força Aérea Portuguesa, mas não para ajudar a gente e sim os inimigos. Acontece que alguns jatos supersônicos, que estavam sendo utilizados para treinamento, confundiram seu alvo e quase acertaram o comando militar português, que

estava reunido com mais de 200 oficiais, além de representantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Dois caedetes ficaram gravemente feridos.

Então, em relação à Força Aérea Portuguesa, o melhor mesmo é ser inimigo. (O. F.)

Cidade maravilhosa

As professoras de história do curso ginasial, antes de 1964, quando falavam da decadência do Império Romano, faziam um ar de quem ia falar um absurdo e diziam: em Roma, quando não tinham mais sobre o que cobrar impostos, começaram a cobrar impostos sobre a urina! Absurdo não é?

No Brasil, há muito pagamos uma taxa de esgotos que não é tão diferente assim do imposto romano sobre a urina, o que talvez indique que a mentalidade de quem cobra impostos não mudou muito.

No Rio de Janeiro, o Nero carioca (que não incendiou a cidade mas fez tudo para destruí-la) Marcos Tamoyo, foi além de seus ancestrais romanos: passou a cobrar também uma

taxa de lixo que na realidade era uma dupla cobrança, pois os impostos municipais já incluem essa taxa.

Mas, a infelicidade dos cariocas não parou aí. Já que é para seguir mais exemplos, a Secretaria de Segurança resolveu dar sua contribuição, estudando a cobrança de uma taxa de segurança que diz ser nos moldes da taxa de lixo, mas parece ser mais nos moldes de Chicago em 1930. Então, além dos impostos que o carioca paga para sustentar inclusive a polícia, ele vai ter que pagar uma taxa ao Al Capone, ou melhor, para o governo carioca, para não ser assaltado. Ao que parece, torço o know-how histórico mundial do achamento e tá sendo desenvolvido no Rio de Janeiro. (O. F.)

Falta de petróleo ou de vergonha

O governo chegou à conclusão que é preciso economizar combustíveis, uma conclusão a que poderia ter chegado muito tempo antes. Mas, mesmo depois de descobrir a América, ele continua ignorando o ouro de Colombo: é preciso um tipo de transportes que gaste menos energia que os utilizados. Não, nem tanto: o transporte hidroviário, ou seja, feito por embarcações não é segredo para ninguém, a não ser para o governo brasileiro e para as filiais das multinacionais que lucram com o transporte rodoviário no Brasil.

Com a energia gasta para transportar 150 kg de carga através de rodovias, pode-se transportar 600 kg por ferrovia e 4.000 mil quilos por via aquática. A energia produzida por 1 kg de carvão, por exemplo, permite transportar, em um quilômetro, 6,5 toneladas sobre rodovia e 40 toneladas sobre ferrovia e 40 toneladas sobre aqua (tô sofisticado hoje).

Mas, o que o governo faz para solucionar a crise? Enche os rios de barcos, constrói ferrovias? Não, não. Nada disso. Como ficaram nossas queridas mul-

tinacionais se ele fizer isso? Então, o governo abre estradas e mais estradas de rodagem por todo lado, enquanto vai acabando com as ferrovias e com a navegação. O transporte por barcos, que deveria ser dos mais comuns e mais baratos virou coisa de turistas riquíssimos. Quem duvidar que tente, por exemplo, viajar pelo rio São Francisco, onde antes tinha um transporte fluvial regular e amplamente utilizado pela população da região e hoje os barcos só servem para turistas desvalzados e ricos. Os preços são altíssimos e a população regional, para a companhia de navegação, virou objeto exótico para americanos, alemães e uns poucos safados nacionais fotografaram e humilharam.

Por isso, e pela extinção de quase toda navegação de cabotagem (por que não transportar a enorme quantidade de carga entre as regiões litorâneas de barco?), digo: chega de conversa mole. Dêem o exemplo, que a gente segue. Não vamos ficar nós quebrando os galhos que o próprio governo criou e (nem fomos nós que escolhemos esse governo).

Proveta

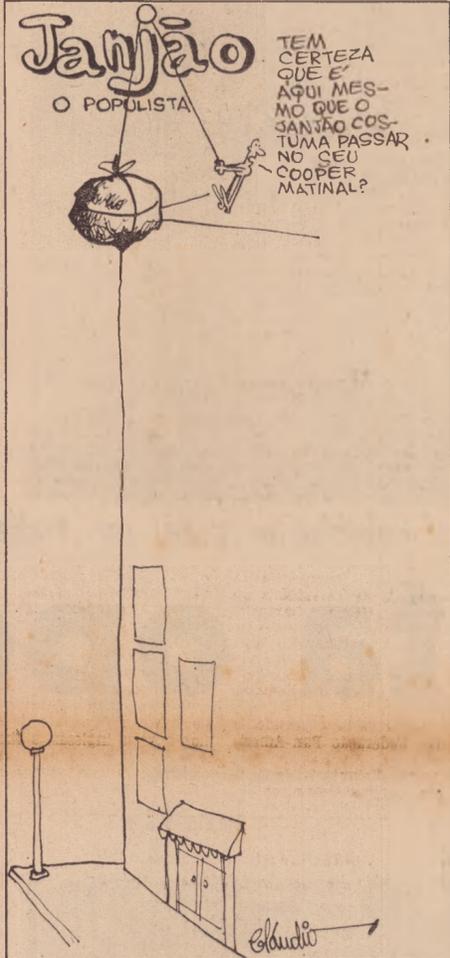
Na Inglaterra, esta semana, o primeiro bebê de proveta completou um ano e é hoje uma linda menina. Enquanto isso no Brasil, esse regime de proveta completou 15 anos e já está senil. Os senadores biónicos, por sua vez, não têm nem um ano e já eram. Aliás, quando entraram em cena eles já eram. (RVN)

Pro lado que o vento vai

O deputado Rafael Baldacci Filho (Arena-SP) já se revelou o maior virador de bandeira do país. Onde estiver o poder, lá estará sem falta o deputado que já foi janista, carvalhista (partidário do Carvalho Pinto), laudista (partidário do Natel) e outros istas. Agora — ápice de carreira — está virando malufista.

Popular

O governo está ficando mesmo é gozador. Um dia destes, deu no rádio uma informação sobre a venda de casas populares em algum conjunto que não sei qual é: 680 mil de entrada e 7 mil por mês. Vai ser popular assim no Morumbi. (RVN)



Mamando à vontade

O industrial Jorge Atalla, o famigerado ex-quase-dono da Cooperativa, está conseguindo uma coisa incrível: um empréstimo de 150 milhões de dólares, com aval do governo, para continuar fazendo suas saudades por aí. E ainda arranjou uma desculpa de "cunho social" (ull): é para não fechar suas fábricas e deixar desempregados etc, etc, etc.

Acontece que o próprio Atalla, segundo a Tribuna da Imprensa, confessou publicamente que tem grande dificuldade para pagar 5 vezes essa sua dívida, como pessoa física. Ou seja: ele pega o tute de suas empresas e passa para o seu nome particular, dando a impressão que suas

indústrias dão prejuízo (e ele aproveita até para não pagar em dia os empregados), enquanto que na verdade está havendo um desvio.

E como resolver isso? O certo seria pôr o Atalla em cana e passar para o poder públicos os seus bens, mas o governo prefere é dar ainda mais dinheiro para ele. Como vêem, valeu a pena para o Atalla dar algum dinheiro para a Operação Bandeirantes (precursores do Doi-Codi) mata esquerdistas. Em cima disso vai continuar mamando o dinheiro do povo por muito tempo, até que o exemplo da Nicarágua chegue aqui. — (MBS)

Paulistas cercados

Para um assalariado, breve será impossível sair de São Paulo em qualquer direção. Já tem pedágio nas rodovias Anhanguera, dos Bandeirantes, Anchieta, Imigrantes e Washington Luis. Para qualquer lado que se vá, é impossível não morrer com a grana: mais de 200 cruzeiros de ida e volta para o Rio de Janeiro, por exemplo. Agora, vão instalar também três postos de pedágio na rodovia Castelo Branco. O achique está institucionalizado. (RVN)

EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Raul Angiada Font, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Ailli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadal, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO: Diretor-Responsável e Secretário de Redação: Robinson Ayres. Editor-Geral: Carlos Tibúrcio.

EDITORIAIS: Nacional: F. Pereira, Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Ailli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Maria Candida, Reilton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Tom Duarte,

Guido Mantega; **Internacional:** Cândido Fernandes, Vilma Amaro, João Machado, Olga Maria Matos, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Biezer Rizzo de Oliveira, José Veiga. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador). **Arte e Produção:** Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi; **Ilustração:** Sian, Martinez, Candinho, Cláudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D. **Fotos:** Jesus Carlos, Ennio Brauns Filho; **Revisão:** Washington Magalhães, Vera Rodrigues. **Arquivo e Pesquisa:** Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte:** (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Léléo Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Villara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); **Marisa Araújo, Amarildo (Administração).** **Porto Alegre:** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Sosa (Redação); **Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração).** **Rio de Janeiro:** (Praia de Botafogo 316, Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto

A pirâmide brasileira

Está havendo por aí um papo de existência de pirâmides na Amazônia. O arqueólogo prático Roldão Pires Brandão diz que são pirâmides mesmo e muita gente diz que são apenas morros.

O arqueólogo está procurando a coisa no lugar errado. Se ele fosse a Brasília, veria lá coisa mais interessante do que pirâmides: um prédio (só um)

que o governo construiu para sede do Banco Central custou Cr\$ 1.700.000.000,00 (cruzeiros dos novos mesmos). Uma grana de deixar qualquer farão babando de inveja. Numa época de crise como a que estamos então, só mesmo os faraós de Brasília podem se dar ao luxo de deitar e rolar neste tute, às nossas custas — claro! — (RVN)



Era uma vez o litoral

O governo resolveu fazer uma coisa necessária: tomou o macho da Juréia, no litoral sul do Estado de São Paulo, onde ficam então proibida a devastação florestal e determinadas construções. Mas, tinha que haver alguma coisa por trás ou nós não não estaríamos sendo governados pelo Maluf: em troca foi concedida à empresa privada Gomes de Almeida Fernandes licença para construir uma cidade para 70 mil habitantes na praia do Rio Verde, na mesma

região, que fica dentro de uma reserva ecológica. Parece haver uma determinação: alguma coisa tem que ser estragada. Conserva-se um pedaço de litoral e tasca Gomes de Almeida Fernandes no resto. Nesse governo de especulação, não é só a especulação imobiliária que ia ficar de fora, não é? E não vai ficar mesmo. Vão acabar com tudo. O litoral de São Paulo vai ser loteamento de uma ponta na outra. Tudo para engordar as contas bancárias de alguns por aí. — (MBS)

Competição de suicídio

A polícia paulista não gosta de ficar atrás da carioca e já aderiu à última moda em matéria de prisões: o negócio é suicidar os presos. A delegacia de Perus encarregou-se de começar a onda aqui, suicidando Homero Lopes na cadeia.

Para variar, não vai dar em nada. Ninguém vai em cana a não ser, talvez, alguém que insistia em apurar a verdade. A lei e seus representantes não são do povo e sim contra o povo. (RVN)

RODRIGUES, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Orlando Guilhon Braga, Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

COLABORADORES: São Paulo: Letânia Menezes, Jorge Batista, Tibério Canuto, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Júnior, Maria Moraes, Rito Sérgio, Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Rita Kehi; Recife: Cecy Prestello, Orlando Mindello; Aracaju: David Dantas; Campinas: Maria Alice; João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos; Natal: Cláudio; Mació: Régis Cavaletti, Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 335-7773. Redação: Rua Mathews Grou, 571 Pinheiros — São Paulo — CEP 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio SP-BH-Brasília-Vitória). Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42-RJ) — Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Imprensa de São Paulo. Rua dos Italianos, 463 — Telefone: 221-6929.

aias

Correndo atrás da dívida externa

A dívida externa líquida brasileira, daqui a dez anos, em 1989, será de 136 bilhões de dólares e o pagamento de juros e amortizações dessa dívida consumirá 75% dos dólares obtidos com as exportações. É o que prevê o economista Antônio Carlos Lemgruber, da Fundação Getúlio Vargas. Essa projeção baseia-se em algumas suposições sobre a evolução das contas externas, tendo em conta a situação atual e seus possíveis desdobramentos. É evidente que em 10 anos muita coisa pode mudar e o futuro pode ser menos negro do que promete. Mas continuando as coisas como estão, a vaca estará mais perto do brejo — é o que se pode concluir.

Para este ano, o déficit previsto na conta de transações correntes (balança comercial e balança de serviços) é de 8,3 bilhões de dólares. E os responsáveis pela política econômica parecem não ter muitas opções, pelos menos para os próximos anos. Assim, na semana passada, mais uma vez se proclamou que exportar é o que importa. Na

reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico decidiu-se acelerar os estudos relativos a grandes projetos agropecuários, industriais e de mineração que possam rapidamente gerar novas receitas de exportação. Ao mesmo tempo, abandonava-se o objetivo de reduzir o volume de reservas internacionais esgotadas em algumas facilidades na obtenção de recursos externos (devidas aos grandes superávits dos países exportadores de petróleo, da Alemanha e do Japão), para expandir a dívida.

Mais uma vez, o aumento do preço do petróleo tem sido culpado por tudo. Mas nunca será demais lembrar que a soma das despesas com a importação de máquinas e equipamentos, insumos como ferro fundido e aço, fertilizantes, etc, têm um peso maior que o petróleo na pauta de importações brasileiras. E que, afinal, tudo isso não é mais que o saldo daquela farrá de uns poucos que atendeu em priscas eras, pelo apelativo de "milagre brasileiro".

Cassados de volta

O projeto de Anistia do Figueiredo tem causado efeitos até certo ponto inesperados pelo general. Um deles foi promover o reencontro entre muitas das antigas lideranças do movimento popular. Em Porto Alegre, no dia 23 de julho realizou-se uma reunião onde antigos militantes, cassados e expurgados pelos atos institucionais, se fizeram representar, organizados por categoria profissional ou empresa.

Depois de 15 anos reencontraram-se lideranças da classe operária, como os ferroviários, representando 53 operários cassados, e trabalhadores da Cia. Estadual de Energia Elétrica e Petróleo, que eram os setores mais mobilizados quando veio o golpe de 66. Mas não estavam presentes só os operários. Os militares, organizados na AMPLA, que reúne sargentos, tenentes, capitães, e até um general estiveram presentes e ponderaram, através de seu porta-voz Alfredo Daudt que apesar do caráter restrito da anistia e da luta necessária para sua ampliação, não poderiam esquecer daqueles companheiros em precárias condições de vida e

que, para sobreviver, se viam obrigados a recorrer a comissão de readmissão.

Os vereadores Marcos Klassman e Glenio Peres, cassados em 1977 também manifestaram seu repúdio ao projeto de anistia mas advertiram que sua situação era particular. Estavam entre os vereadores mais votados nas eleições de 76 e seus mandatos ainda não terminaram. Sua posição é de que, quando publicarem no Diário Oficial a Anistia, os dois se apresentarão à Câmara Municipal, sem audiências ou Comissões, para assumirem seus cargos.

A reunião durou três horas e no final foram tiradas duas comissões integradas por representantes dos ferroviários, trabalhadores da CEEE, Petróleo, Banco do Brasil, funcionários públicos, professores universitários e secundaristas; uma delas irá a Brasília, nos dias de discussão do projeto de anistia pelo Congresso. A outra se encarregará de algo inédito — um ato público dos cassados em repúdio a Anistia de Figueiredo.

(Sucursal de Porto Alegre)

A primeira morte de Herzog

No dia 15-7-71, quinta-feira, alguns homens chegaram à rua Itapura n.º 1, em Santos, e se apresentaram a D. Iracema da Rocha Merlino como se fossem amigos de seu filho Luis Eduardo da Rocha Merlino. Agentes da Operação Bandeirantes - OBAN (Hoje DOI-CO-DI-II EX), na verdade, intimaram Merlino a ir até São Paulo para prestar "alguns esclarecimentos". Cinco dias após sua prisão Merlino estava morto.

O documento de apresentação da Ação Declaratória proposta em 31-7-79 por D. Iracema, responsabilizando a União Federal pela prisão arbitrária de Merlino, pelas torturas a que foi submetido e por sua morte e consequente obrigação de indenizá-la, por danos morais e materiais, chama a história de Merlino de "A primeira morte de Herzog". Merlino e Herzog, diz o documento, morreram no mesmo lugar, agonzaram no mesmo lugar, foram torturados no mesmo lugar, possivelmente pelas mesmas pessoas, ou pessoas diferentes mas que, como se sabe, deixavam umas às outras os mesmos nomes falsos, da mesma forma como deixavam os mesmos instrumentos de torturas, os mesmos fios elétricos, alicates".

No dia 20 de julho de 1971 um delegado do DEOPS de Santos comunicou aos pais de Merlino que seu filho se suicidara. Estava sendo transportado para o Rio Grande do Sul. Na BR-116, altura de Jacupiranga, a escolta parou para tomar um cafezinho, deixando o preso no carro, sozinho. Merlino aproveitou a oportunidade para fugir, burlando a vigilância policial, e atira-se na frente de um automóvel que passava. Versão do Governo. Suicídio.

Merlino tinha apenas 23 anos. Era jornalista. Seu "suicídio" se inscreve entre muitos outros cometidos pela sangrenta repressão que se abateu sobre nós neste últimos 15 anos.

O escultor Guido Rocha, mineiro de Sêro, hoje exilado em Genebra (Suíça), em depoimento prestado ao jornalista Bernardo Kucinski, em Bruxelas, no dia 10-4-79, revela como Merlino foi torturado e agonizou nas dependências da OBAN. Guido esteve preso com ele na cela XIS-ZERO para onde Merlino foi levado carregado, ficou deitado, imobilizado completamente. Guido declara que durante todo o tempo em que ficou em sua companhia Merlino não se alimentou, tentava coçar e vomitava sangue, nunca ficou de pé, para ir à privada, precisava ser carregado — uma dormência na perna devido ao pau-de-arara. Na última vez que viu Merlino, afirma Guido, ele estava muito nervoso e falou "chama o enfermeiro rápido que eu estou muito mal, a dormência está subindo, está nas duas pernas e nos braços também". Ai, diz Guido, eu bati na porta com força e gritei. Vieram o enfermeiro e alguns torturadores policiais, os mesmos que já haviam me torturado e torturado a ele também. Levaram-no, Saíram. De madrugada. Eu estava muito atrebitado. Deitei. Eu deitei e eles fizeram uma troca de sapatos. Levaram os meus e deixaram os dele. Pode ser que entregaram à família de Merlino sapatos que não eram dele.

Polícia terrorista

Quer dizer então, sr. presidente da República, que os que sequestraram não serão anistiados? Muito bem: informamos, caso o senhor não saiba, que os sequestradores Didi Pedalada e Pedro Seelig continuam em liberdade. Nem foram presos ainda. E já tem outros sequestradores dando sopa: o missionário Nicola Arpone foi sequestrado em Wanderlândia, estado de Goiás, e transportado — veja que horror — num helicóptero do Exército para Araguatins e daí, em carros da própria polícia e do Incrá (os sequestradores estão onde a gente menos espera), para Goiânia.

Para descobrir quem são os sequestradores, é só perguntar à polícia federal de Goiás, pois o sequestrado foi "guardado" num mocódessa instituição em Goiânia, Providências, Figueiredo. (OF)

Esquerda e direita

Pela primeira vez na história do MDB gaúcho dois blocos políticos, um de esquerda e outro de direita, se enfrentam numa Convenção partidária. Até o último dia para inscrição de chapas tudo indicava que a disputa seria a três, pois este era o número de chapas registradas. Mas na última hora uma surpresa (?): as duas correntes de direita se fundem numa única chapa com o objetivo de "massificar a esquerda" que já se encontrava unida na Chapa 1. Para isso, a chapa que representava o situacionismo no MDB de Porto Alegre é retirada e os seus organizadores isolam o setor mais liberal que inicialmente a integrava mas que não aceitaram a composição com a chapa liderada por Brum — essa marcadamente diretista.

A chapa da esquerda, número 1 e denominada FRENTE DAS OPOSIÇÕES PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, reúne a Tendencia Socialista, a corrente Oposições Populares, organizadores do Partido dos Trabalhadores, Setor Jovem Metropolitano do MDB, lideranças estudantis e trabalhadoras, opositoristas vinculados ao trabalho comunitário nos bairros e vilas da cidade, profissionais liberais e intelectuais; e ainda conta com o apoio de parlamentares autênticos e trabalhistas de esquerda.

A chapa 2 ("unidade democrática") e a chapa 3 ("trabalhista") não existem mais. Agora apenas uma



Anta mineira

Há quem goste dos olhos e quem goste da remela, diz o ditado popular. O deputado Sulo Costa, da Arena de Minas Gerais, está entre os últimos.

Enquanto todo mundo está achando o projeto de anistia do governo ruim por não atingir uma parte dos perseguidos políticos, o deputado mineiro acha que a anistia deve ser ainda mais restrita, não pegando nem os caras que estão fora do país. Com umas antas dessas na Assembleia, não é difícil entender como é que aceitaram o Francellino para governar Minas. (OF)

Trabalhistas

Para mim, até há pouco, o PTB da Ivete Vargas só ficaria com ela e o Golberli. Mas parece que o Golberli também está bandeando: o deputado gaúcho Magnus Guimarães, um dos articuladores do PTB de Brizola, andou levando um papo com o Golberli e telefonou depois ao seu chefe. Entre "im e outro, fico com o PTB, que até hoje nem conversou com o Maquível dos subdesenvolvidos. (RVN)

A medalha do favelado

Só mesmo ganhando uma medalha de prata nos Jogos Pan-Americanos é que o favelado pugilista Carlos Antunes Fonseca conseguiu resolver seu problema de habitação, pois mora em um barraco num bairro pobre de Guarujá, estado de São Paulo. Sensibilizado por uma matéria da Folha de São Paulo, o presidente

Figueiredo determinou ao BNH as providências para que ele compre "uma casa digna e em condições que possa pagar".

Se o método persistir, ou o Brasil vai ganhar medalha pra caralho nas Olimpíadas ou o BNH vai ter pouco ou nenhum trabalho. Favelado sem medalha não dá tpope. (MBS)

Vampiros assassinos

O estudante de medicina Hamilton Almeida de Souza, da Fundação Educacional Serra dos Órgãos, no Estado do Rio, foi assassinado no dia 6 de abril, quando tentava descobrir irregularidades no comércio de sangue humano e desvio de dinheiro na tal fundação. O inquérito do delegado de Tevezópolis na época, Hélio Campelo, apresentou como causa da morte do estudante o suicídio, como já está virando praxe nos casos de assassinos que não devem ser apurados.

Numa carta à presidente da Federação Pan-Americana e Associação Pró-Doação Voluntária de Sangue, Carlota Osório, os co-

legas de Hamilton já haviam denunciado antes as ameaças de morte feitas pelo delegado-vampiro Hélio Campelo, o que aconteceu mesmo.

Nas novelas inglesas, sempre (ou quase) o mordomo é o criminoso. No Brasil, como as coisas andam, sempre (ou quase) o criminoso é o encarregado de apurar os crimes, como tem ficado claro nos inquéritos para apurar "suicídios" que nunca são apurados de verdade. Nas histórias reais brasileiras, ao contrário do que acontece nas novelas inglesas, o fim é ainda mais nebuloso que o meio e o final nunca é feliz. (MBS)



convites

Anistia

A luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita começa a pegar fogo. Na sexta-feira, dia 3, vai haver em São Paulo um Ato de Solidariedade à greve de fome dos presos políticos do Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco. O ato vai acontecer ao meio-dia, na Catedral da Sé.

Dia 8 de agosto é Dia Nacional de Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Em São Paulo já está sendo convocada uma manifestação para a Praça da Sé, às 18 horas, onde deverão estar presentes diversos setores que defendem a anistia irrestrita.

Nicarágua

Membros do Comitê de Solidariedade ao Povo da Nicarágua, entidade formada por nicaraguenses que residem no Brasil e por brasileiros, tomaram na segunda-feira, dia 30, o consulado de Nicarágua em São Paulo. Na ocasião foi tentada uma ligação com a Junta de Reconstrução Nacional em Manágua para receber instruções sobre os destinos do consul e do Consulado, o que não foi possível. Foi trocado o retrato do pai do ex-ditador Somoza por um cartaz do general Sandino. Com bandeiras da Frente Sandinista e tarjas rubro-negras no braço, os nicaraguenses leram também parte do programa da Junta e convidaram a população para um show que se realizará na segunda, dia 6, a Noite de Nicarágua, onde estarão presentes o MPB-4 e o Grupo Tarabón. Na mesma ocasião serão vendidos bônus de ajuda ao povo da Nicarágua, convites podem ser encontrados na sede do comitê, à rua Afonso Pena, 272 (Casa do Politécnico).



isto aí

A semana para o EM TEMPO vai de quinta a quinta. A que passou foi marcada pela reabertura dos trabalhos do Congresso, na última quarta, e pela decisão Figueiredista de mandar fechar os postos para a venda de gasolina a partir deste sábado. A greve de fome dos presos políticos já carregou a campanha por uma ampla, geral e irrestrita para as ruas do país. O fato de maior destaque, contudo, foi a explosão violenta da repressão contra os operários da construção civil em greve, em Belo Horizonte, o que transformou a capital mineira numa verdadeira praça de guerra.

Figueiredo "xinga" Costa

O semanário "Veja" continua badalando o Super Figa. Nesta semana foi uma entrevista exclusiva, a primeira de um "presidente revolucionário". Lances da reportagem: Figueiredo entrega Costa e Silva como homem da linha dura. A conjuntura do país "foi levando o regime a se fechar cada vez mais, a tomar medidas cada vez mais restritivas e, tenho certeza, contra a vontade do Castelo, contra a vontade do Médici e contra a vontade do Geisel." Ou seja, a favor da vontade do Costa. Cuidado, a pedra pode cair na sua cabeça...

O Arenã

Mania de grandeza: todo mundo está querendo um Partidão. Depois de várias voltas no caleidoscópio da articulação partidária que o regime está forjando, o presidente da Arena, José Sarney vem com o último: está difícil controlar com maioria através de dois partidos do governo: os conchavos não estão indo a contento. Assim, ficaremos só mesmo com o "partidão" da Arena, o Arenã, a reforma simplesmente tratando de dissolver a oposição.

Mas, aguardemos até a semana que vem que outras voltas virão.

Um Partidão Popular

Em seguida à anistia, chegará Arraes. E ele está com o Partido Popular, o quarto partido, a se formar à luz do Encontro de São Bernardo, afirma o deputado federal pelo MDB paulista, Airton Soares. Vindo do exterior o deputado comenta: Arraes une mais Brizola dividido: o PTB sai sozinho. Outros no entanto, como Almino Afonso, também articulador de São Bernardo, acham que o melhor seria um grande Partidão Popular, que incluisse desde o PTB mesmo aos cristãos "de esquerda", como Montoro (sic). Chico presidências este partido teria que ter, diz Almino. Uma para Lula, outra para Arraes, outra para Brizola, uma para Ulysses Guimarães e a do Montoro. Bem humorado, segundo entrevista da Folha de São Paulo de domingo, Almino diz que até se contentaria com a Secretaria Geral.

Mas a esta altura, cadê o popular? Isto para não falarmos do democrático, e muito menos do socialista...

Prá onde irá o Partidão (de verdade)?

Sinal dos tempos. O Jornal do Brasil de domingo último trouxe um caderno especial de 8 páginas sobre o Partido Comunista Brasileiro. Todinho repleto de entrevistas com 5 dos 18 membros do Comitê Central — CC — do PTB no exterior e mais uns tantos ensaios de intelectuais brasileiros.

A moral da história que o JB quer contar? O PC mudou: prá onde ainda não se sabe bem, mas o próximo Congresso do partido (o VII) é a realizar quem sabe no ano que vem e talvez até mesmo no Brasil promete novidades. Mas mudou para melhor conclui o JB. Para quem como o JB, há pouco noticiava fichas de exilados retiradas, sem mesmo um copy-desk, dos arquivos da repressão, não deixa de ser um progresso.

Mas que Partidão renascerá? O fato mais importante da reportagem é a declaração de Anita Leocádia, 43 anos, de Luiz Carlos Prestes, o Secretário Geral do partido, ter se desligado do CC: "eu mesma apresentei minha demissão... porque tinha uma série de desacordos que eu espero ter a possibilidade de explicar quando da realização do VII Congresso".

Outro sinal dos tempos. Só que agora do Partidão e não do JB. Primeiro o partido resolve vir a público, desde a semi-clandestinidade do exílio, e mais, não somente através de posições oficiais como até bem pouco, mas através de seus dirigentes individualmente, revelando diferenças internas.

E as entrevistas de todos os 5, com menos nitidez no caso de Anita e de Giocundo Dias — 66 anos, 45 de partido e 3 de CC — estão ricas em novidades um tanto heterodoxas para o PC: "Dentro do Partido, evidentemente as idéias machistas são dominadoras" afirma Zuleica Alambert, que junto com Anita era a sua duras mulheres do CC. Nossa luta hoje é contra a ditadura, declara Armênio Guedes, com 44 anos de PCB. Depois desta etapa, a luta será por "um programa de desenvolvimento democrático da economia progressivamente contra o monopólio, o imperialismo e latifúndio"; e finalmente, "a longo prazo, será pelo conquista do socialismo". Queremos um partido "nacional, democrático e popular" (sic), conclui Guedes.

E finalmente, a Ditadura do Proletariado não aparece nem uma só vez em nenhuma das 8 páginas; nem mesmo Governo dos Trabalhadores.

A semelhança eurocomunista com os PCs europeus é grande demais para ser mera coincidência.

Atalla "costa quente"

"Dever não é vergonha e emprestar não é crime", disse o Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna, selando na semana passada a concessão de um aval federal ao empréstimo de mais de 100 milhões de dólares à Copersucar. Assim parece encerrar, temporariamente, o caso Atalla, até então presidente da Copersucar — agora ele se demitiu — que, por dívidas elevadíssimas de seus empreendimentos — 7,5 bilhões de cruzeiros — começara semanas antes a fazer greve, paralisando as atividades, como forma de forçar o governo ao empréstimo. Milhares de operários estavam sob ameaça de desemprego.

"O que estamos fazendo é negócio, não é favor" completou Camilo Penna.

Mas apenas salvou-se as aparências. Atalla demitindo-se da Copersucar, simplesmente não será o agente direto no "negócio", mas seguramente será o seu destinatário, senão único, pelo menos privilegiado. Moral da história: greve de patrão funciona mesmo.

A combustão da distensão

Racionamento, ou controle via preços mais altos, era o dilema do governo para imediatamente conter o consumo de petróleo. Mas, pelo visto, a solução mais fácil aos tecnocratas acabou sendo as duas coisas ao mesmo tempo. Aumenta-se os preços e fecha-se os postos — já nesta sexta, para a gasolina encerram expediente às 21 horas, e só abrem na segunda-feira.

União portanto do inútil ao desagradável, entrecendo a população, aos taxistas e aos motoristas de caminhão. Resultado: o consumo não diminui substancialmente e a inflação vai prá cuculas. A distensão aguentará o tranco.



Paulo Skromov É preciso anistiar milhões de trabalhadores

A decisão heróica dos presos políticos cariocas já serviu pelo menos para sacudir e fazer corar de vergonha largos setores das chamadas "oposições" de nosso país. A incrível acomodação — que se seguiu ao anúncio do projeto de anistia parcial e elitista elaborado pelo governo — dessas "oposições" só se explicaria pelo fato de terem se sentido plenamente atendidos em seus anseios pelo conteúdo do projeto do governo.

Mesmo os setores mais honestos das oposições de certa forma também têm experimentado uma certa paralisia e não têm conseguido até agora encetar uma reação mais consequente que lhes permita revigorar a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

O companheiro Lula tem sido, a meu ver, um dos mais lúcidos no entendimento dessa questão. Ao declarar que é elitista não só o projeto do governo como também a proposta "AMPLA E IRRESTRITA", da "esquerda" que entende essa amplitude apenas na extensão da anistia aos antigos militantes da luta armada, a proposta de hoje do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, dá a essa questão uma dimensão muito mais profunda.

É preciso anistiar milhões de trabalhadores e cidadãos, que sem ter cometido nenhum crime, estão proscritos política e sindicalmente.

E o mais admirável é que os 14 militantes políticos presos do Rio de Janeiro revelam plena consciência dessa abrangência, no seu apelo "ao povo brasileiro": "Projeto que fica aquém das reais aspirações do povo brasileiro, "amplo" apenas no sentido de beneficiar os torturadores, constituindo-se numa vergonhosa anistia que o regime concede a si próprio. Projeto que não garante o direito de plena liberdade de organização partidária, que não abre as portas das cárcezes, que exclui os operários demitidos pela CLT, os estudantes atingidos pelo 477..."



Roberto Motta Hegemonia de trabalhadores não é seu isolamento

Nos últimos tempos, temos assistido o ressurgimento das lutas da classe trabalhadora, por melhores condições salariais, pelo desmantelamento do arcabouço jurídico que atrela o sindicalismo brasileiro ao aparelho estatal, contra a lei anti-greve a até pela criação de um partido autenticamente dos trabalhadores. Esta participação ativa dos trabalhadores brasileiros é certamente o fato político mais significativo dos últimos dois anos. No conjunto de suas legais ações reivindicatórias e políticas tem ruído na prática todos os instrumentos legais repressivos

que o regime autoritário impôs à classe trabalhadora, que busca um novo ordenamento jurídico, que implicaria uma verdadeira democratização da sociedade brasileira, no seu conjunto. Uma nova ordem deverá consagrar, dentre outros instrumentos de luta dos trabalhadores, a revogação total dos dispositivos constitucionais e da lei anti-greve que impede os trabalhadores de exercerem este legítimo direito, a legalização dos delegados sindicais, a criação de uma nova legislação sindical não atrelada ao Estado, a criação de uma Central Única de Trabalhadores, revogação da lei de arrocho salarial, negociação direta entre patrões e empregados.

Nossa tarefa é discutir com os trabalhadores a conquista destas e outras reivindicações em conjunto com outras forças democráticas da sociedade brasileira e não isolá-las. Todas as tentativas de isolamento da classe trabalhadora geraram duros golpes, cujos trabalhos de recuperação e reorganização foram e são longos e difíceis. No atual momento político brasileiro, apesar de a classe trabalhadora poder e dever assumir a hegemonia na luta pela democratização da sociedade, — aqui entendida não só aquelas reivindicações trabalhistas e sindicais específicas, mas também a luta contra toda a estrutura legal ilegítima que o regime acumulou e aperfeiçoou nas últimas décadas, bem como a destituição total dos instrumentos e mecanismos repressores, os SNI, Dois-Codis, Dops e outros, — sua luta deve ser unitária com todos os setores democráticos da sociedade brasileira.

Só assim, poderemos ter, talvez não só um, mas muitos partidos autênticos da classe trabalhadora, onde ninguém possa pretender ter o monopólio de representatividade dos trabalhadores e outras forças democráticas.

Roberto Motta é presidente do Instituto Pedroso Horta do MDB de Santa Catarina



Francisco Weffort Partidos: a lentidão das oposições populares

A reorganização partidária vai se revelando um caso de rara engenharia institucional. Se as coisas continuarem no passo em que andam agora, o Brasil terminará se convertendo num exemplo de transição para a democracia ainda mais brilhante, do ponto de vista observador, que o da Espanha. Na democracia de Juan Carlos, apesar do restabelecimento da monarquia e de todas as imposições autoritárias, ainda sobrou um espaço razoável para as oposições. Quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, o simples ressurgimento dos grandes derrotados da guerra civil, o Partido Socialista e o Partido Comunista, ambos bastante renovados, representa possibilidades de uma relação orgânica dos movimentos sociais, em particular o movimento operário, com a democracia emergente. No Brasil as coisas vão de um jeito tão estranho no capítulo da reorganização partidária que já é de temer não apenas o isolamento político das forças populares, mas a sua fragmentação.

A capacidade de iniciativa política do regime é, certamente, surpreendente para todos quantos estavam acostumados a observar a série de fracassos políticos que tem caracterizado a sua história. De uns tempos para cá, porém, o regime, prevendo como certa uma nova derrota nas eleições de 1982, decidiu mudar o estilo do jogo e os ventos passaram a soprar do outro lado. As oposições demoram muito em reconhecer os dados da nova situação, atrasando-se em definir uma perspectiva própria para a luta que se esboça agora em terreno novo. É claro que o regime tem algumas vantagens antecipadas nesta reorganização partidária que tem, desde o início muito de um jogo entre o lobo e o carneiro. Não é este, porém, todo o problema. Se abandonarmos o hábito, bom para consolo mas lamentável como político, de chorar o leite derramado, é inevitável reconhecer que, à parte as vantagens óbvias, o regime joga não apenas com mais força mas também com mais competência. E o primeiro sinal da competência em política é precisamente a capacidade de iniciativa.

O jogo duplo ou tripla

O que se previa há cerca de dois anos é agora a realidade do dia a dia. O grande assunto da maior parte dos políticos brasileiros, e da totalidade dos políticos do regime, é o fascinante "mapeamento" das posições individuais na reorganização partidária que deve vir. Na verdade, passamos por um momento em que o jogo duplo (ou tripla) tornou-se quase uma regra geral, pois tão importante quanto saber a posição política de A ou B hoje é saber qual será a posição de amanhã.

Nestas circunstâncias, a lentidão com que se movem os setores populares, de dentro e de fora do MDB, deveria pelo menos ser um motivo de preocupação nos meios

oposicionistas. E a lentidão, que de qualquer forma indica algum movimento, é de agora, de após o encontro de São Bernardo, porque o fato é que desde 15 de Novembro passado até há uns poucos meses, haveria que falar diretamente de paralisia. As articulações populares pagaram com um tempo precioso pela tese, sabidamente impossível nas circunstâncias, da unidade do MDB, tese que durante aquele período substituiu, e confundiu, a justa preocupação dos oposicionistas com a unidade da frente democrática. A proposta do PTB, sejam claros, está a muito menos do que seria de se esperar das pretensões políticas de Brizola, sugerindo a idéia de que talvez seja mesmo muito difícil, senão inconveniente, a tentativa de organizar, a partir do exterior, um partido nacional no Brasil. A proposta do PT, com toda a novidade histórica que contém por partir de líderes expressivos da classe operária, está, no plano político real, a menos do que faria supor a sua própria projeção histórica. A proposta de Almino Affonso, no sentido da unificação de lideranças populares, sindicais e operárias, e lideranças políticas e parlamentares, como ponto de partida para a construção de um partido popular vai cozinhar no fogo frio das indecisões de uns e de outros. Da proclamação unidade do MDB resta, à parte as esquerdas e as forças populares, a palavra, certamente valiosa, de Ulysses Guimarães. A dúvida é a seguinte: estaria o navegador Ulysses disposto a levar a sua intransigência até o ponto de correr o risco de afundar com o barco?

Mais um "milagre"

No quadro das indecisões das oposições, o regime anuncia um novo "milagre", o de multiplicar uma ARENA desmoralizada e minoritária, pela medida dos votos populares, em dois ou três partidos novos, em conjunto, majoritário, nascidos de algumas concessões liberalizantes e do esbulho político das hostes adversárias. As oposições populares, que já chegaram atrasadas ao jogo, correm o risco de se atrasar ainda mais, perdendo no momento da transição democrática as conquistas que acumularam na luta da etapa da resistência. É indispensável e urgente reconhecer a novidade da situação, definindo perspectivas novas que possibilitem a retomada da iniciativa política, ou a fragmentação, que o regime deseja das oposições populares se tornará finalmente inevitável e a democracia que tem unido suas lutas até aqui, assumirá o desagradável sabor de uma nova imposição de cima para baixo.

Francisco Weffort é professor de Política na USP e pesquisador do CEDEC.

editorial Ditadura não pode prescindir do terrorismo

O caso do servente Aésio no Rio de Janeiro, assassinado nas dependências de uma delegacia e dado como suicídio, foi apurado por inquérito designado especialmente pela Presidência da República. O resultado? Foi suicídio mesmo. O inquérito que apura os atentados contra nossa sucursal em Minas está parado. Domingo último, num campo de futebol no interior do Paraná, policiais da PM atiraram sobre a multidão e mataram um torcedor. Enfim, os casos são muitos e cotidianos.

Na edição de Veja desta semana, Figueiredo, em uma entrevista especial fala destes crimes: "Naturalmente (261 inquéritos sobre violências policiais nos últimos anos e somente 4 apurados) os elementos de lá têm todo interesse em não levar a verdade a quem está fazendo o inquérito... Eu mesmo quando estava no SNI... procurava me informar pelos meios de que dispunha — e eu dispunha de meios poderosos — mas não conseguia. Ficava na rama... Eu posso entrar nos meandros do inquérito? Eu posso ficar lá ouvindo os depoimentos?"

Quanto cinismo! Mas Figueiredo atesta uma vez mais que, se ele julga que há de fato excessos policiais, no entanto, seus compromissos, tanto objetivos como subjetivos, para com o aparato repressivo são tão grandes que o general presidente não pode fazer outra coisa senão "encenar" a desaprovação a suas ações. Nada mais.

Ou seja, o sistema hoje dominante tem necessidade do terror. Seja por razões preventivas, seja por ter passado pelas máquinas terroristas boa parte daqueles que hoje estão nos postos de comando. Desmontar isto é perigoso. Pode-se precisar da máquina a qualquer momento, ou então, no seu desmontar, muitos outros podem rolar junto.

O que ocorreu agora em Minas não é senão uma demonstração em grande escala desta lógica do sistema. O que é o terrorismo? Pergunta aliás muito oportuna neste momento em que o regime tenta estigmatizar setores da esquerda como terroristas e portanto excluí-los das benesses da anistia.

Segundo Noam Chomsky, em seu livro Banhos de Sangue, "terrorismo político é a agressão deliberada à população civil, desarmada, com o objetivo de lhe arrancar, pelo medo, colaboração ou neutralidade. O terrorismo procura o pavor indiscriminado, onde a agressão ao não combatente deixa de ser um risco indesejado para ser o alvo em mira".

Onde está então o terror? Terrorismo político não é senão o estado de coisas implantado neste país já há 15 anos. E que agora, no episódio dos operários da construção civil em Minas, se revela cristalinamente, ainda na aparência um tanto fora das proporções e do momento — mas por isso mesmo de modo mais sincero.

O regime não pode absorver a liberdade de organização que os operários querem. Tampouco, em conluio com os patrões, suas reivindicações materiais. Qual a solução então?

Não resta outra senão lançar sobre a população, dos grevistas em particular mas também em geral — pelo seu efeito demonstrativo — a violência indiscriminada, com "o objetivo de lhe arrancar medo", ou seja, colaboração na "economia de guerra" e na "distensão". E não há como negar que a agressão aos não combatentes não tenha sido deliberada. O tiro, a bomba fatal, talvez não. Mas a agressão no seu conjunto, da qual o tiro um subproduto provável, tinha uma mira inequívoca.

Mas há um outro lado que os episódios terroristas de Minas chamam a atenção. Porque Minas?

Segundo os dados recentes da produção industrial fornecidos pelo IBGE, o Estado já ocupa o segundo lugar enquanto centro econômico do país. Passou o Rio portanto. E rapidamente, em pouquíssimos anos Poderia-se dizer, em Minas está o "milagre econômico" concentrado, puro, via laboratório, que foi produzido "com especial carinho e atenção" por estes anos de ditadura.

A violência do desenvolvimento capitalista é lá exemplar. Recordes de custo de vida. Baixíssimos salários, péssimas condições de transporte etc. Uma organização repressiva à altura e esquadões, CCC, GAC, etc. De outro lado, uma estrutura sindical onde os "autênticos" — produto contraditório e indesejado destes anos de ditadura — são também poucos ou fracos. Daí a explosividade das greves e sua falta de direção política nos últimos meses.

Durante um primeiro momento parece que a tática das classes dominantes locais foi conceder. E Minas teve greves vitoriosas como em nenhum outro ponto do país.

Mas agora, parece que se cansaram. Querem dar um basta, e exemplar. O que no fundo vem apenas revelar a dupla face e a fragilidade da "abertura" de Figueiredo: democracia para cima e ditadura para baixo. E, se não der certo, "arrebento com todo mundo".



Assine EM TEMPO:

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Desejo uma assinatura: Exterior

ANUAL Cr\$ 600,00

ANUAL US\$ 90,00

SEMESTRAL Cr\$ 350,00

SEMESTRAL US\$ 50,00

Cada assinatura ANUAL do EM TEMPO dá direito a uma coleção dos Cadernos do CET — Centro de Estudos

do Trabalho. Desejo uma coleção dos Cadernos do CET

Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 853-6680

Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30.000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS

PT: a coisa começa a pegar

O patrono do Encontro

Mário Pedrosa, 79 anos, militante ativo no movimento sindical na década de 30, primeiro como membro do Partido Comunista, depois como participante da fração de oposição leninista ao Partido Comunista e como membro da IV Internacional. Intelectual, autor de vários livros, crítico de arte mundialmente reconhecido, ele voltou, depois de muitos anos no exílio, no dia 8 de outubro de 1977. A sua participação como patrono no lançamento do movimento é surpresa para muitos. Aqui, ele fala sobre o PT:

O senhor afirmou há pouco que a criação do Partido dos Trabalhadores é algo inédito, novo na história da classe operária brasileira. Como o senhor analisa as experiências anteriores de criação de uma organização política independente dos trabalhadores?

— De maior peso só houve a tentativa do Partido Comunista que se criou em 1922. Antes disso, só havia os anarquistas. Com a vitória da revolução russa e a criação da III Internacional aconteceu a reorganização de todo o movimento operário internacional. Os partidos revolucionários passaram a se organizar de acordo com as bases do Partido Comunista russo, segundo as condições decretadas pela III Internacional. Um partido que, segundo a teoria leniniana, seria uma conquista permanente, iria sendo construído até abranger em suas fileiras a vanguarda da classe operária. Mas, após a revolução, essa conquista não se manteve e veio o stalinismo, levando, através da política da III Internacional, ao término da democracia nos PCs, e a uma política inteiramente arbitrária. Com a burrada do golpe de 35 no Brasil que foi um desastre, o próprio Prestes hoje confessa que foi um erro, o Partido Comunista Brasileiro, depois do golpe de 35, ficou minúsculo, reduzido a nada. Depois veio a guerra, o PCB foi legalizado e, em seguida, jogado na ilegalidade. O movimento sindical livre também foi massacrado e, com o populismo, transformado em um movimento sindical de pelego, subordinado a uma política de Estado desastrosa.

Nós, que fomos comunistas, depois deixamos de ser, fomos trotskistas, fomos da IV Internacional, sempre lutamos para fazer um partido socialista, que não se guiasse subordinado à UDN, ao PTB ou ao Partido Comunista mas que pudesse representar os interesses fundamentais da classe operária e ser um partido da classe operária. Isto nunca se conseguiu porque era um partido que ia de encontro à situação que dominava a classe

operária, sem instrumentos de luta, sem sindicatos livres, subordinada ao aparelho de Estado e aos patrões. E o movimento operário foi se perdendo ao longo de todo esse tempo na degenerescência política, na falta de democracia, até que os militares deram o golpe e impuseram a vontade do imperialismo internacional. Mas agora, quando a ditadura começa a dar sinais de enfraquecimento, começa um movimento realmente profundo pela liberdade e autonomia sindical, retomando a independência que havia no tempo dos anarquistas. Todo esse movimento com greves vitoriosas, fora da lei mas vitoriosas, mostrando uma situação inteiramente nova, espontaneamente nova. E veio Lula propondo que a classe operária construísse o seu partido e que lute pelos seus direitos econômicos, mas também pelos direitos civis, pelos direitos da Nação brasileira, incorporados na sua classe mais nova, um partido para levar os trabalhadores ao poder. Isso é uma coisa inteiramente nova, uma coisa nova aqui e no mundo inteiro. Essa que é a grande originalidade.

— Quais as dificuldades que um partido desses, legal, teria para conquistar o poder?

— As dificuldades são muitas...

Bem... O movimento sindical é um movimento libertário na luta para combater a degenerescência na qual ele tinha caído quando subordinado ao Estado e aos patrões. O partido operário pode ser burocratizar, pode se burocratizar a direção do partido, a instituição do partido. O que não pode ser burocratizar é a vontade de liberdade que hoje você viu nos operários mais vivamente operários, subordinados, os menos ligados a pequena-burguesia... Os mais profundamente explorados são os mais profundamente ardentes na aspiração de autonomia que o movimento operário brasileiro vem demonstrando. Isto deve ser resguardado por todos os meios.

"Companheiros, trabalhadores de Minas, trabalhadores daquela que é hoje a grande capital da greve, que é aquela que sucedeu de forma merecida a vanguarda que até há um mês e pouco atrás era exercida pelos trabalhadores do ABC. Neste momento, neste dia, nós teríamos que eleger Belo Horizonte e, especialmente Contagem, para se tornar o palco dessa atividade. Entendemos essa atividade não como o lançamento oficial do PT — como disseram muitos, — mas como um passo importante no deslançamento do processo político de organização dos trabalhadores de nosso país. Depois de um ano de greves, está na hora de começar a colher o saldo organizativo também no plano político. É necessário entender que essa alavanca política, o movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores é uma necessidade fundamental para se permitir a continuidade e o avanço das lutas dos trabalhadores. Desarmados politicamente como estamos até hoje não teremos chance alguma no processo de racionalização que o Governo e os

A reunião de trabalhadores e dirigentes sindicais em Contagem-MG, no dia 28 último não foi, como muitos esperavam, o lançamento oficial do Partido dos Trabalhadores. Foi apenas "um passo importante no processo de articulação do Partido", como disse um de seus organizadores. Como saldo, ficou uma comissão regional, aberta à participação de base, para encaminhamentos imediatos.

Por Juarez Guimarães

patrões já começam a desencadear contra as nossas lutas sindicais e reivindicatórias". Assim, Paulo Matos Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Cursos de São Paulo abriu a assembleia de lançamento oficial do movimento pró-PT realizada neste último sábado no Sindicato de Metalúrgicos de Belo Horizonte.

Não foi uma assembleia massiva, como havia sido anunciado e muito esperavam. Apenas um público de

400 pessoas, envolvendo lideranças expressivas do movimento popular em Belo Horizonte e Contagem compareceram. A grande massa dos trabalhadores locais, inclusive as dezenas de milhares recém-vindos de greves combativas que agitaram e agitam a capital mineira, não chegaram mesmo a receber a convocatória assinada pelos cinco dirigentes sindicais, que compõem a comissão provisória do PT em Minas (João Paulo de Monlevade, Wagner Benevides, do

Sindipetro — MG, João Silveira, dos Metalúrgicos BH, Arlindo Ramos, dos Bancários-BH e Dídimo Paiva, dos jornalistas). Apenas há dois dias da assembleia de lançamento é que se deu início a um esforço mais amplo de convocação.

Um partido de massas que lutará pelo poder

Estiveram presentes os principais articuladores do PT a nível nacional, como Olívio Dutra, Jacob Elttar, e dirigentes metalúrgicos do ABC. Os dirigentes sindicais do Rio de Janeiro e do nordeste, não se fizeram representar. Lula, ausente por motivos de saúde, enviou a sua solidariedade afirmando que "hoje aí em Contagem os trabalhadores brasileiros iniciam uma nova fase na história de suas lutas para sua verdadeira emancipação política. Nunca no passado tivemos o nosso partido político. Hoje, aí em Contagem, começamos a construí-lo. O que vocês aí decidirem estão decidindo por mim".

Seria, entretanto, prematuro neopopulares, para o Partido dos Trabalhadores. Pois foi na palavra de trabalhadores de base e não dos sindicalistas presentes que o PT encontrou uma defesa mais calorosa, emocionando mesmo alguns dirigentes sindicais presentes.

O caminho do PT

De passagem em Belo Horizonte, no mesmo dia em que se realizava a reunião do PT, o Ministro Murilo Macedo depois de advertir que "as esquerdas têm-se infiltrado nos sindicatos para tumultuar, estimulando o desvirtuamento de finalidades de uma entidade classista", condenou a criação de um Partido de Trabalhadores. E já se tem notícias que a Comissão de Justiça da Cymara, após ler o ante-projeto de programa do PT se pronunciou pela sua não legalização porque não se permitiria "a incitação da luta de classe do país".

A opinião unânime dos sindicalistas, no entanto, é que o PT vai ser criado na marra. "A greve era proibida e os sindicatos e os partidos dos trabalhadores continuam sendo proibidos. Porém, nós temos praticado a nossa democracia com base naquilo que nós impusemos à ditadura que aí está. Nós fomos conquistando liberdade e a dinâmica do Partido dos Trabalhadores é essa mesma".

Em Minas, o PT começa a desabrochar. Uma comissão de trabalho aberta à participação de trabalhadores de base já começa a se reunir esta semana com o propósito de dinamizar a campanha e a formação das bases do novo Partido.

A esquerda e o PT

Aquilo que a esquerda gastou anos discutindo — e ainda gasta em certas áreas — o caráter da revolução brasileira, democrático burguês ou socialista, os trabalhadores resolveram praticamente num gesto agora, quando da sua emergência a partir de 78. E a reivindicação de um partido dos trabalhadores não é senão a prova dos nove desta verdade. Os trabalhadores estão pleiteando uma organização política sem patrões, classista portanto, e que lute desde já pelo socialismo.

Junto à maioria da esquerda no entanto, a reação negativa à proposta é, à primeira vista, estranha.

Mas, formemos a essência do PT como uma frente de classe, com um programa que abra curso através de suas reivindicações anti-capitalistas, para uma situação revolucionária onde a questão do poder esteja posta na ordem do dia.

Vista por este ângulo, a reação adversa da maioria da esquerda deixa de ser estranha. É que, contraposta à proposta de uma frente de classe, tradicionalmente, na história do movimento comunista, sempre esteve colocada a proposta de uma frente popular, poli-classista, em conjunto com a burguesia.

O Partido Comunista Brasileiro por exemplo em recente entrevista ao Jornal do Brasil, passa omissivamente sobre a conjuntura brasileira atual sem uma referência sequer ao PT. Natural, o Partido já se julga o PT há 57 anos. Têm o monopólio de representação da classe operária. E mais, sua tática hoje centra-se na Frente Patriótica Anti-fascista onde,

tudo esforço é pouco para atrair burgueses e militares descontentes. Portanto, o negócio é ficar no MDB, que já é esta frente, até que o PC possa surgir à luz do sol.

O Partido Comunista do Brasil, criado em 1962 do PCB, está voltado para a construção de uma Frente Democrático-Popular que, por seu policlassismo, ainda que mais moderado que o do Partido, tende a ver no PT uma precipitação esquerdista.

A proposta do PC do B no momento é, assim, ao lado da construção da Frente Democrático-Popular, tentar a articulação de um Partido Popular, à sua imagem e semelhança, que venha a ter lugar próprio na reforma partidária do regime.

Apesar de suas origens pela esquerda, o Movimento Revolucionário 3 de Outubro (MR-8), outra dissidência do Partido dos anos pós-golpe, tem uma política no momento bastante atrelada ao MDB, no plano institucional. Sua tática de defesa da Frente Popular não contempla na teoria alianças com a burguesia, na prática, a ambiguidade da designação tem servido de fato é para deixar as portas abertas por este lado. É o caso, patente da proposta que fazem de um MDB depurado. Assim, para o MR-8, o PT é visto como estreito demais para as tarefas do momento.

A Ação Popular Marxista Leninista, surgida nos anos 60 a partir da esquerda católica, aproxima-se um pouco mais do PT. Sua visão tática desemboca na proposta de uma Frente de Mobilização Popular, à esquerda de suas co-irmãs já citadas, mas

também ambigua quanto à sua composição de classe. O PT é visto como, além de confuso politicamente, pretensioso e confusionalista — enquanto pretensão partido da transformação socialista. No entanto parece que a AP reconhece no PT o pólo privilegiado para a construção do Partido Popular que propõem como braço institucional da Frente de Mobilização Popular, e que se construa a partir do que foi o encontro de São Bernardo.

O Movimento pela Emancipação do Proletariado — MEP, dissidência da Política Operária — POLOP, nos anos 70 é que seria a única organização clandestina da esquerda sabidamente a defender em alguma medida o PT. Vê na proposta o embrião de um frente de classe, proletária e socialista, apesar de detectar, na igual que a AP, confusões ideológicas e ilusões do PT enquanto um partido revolucionário. Além do que, parece também discordar, ainda que fraternalmente, da maneira como os sindicalistas vêm encaminhando na prática a articulação: pouco democrática e indecisa.

Isto posto, nada mais natural que a desconfiança dos sindicalistas diante da esquerda. O que significa, somado à reação parlamentar, que as forças fundamentais com as quais um projeto PT possa contar não estão de forma alguma na esquerda tradicional.

O que, se não chega a inviabilizar a proposta, pelo menos diminui, boa parte das virtualidades que tem como uma verdadeira frente única dos trabalhadores. (F.A.)

Com quais gaúchos ficará o Dr. Brizola?

Surge mais um projeto de PTB no Rio Grande do Sul. Agora é a vez dos históricos. Em ato público realizado na sala Getúlio Vargas (sala da maioria) na Assembleia Legislativa, no dia 25 de julho, noventa e cinco trabalhistas, em sua maioria petebistas históricos, criaram o Movimento Estadual de Organização do PTB.

As divergências internas entre os vários herdeiros de Carta Testamento eram latentes há algum tempo e, após o Encontro de Lisboa, agravaram-se sensivelmente.

No Sul, os setores mais combativos do velho PTB e os chamados neo-trabalhistas — setores egressos da esquerda do final dos anos 60 — largaram na frente no processo de recuperar o passado popular do antigo PTB dando-lhe agora um recheio programático mais radical. Fundaram a Associação de Estudos e Debates do PTB, montaram sede na tradicional rua da Praia, botaram na rua o semanário "O Trabalhismo" e partiram para o interior, criando associações semelhantes em vários municípios.

Movimento de organização do PTB

Nos primeiros meses, a "peça de resistência" da Associação de Estudos e Debates foi a crítica virulenta ao MDB, apontado como o responsável pelo imobilismo das oposições e por sua incapacidade — pelo caráter frentista — de levar a cabo um programa de reivindicações populares. Acenavam também com "a democracia interna e o socialismo no horizonte" da nova agremiação.

Em algumas oportunidades, a crítica foi tão dura que assustou até os trabalhistas históricos, mais ajeitados aos meandros parlamentares e mais arraigados na estrutura empedregada e, no nada desprezível controle que o MDB exerce na máquina burocrática-administrativa das principais casas legislativas do Estado, como a Assembleia e a Câmara de Vereadores, de F. Alegre, verdadeiros "aparelhos" da oposição parlamentar. Sentiam também que essa crítica estava afastando do futuro PTB potenciais aliados e possíveis próximos aderentes ao trabalhismo, entre os atuais deputados e vereadores.

Em Lisboa, certamente, a perplexidade dos históricos deve ter aumentado pelo radicalismo verbal dos exilados convertidos ao trabalhismo e, principalmente, à figura de Leonel Brizola e sua herança popular.

Ao que tudo indica, o contra-ataque foi bem preparado e a esquerda dentro do PTB passará maus bocados daqui pra frente. Em Cruz Alta, um dos reorganizadores do PTB na cidade, já ameaçou pela imprensa "entregar a lista dos comunistas infiltrados no PTB". Em Caxias do Sul, o último encontro trabalhista acabou com as duas correntes, indo além do conflito verbal, chegando às "vias de fato".

O retorno dos históricos foi em grande estilo. Meia dúzia de ex-secretários de Estado, três deputados federais, oito deputados estaduais, nove vereadores e dezenas de ex-deputados, vereadores, militares cassados, assinaram o Manifesto Trabalhista cuja essência programática assentava-se na Carta Testamento de Getúlio Vargas, nas idéias de Alberto Pasqualini e no Comunicado de Lisboa.

Uma plataforma seguramente insuficiente para o Brasil dos anos 80 e dos movimentos autônomos de trabalhadores e vilas populares, mas talvez suficiente para quem durante os últimos dez ou doze anos esteve completamente descomprometido com a prática oposicionista.

Com quem ficará o

Doutor Brizola?

Por sua própria composição, os setores agrupados na Associação de Estudos e Debates, liderados por Mathews Schmidt, Carlos Araújo, Joaquim Felizardo e outros, estão procurando organizar o novo PTB nas bases sindicais, em vilas populares e, efetuando reuniões sistemáticas de debate político e formação teórica de seus membros.

Já os integrantes do Movimento Estadual de Organização recuperam não só a Carta Testamento, mas também os métodos cupulistas anteriores. Um dia após a criação do Movimento, seus componentes já acertam

Os trabalhistas gaúchos estão definitivamente rachados, agora com a criação do "Movimento Estadual de Organização do PTB" pela ala direita, em concorrência com a mais antiga Associação de Estudos e Debates do PTB, da ala esquerda. A grande interrogação contudo é: com quem Brizola ficará quando chegar ao Brasil?

Por Raul Pont

vam um acordo sem princípios e fundiam a corrente trabalhista histórica com o populismo de direita do MDB, para a disputa do Diretório Metropolitan de Porto Alegre, mesmo após o conhecimento público das duas chapas.

Um ponto, porém, é comum entre os membros da Associação de Estudos e Debates e do Movimento de Organização do PTB. Ambos alegam contar com "o respaldo e apoio do doutor Brizola". Questionados nas vilas sobre isso, os membros da Associação não titubelam: "Brizola voltará para fechar conosco". Para isso, no dia 28, a Associação lançou o "Co-

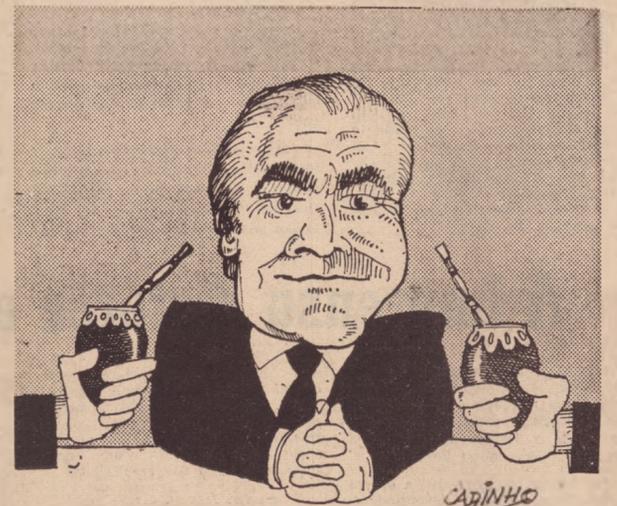
mando de Mobilização Popular" cujo maior objetivo não é bem a mobilização popular, mas a preparação para receber Leonel Brizola em uma recepção-monstro em Porto Alegre.

As mesmas esperanças no doutor Brizola deposita o Movimento Estadual de Organização do PTB.

Com certeza, o aeroporto internacional Salgado Filho, não reviverá os trágicos acontecimentos de Ezeiza, no retorno de Perón à Argentina. Mas o destino dos que acreditaram recuperar a herança do populismo no país vizinho deve ser uma experiência histórica sempre viva em nossa lembrança.

Os signatários do «Movimento»

O manifesto aos trabalhistas está assinado por 95 petebistas entre os quais os ex-secretários de estado Justino Quintana (SEC), Osmar Grafulha (Trabalho) e Alton Barnasque (Administração) do governo de Leonel Brizola além de Leocádio Antunes (Economia) e presidente do BNDE no Governo Jango, Henrique Henkin, e Aldo Sirângelo superintendente e ex-chefe de Polícia respectivamente, pelo governador interino Ajacil de Lemos, ex-secretário da Justiça de Brizola, ex-prefeitos como Farid Salomão (Rio Grande) e Clodomiro Martins (São Leopoldo), deputados federais, estaduais e vereadores. Seus signatários: Sereno Chaise — Otávio Caruso da Rocha — Ajadil de Lemos — Wilson Vargas da Silveira — Deputado Federal Aluisio Paraguassú — Deputado Federal Cardoso Fregapani — Deputado Federal Harry Sauer — Deputado Estadual Carlos Augusto de Souza — Deputado Estadual Gil Marques — Deputado Estadual João Satte — Deputado Estadual Erasmo Chiappetta — Deputado Estadual Marques de Matos — Deputado Estadual Élio Corbelini — Deputado Estadual Aldo Pinto — Deputado Estadual Dorival de Oliveira — Leocádio Antunes — Rubens Porciúncula — Hamilton Chaves — Hilson Scherer Dias — Luiz Maria Ferraz — Paulo Lauda — Farid Salomão — Walter Almeida — Suelly Gomes de Oliveira — Henrique Henkin — Zaire Nunes Pereira — Dilamar Machado — Rui Favali Bastide — José Fidélis Ramos Coelho — Antônio Tabajara de Araújo — Vereador Cleom Guatimozim — Vereador Geraldo Brochado da Rocha Filho — Vereador Wilson Arruda — Vereador Vitor de Araújo — Vereador Valdir Fraga — Vereador Rubem José Thomé — Vereador Eloi Guimarães — Vereador Sadi Schwerdt — Vereador Paulo Satte — Justino Quintana — Osmar Grafulha — Josino de Quadros Assis — Ayrton Barnasque — Carlos Couto Franco — Marcelo Carvalho — Carlos Alberto Peterson — Alberto Martins da Silva — José Bastide — Antonio Guidice — Juarez Guidice — Teresinha Chaise — Emílio João Neme —



Rosalino dos Santos Dutra — Aldo Sirângelo — Nereu d'Ávila — Gabriel Brenner — José Garcia Medeiros — Antonio Germinal Michelli — Nelson Amorelli Vianna — Ollirio Aires Trindade — José Cesar Mesquita — Getúlio Fortuna — Walter Castilhos — Nilton Commin — Anselmo O. da Silveira — Adonís Escobar — Frederico Petrucci — Mauro Pinto Soares — Clodovino Soares — Reucilo Eligio Lopes — Dirceu Castilhos Teixeira Filho — Itagibe Souza Lages — Lino Zardo — Edegar Franco Netto — Lucenir Pohman — Jorge Real — Renato Souza — Flávio Dall'Agnoll — Firmino Santa Helena — Vitor Biazoli — Edegar Carvalho Oliveira — Rita Cássia de Souza — José Maria Picada — Edson Chemiche — Luciano Vullino dos Santos — Adão Pedro Soares — Abílio Soares da Silva — Delorges Gradaschi — Roberto Osório — Clécero Alaor Fraga — Suelly Silveira de Moura — Felisberta Castro — Vitor Araújo — Hildefonso V. dos Santos — Euclides Moura.

A diretoria do Movimento Estadual de Organização do PTB dada e foi empossada ontem mesmo:

Presidente: Wilson Vargas (ex-deputado estadual)
 1.º Vice-Presidente: Gil Marques (deputado estadual)
 2.º Vice-Presidente: Otávio Caruso da Rocha
 3.º Vice-Presidente: Ajadil de Lemos (ex-secretário)
 4.º Vice-Presidente: Suelly Gomes de Oliveira (ex-deputado estadual)
 Secretário Geral: Sereno Chaise (ex-prefeito de P. Alegre e deputado estadual)
 1.º Secretário: Aldo Pinto (deputado estadual)
 2.º Secretário: Henrique Henkin (ex-deputado estadual)
 3.º Secretário: Marcelo Carvalho
 Tesoureiro Geral: Zaire Nunes Pereira (ex-deputado estadual e federal)
 1.º Tesoureiro: Geraldo Brochado da Rocha Filho (vereador)
 2.º Tesoureiro: Erasmo Chiappetta (deputado estadual)
 3.º Tesoureiro: Mauro Pinto Soares.

a greve que abalou o país

Segunda-feira sangrenta em Belo Horizonte

A história da greve que provocou comoção geral no País o que transformou Belo Horizonte numa verdadeira praça de guerra. A fome, a miséria e as péssimas condições de vida dos trabalhadores levaram à decisão pela paralisação, rejeitando as contra-propostas patronais. Nesta edição, uma visão completa dos preparativos da greve, sua deflagração, a segunda-feira sangrenta e sua continuação na terça e quarta-feira, a morte do operário Oracílio, as distorções da imprensa, as negociações secretas e a solidariedade dos trabalhadores de todo o país.

Cobertura de: Arnold Borghet, Aroldo Rodrigues, Cândida Borges Lemos, Juarez Guimarães, Marisa Araújo, Maurício Lemos, Otaviano Carvalho, Paulo Barcala, Ricardo Rabelo, Sandra Starling. Reportagem fotográfica: Fernando Cabral, Sidney Lopes, Mana.

7:00 - Os trabalhadores da construção civil partiram dos piquetes em seus locais de trabalho para o ex-campo do Clube Atlético Mineiro. Este porque o presidente do Sindicato ficou de tentar a liberação do local para esta manhã. Os portões estão fechados por ordem da Secretaria Municipal de Turismo. Todos se dirigem, então, para a praça da Estação Ferroviária.

8:30 - Cerca de 15 mil operários já tomam conta da praça, bem como de suas imediações. Até então não se registra nenhum incidente. A diretoria do Sindicato ainda não está presente.

10:00 - Na praça repleta, um táxi de placa CA-3430, tenta passar pela multidão, atropela um operário, seis companheiros pedem ao motorista para levá-lo ao Pronto Socorro. Ele recusa, sai do carro e dá dois tiros para o alto. Reagindo, os trabalhadores tombam e incendiam o veículo que explode e fica totalmente destruído.

Pouco depois, chegam ao local dois carros do Corpo de Bombeiros para apagar o fogo. A presença dos bombeiros serve para "botar fogo" nos ânimos, pois começa a jogar jatos d'água na população. A Rádio Patrulha chega. Em seguida, vem a Polícia Militar em um ônibus e um caminhão e começa a jogar bombas nos operários. Estes, em contrapartida, jogam sacos de lixo e atiram pedras nos policiais. É o estopim — a massa esquenta e reage a cada gesto da polícia. Nesse mesmo momento, no Palácio dos Despachos do Governo, chega uma comissão inter-sindical. Objetivo: reclamar a liberação do ex-campo do Atlético pa-

ra a realização da assembléia. O local é liberado.

Na praça da Estação, chega a diretoria do Sindicato, em meio a toda exaltação, convocando os grevistas para uma Assembléia no ex-campo do Atlético. Noutro ponto da praça, o caminhão do Corpo de Bombeiros, frente aos revidos da massa às provocações, inicia desesperadas manobras para recolher os bombeiros. Em marcha à ré, atropela um deles e logo mais outro, que tenta socorrer o colega. Na confusão, outros sete ficam feridos. Enquanto isso, nas imediações, a polícia aproveita para "descer o cacete".

11:10 - A polícia abandona a praça, os populares se dispersam, dirigindo-se para o campo. Os trabalhadores sobem, ocupando totalmente a ampla avenida Amazonas, uma das principais da cidade. Nas mãos, nenhuma faixa, nas bocas, os gritos "é oito mil".

Enquanto isso as principais rádios de Belo Horizonte recomendam ao comércio o fechamento de suas portas, alardeando "quebras-quebras" num momento em que isto não acontecia.

Na altura do Mercado Central, a polícia dispersa com a violência de seus cassetetes e bombas a caminhada dos grevistas. Agora, calados, os grevistas sobem a avenida Olegário Maciel. Um deles é ferido no rosto por uma bomba.

11:30 - O estádio ainda permanece fechado. Mas isso não é suficiente para impedir a enorme massa de invadir o campo, definitivamente "liberado". Lá dentro, com um pequeno megafone e aos gritos, o presidente Pizarro tenta, em vão,

se comunicar com cerca de dez mil pretensos ouvintes, que nada escutam. Os grevistas vão se esparramando pela avenida Olegário Maciel. Em pouco tempo, a avenida fervilha de gente.

12:30 - A polícia chega ao local e dispara a primeira bomba e interrompe o trânsito. O comandante da tropa diz estar agindo para proteger a população.

Assassinos! Assassinos!

12:45 - Uma Kombi azul, placa AL-4382, a serviço da empresa "Cozinhas D'el Rey", de fornecimento de marmitas, tenta passar pelo cruzamento da avenida Olegário Maciel com Gonçalves Dias, onde se concentram os operários. Estes pedem para o motorista desviar o carro do local, o qual tenta jogar o carro em cima da multidão. O carro é segurado, o motorista pula fora. Logo após, a Kombi é virada. Uma tropa de choque toma posição na Olegário Maciel com Timbiras, procura empurrar a multidão para dentro do estádio. Aqui se dá o primeiro confronto no local. Os repórteres estimam um contingente de nove mil homens em ação, número que sobe para treze mil, segundo um repórter da rede Tupi. Pedras e paus são as armas usadas pelos quase cinco mil manifestantes em confronto com a PM. A Kombi destruí-

da é levada até a rua Aimorés — dois quarteirões abaixo — onde é incendiada. Assim, a polícia é obrigada a recuar mais ainda. Quatro quarteirões acima uma tropa de choque toma posição. Inicia-se aí o confronto maior. Saldo: Oracílio Martins Gonçalves, operário, é assassinado pela polícia. A massa de trabalhadores luta com paus, pedras e qualquer outra coisa, para tentar fazer frente aos super-bem equipados PMS da tropa de choque. Os milhares de trabalhadores que enfrentam a polícia no quarteirão entre as ruas Alvarenga Peixoto e Gonçalves Dias, ante a ofensiva da polícia, recuam. Ao avistarem o corpo de seu companheiro estendido no chão, morto, voltam dispostos a tudo. "Assassinos! Assassinos! gritam revoltados, cercando o corpo de Oracílio. A polícia avança sobre a multidão. Dispostos a tudo para proteger o corpo, transformam em arma tudo o que encontram pela frente. Estouram bombas, ouvem-se tiros novamente. Um operário cai, atingido na perna, outro leva um tiro no pescoço, sendo levados para o Pronto Socorro pelos companheiros. Aproveitando a ocasião, uma viatura policial se aproxima do corpo. Lépidos, os policiais jogam o corpo no carro, que parte em velocidade. A PM ocupa o quarteirão já agora com nova tropa de reforço.

Sua chegada faz ecoar uma sonora vaia das ruas vizinhas. De repente, em frente ao campo do Atlético, quebram-se os vidros de um Dodge aí estacionado que começa a pegar fogo. Quando isso ocorreu, já que não havia ninguém por perto, nenhum operário, pode ser explicado pelo próprio proprietário do veículo. Segundo este, o ex-jogador do Atlético e do Vasco Bougleaux, o incidente foi provocado por uma bomba. Responsável provável: a polícia.

Dentro do estádio estão milhares de trabalhadores que aguardam os acontecimentos sem saber o que fazer. Alguns saem, outros, em cima do muro atiram pedras na polícia.

13:00 - Os quarteirões estão ocupados pela PM. No rosto de todos os trabalhadores, a revolta. O comentário é geral: "a culpa é da polícia. Eles jogaram bombas nas professoras e elas correram, mas com a gente é diferente".

Um personagem sombrio fica logo gravado na memória dos jornalistas presentes. Camisa preta, calça bege, bigodes. O comandante da operação. A ele todos os soldados da PM recorrem. E recebem as ordens, duras, rudes, monótonas: reprimir, reprimir. Este homem, que aparenta pouco mais de trinta anos, comandou a repressão aos trabalhadores da construção civil. Indagado, negou-se dar seu nome e posto aos jornalistas.

14:00 - Os trabalhadores descem a Olegário Maciel até a praça Raul Soares, lá são novamente recebidos pela polícia e dispersados.

No Pronto Socorro, além do movimento normal, mais de 50 grevistas são atendidos. Nos registros, constam os nomes de apenas oito. Oficialmente, quarenta trabalhadores simplesmente não haviam passado pelo hospital. Os operários feridos, após breve atendimento médico, eram levados por uma porta lateral para serem jogados nos camburões da polícia. Dois médicos residentes, indignados com os acontecimentos, passaram a não liberar os feridos, colocando-os "sob observação". Objetivo: evitar que prosseguissem as prisões. Soldados da Polícia Militar e agentes do DOPS passaram a pressionar os acadêmicos. "Vocês não estão vendo que o DOPS está em cima de vocês?" — alertou-os um repórter da Rádio Itatiaia. Pressionados, eles se retiram do HPS. "No gabinete do governador Francellino Pereira, o secretário da Segurança afirmava, solenemente à comissão inter-sindical que nenhum operário havia sido preso.

No sétimo andar do HPS estava internado Faustino José de Mendonça, um dos operários feridos. A informação era da enfermeira encarregada, dando inclusive o diagnóstico: traumatismo cefálico. O nome de Faustino não constava da lista de entrada no hospital.

15:00 - Na rua Tamóios com avenida Paraná inicia-se uma aglomeração de populares, alguns são trabalhadores da construção civil.

16:00 - Francisco Pizarro entra na Delegacia Regional do Trabalho, também na rua Tamóios.

Sobe a temperatura

16:10 - A cavalaria chega à rua Tamóios, estacionam vários caminhões da PM e viaturas. Os manifestantes partem para as imediações destruindo as vitrines das lojas ainda abertas, poucas, pois bancos e comércio em geral estão com suas portas cerradas. Populares correm pelas ruas, a cavalaria investe sobre grupos que se formam nos passios. Estouram bombas de gás, atiradas sobre a população. O clima é de confusão e a polícia não consegue dispersar os grupos. Jogando sua montaria sobre os populares, um policial sobe no passeio de frente à sede do Sindicato dos Bancários. No chão, cacos de vidro de uma vitrine fazem com que as patas do cavalo escorreguem. O PM puxa as rédeas com força, mas o tombo é inevitável. O policial está no chão. Vaia ecoam de todos os cantos.

Um trabalhador da CEMIG, que passa pelo local, é preso e acusado de "provocar arruaça no trânsito". A cavalaria ganha o passeio da avenida Paraná. Um popular em fuga soue em uma árvore. Cinco policiais a cercam, portando fuzis com bagnetada calada e apontam para ele, obrigando-o a descer. Um dos policiais chega a engatilhar a arma. O rapaz é imediatamente preso. O saldo: seis pessoas presas. Ao cair da tarde, os populares vão se dispersando e, por fim, a polícia decide abandonar o local. Estilhaços de bombas pelo chão, vidros quebrados. Apenas no oitavo andar do Edifício da Delegacia Regional do Trabalho as luzes permanecem acesas. Lá, as diretorias dos sindicatos dos patrões e dos operários e a comissão representante dos trabalhadores permanecem reunidas para discutir os níveis de reajuste de salários dos trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte.



Um operário protege o corpo de seu companheiro assassinado.

A morte de Oracílio

Na avenida Olegário Maciel, por volta das 13 horas, os operários avançam rumo a rua Gonçalves Dias. Tiros. Os operários se dispersam. Uns poucos permanecem no local. Uma bomba atinge o peito do operário Oracílio Martins Gonçalves. Ele cai no meio da rua e tenta se levantar, pedindo socorro. De repente, um tiro o atinge no tórax e Oracílio cai de costas com a cabeça no asfalto. Está morto! Os companheiros vão ao seu encontro, mesmo correndo o risco de também serem mortos. Um deles pede com as mãos para os policiais não se aproximarem. Quinze policiais cercam o corpo de Oracílio. Os operários correm. A camisa azul está banhada de sangue.

Oracílio, 24 anos, casado, um filho de 2 meses, tratadista da Terramaq, assassinado pela PM, com uma bala calibre 38.

O corpo é levado por uma viatura policial para o Pronto-Socorro. Somente à noite é conhecida a identidade do operário. A polícia mesmo transporta o corpo e seus familiares para a cidade de Codisburgo, para o enterro.

O governador do Estado, Francellino Pereira, na 2.a-feira, à tarde declarou à imprensa que a morte de Oracílio foi provocada por um tiro lançado por seus próprios compa-

nheiros. As conclusões do laudo médico, feito às 14.13 horas do dia 30 declara a morte do operário como "causada por um projétil de arma de fogo (bala), calibre 38".

A partir da confirmação do laudo, Amador Amaral, secretário da Secretaria de Segurança, diz ter havido um engano e que a polícia utiliza revolver calibre 38, mas é grande a quantidade de elementos civis que usam este tipo de arma. Francellino Pereira declara que já determinou rigoroso inquérito para comprovar os fatos "mas não se pode fazer qualquer acusação".

"Patrões, vocês têm barões. E nós só temos tostões."

Pizarro, o Pelegão, não queria saber de mobilizar a categoria. Como sempre, preferia os conchavos com os patrões. Mas os operários viraram a mesa.

Este ano a campanha salarial dos trabalhadores da construção civil vinha sendo conduzida por Francisco Pizarro, como ele se acostumou a fazer ao longo dos seus quase 18 anos como presidente do Sindicato. Desde o início do ano, o Sindicato acompanhava os índices de elevação do custo de vida e as taxas de inflação. No dia 20 de junho, Pizarro procurou o Sindicato dos patrões para iniciar as negociações. Nada de mobilizações da categoria, nenhuma consulta às bases. Afinal, a vasta experiência de Pizarro lhe dava tranquilidade suficiente para saber o que podiam pretender os 90 mil trabalhadores que ele representa.

"É oito mil"

Com base nos índices de abril, formulou sua proposta: Cr\$ 3.000,00 para serventes; Cr\$ 5.000,00 de salário para profissional (para pedreiro, carpinteiro, ferramenteiros, etc.); e Cr\$ 12.000,00 para os mestres-de-obra.

Também como nos anos anteriores, Pizarro convocou para o dia 4 de julho a Assembléia geral da categoria, a ser realizada na sede do sindicato. Pizarro esperava o comparecimento de 2.000 operários. Apareceram 6 mil. E o que devia ser um mero ritual de homologação da proposta do sindicato acabou se transformando no pesadelo que esta semana não deixou dormir os patrões, a polícia e o governo de Minas Gerais. Os operários viraram a mesa. Mesmo do lado de fora do Sindicato, onde não cabiam os 6 mil trabalhadores, rejeitaram a proposta de Pizarro, elaboraram outra e elegeram uma comissão de 14 membros para acompanhar as negociações.

A reivindicação das bases, Cr\$ 5.000,00 para serventes, Cr\$ 8.000,00

para os oficiais, Cr\$ 12.000,00 para os encarregados e Cr\$ 20.000,00 para os mestres de obra — acabou gerando a palavra de ordem da greve que viria a estourar 15 dias depois. "É oito mil", gritam hoje os operários pelas ruas de Belo Horizonte. Os oito mil não representam apenas um salário menos miserável e a conquista que os trabalhadores mais buscam nestes dias de tensão; conseguiram finalmente fixar, na Carteira de Trabalho, tudo dentro dos conformes da lei, seu salário profissional. Os pedões enxergam hoje, quase ao alcance das mãos, a realização do sonho antigo: obrigar os patrões a lhes pagar um salário fixo, para não entrarem em leião quando o desemprego aumenta.

Mas o que hoje parece estar ao alcance de suas mãos, não caiu do Céu. Depois da Assembléia do dia 13, muita água correu sob a ponte.

"Agora é nossa vez"

Nova Assembléia para receber a resposta dos patrões fora convocada para 20 de julho domingo, no antigo campo do Atlético. No dia 20, porém, Pizarro volta a se reunir com os patrões e aceita a proposta de adiar a sua resposta para 13 de agosto. Os empresários alegavam a necessidade de maiores estudos e reuniões para fechar sua contra-proposta. Maurício Roscoe, presidente do Sindicato patronal viajara para a Europa e só estaria de volta no começo do mês.

Na Assembléia de domingo, dia 29, os trabalhadores não quiseram saber do adiamento aceito por Pizarro. Desta vez, 20 mil operários lotavam o antigo campo do Atlético, então "gentilmente" cedido pela Prefeitura

Municipal de BH. Antes do início da assembléia, pequenos grupos murmuravam a palavra greve. "Agora é a nossa vez". "Vamos mostrar que o trabalhador da construção não é marginal".

A princípio, Pizarro tentou defender a data de 13 de agosto. Em vão. A multidão gritava pela greve o tempo todo. Três vezes a proposta de greve foi colocada em votação. Três vezes a massa confirmou sua disposição de não esperar mais. Um trabalhador, de baixo de vaia, falou sobre as consequências da greve. Do meio da multidão veio a resposta: "Na padaria eles não vão esperar 15 dias pra gente pagar o pão. Com fome não aguentamos trabalhar". E começou o coro: "é preciso parar", "chegou a nossa vez", "Amanhã ninguém trabalha".

Pizarro então anunciou que a Prefeitura e a Secretaria de Turismo não queriam emprestar de novo o campo, mas que ele faria o possível para liberar o local pra manhã do dia seguinte, para a nova assembléia. Então, alguém sugeriu, como alternativa, a Praça da Estação, em pleno Centro da Cidade, caso o campo não fosse cedido.

Sob o sol do meio-dia, a multidão começa a deixar o antigo estádio. No portão, um cartaz: "Patrões, vocês têm carros, comem bem, vestem bem, vocês têm burões. Nós temos tostões. Precisamos que você aceite nosso pedido de aumento, pois dele necessitamos para viver".

No dia seguinte, nas ruas da cidade e na mesa das negociações os trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte receberam a resposta dos patrões.

A imprensa distorce e mente

"O governo de Minas não aceita nem admite a violência. O povo está contra tudo o que está ocorrendo. Ninguém pode emprestar solidariedade a um movimento desta natureza". (Francellino Pereira).

"A polícia, para manter a ordem pública e a defesa da propriedade, teve integrantes seus agredidos, em vários locais da cidade" (coronel Armando Amaral, secretário de Segurança de Minas Gerais).

Um operário morto e mais de 30 feridos não foram suficientes para mudar o enfoque oficial de encerrar as reações sociais ao modelo econômico-político. Francellino Pereira, após desastrosos processos de repressão às professoras e "formiguinhas", que lhe valeram violenta queda nos complacentes íbopes do Palácio do Planalto, que o apontou como um dos piores governadores dos primeiros 4 meses, não mudou a estratégia e com o mesmo cinismo com que pronunciou frases como "2 Arena é o maior partido do Ocidente" ou "que País é este?", acharia um só culpado para a greve dos trabalhadores na construção civil de Belo Horizonte — "agitadores infiltrados".

No entanto, quase no mesmo instante em que ele falava, o secretário Amador Amaral, da Segurança, distribuía sintomática nota oficial à imprensa, dizendo que os soldados — que usaram desde a bagnetada de calibre 38 — foram feridos "em defesa da propriedade". Ou seja, nenhum compacto apoio da grande imprensa

— jornais, rádios e canais de televisão — que, num "pool" digno de "Copa do Mundo", tentou mostrar a população que os famintos operários, vítimas históricas do processo sócio-político no País, eram agressores, conseguiu dar resultado.

Francellino pode cair

O apoio e a simpatia de grande maioria da população não dependiam da inabilidade das figuras oficiais, nem se evidenciava só através de palmas ou papéis picados. Os comentários, nas principais rodas de esquinas, da eventualidade da queda do governador de Minas, mostram que o senso analítico popular não se perdeu. O próprio Francellino já está convencido da possibilidade de ser, numa jogada estratégica que repercutiu mal no Planalto, procurou, nas últimas semanas, os ex-presidentes Médici e Geisel, em busca da sustentação política. Mas isso foi antes da greve da construção civil, quando Francellino deu as provas "mais graves de incompetência".

Até os trabalhadores da construção civil, desacomodados das "sutilezas" que a grande imprensa usa para distorcer noticiários, perceberam algumas das estratégias usadas e chegaram a promover um "quebra-quebra" em órgãos como a rádio Itatiaia, o Jornal de Minas e insultaram os repórteres da Globo que cobriam a greve. Eis algumas distorções de noticiário: várias rádios noticiaram que um soldado do Corpo

Passeata e repressão, no segundo dia

Sol forte, manhã clara. No antigo campo do Atlético, milhares de trabalhadores, 20 mil, aguardam ansiosos a proposta patronal. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Francisco Pizarro, anuncia nos microfones o que os patrões, "extra-oficialmente" concordaram em oferecer. Uma melhoria. Um piso salarial pouco superior ao salário-mínimo regional — apenas Cr\$ 2.700,00.

Nem bem a proposta é anunciada, a multidão explode de indignação. Braços erguidos, punhos cerrados "Greve", gritam os trabalhadores. "Não" é a palavra que 20 mil bocas pronunciam.

Francisco Pizarro repete a proposta. A massa mantém a disposição.

Faz-se silêncio. Todo mundo está quieto. Pizarro volta a insistir: "Quem for pela continuação da greve levante o braço..."

Num só corpo. Um só braço: 20 mil trabalhadores da construção civil rejeitam a cores, pela TV Globo, a proposta patronal.

E a greve continua, pelo segundo dia.

Um dia de passeata

Logo após a assembleia, os operários saíram em grupos com o objetivo de fazer piquete, se dirigindo para o centro da cidade, bairro São Bento e algumas outras obras em que se imaginava haver pessoas trabalhando. Um desses grupos foi até a Escola de Direito, pegou os cartazes que estavam pregados no restaurante da escola e pediu aos estudantes que lá estavam, para fazerem faixas para que eles pudessem sair em passeata.

Estavam com uma corda. Procuraram organizar um sistema de segurança que devia ter mais ou menos 70 a 80 operários. Colocaram um pedaço da corda na frente e outro atrás, lembrando que a decisão da assembleia era de não depredar. Não fazer baderna. O intuito era informar a população e aglutinar todos os operários da construção civil que estavam desorientados no centro da cidade. O pessoal fez as faixas, desceu a avenida Afonso Pena, pegou a rua Bahia, tudo de uma forma muito organizada, com um apoio

muito grande de populares. O pessoal já ia acompanhando a passeata, gritando a palavra de ordem "oito mil, oito mil"...

Assim, desceram a rua Bahia, sem saber como a polícia reagiria ao movimento de rua. A cavalaria estava cercando a rua da Bahia e os grevistas partiram para cima da cavalaria, de peito aberto mesmo. A cavalaria não tinha outra alternativa, ou partia para a pancadaria ou abria caminho. Parece que a ordem era para evitar um enfrentamento maior. A cavalaria abriu caminho, o pessoal passou e a passeata foi só engrossando, rodando para o centro da cidade. A polícia ia abrindo caminho na hora que a passeata passava.

Os trabalhadores organizam a segurança

O número de pessoas aglutinadas foi aumentando e o próprio pessoal garantindo a ordem da passeata. Muita gente garantia a ordem, principalmente os operários da construção civil.

Nesse momento ocorrem os fatos mais importantes, com o pessoal que trabalha no centro, classe me-

dia, dando um apoio muito grande, jogando papel picado dos edifícios. As palavras de ordem da passeata eram: "contra a repressão", "contra a exploração", "contra a ditadura". O papel picado caíndo de cima dos prédios e a passeata passando tranquilamente por todas as ruas do centro da cidade, na Assembleia Legislativa, na praça da Liberdade, na Prefeitura, na praça da Estação, na Rodoviária, onde a polícia ficou o pé, os operários evitaram a polícia. A passeata contorna a Rodoviária, evita a polícia. Quando passou pela Assembleia Legislativa, a massa aglutinou-se nas escadarias, cerca de 5 mil pessoas. Conseguiram um microfone e falou o deputado do MDB Marcelo Caetano, apoiando a greve. Falaram também representantes do DCE e vários operários. Dali saíram novamente em passeata até mais ou menos 4 horas. Na hora que a passeata parou em frente a Prefeitura e o pessoal reclamou a presença do prefeito, já haviam umas 20 mil pessoas.

Depois das 16,00 horas - Os trabalhadores já estavam cansados e com fome - sem comer desde a manhã - sem uma liderança mais firme que puxasse mesmo o negócio

Os que estavam organizando a passeata começaram a fraquejar, a perder o controle do que o pessoal ia fazendo, dando chutes, pegando trombadinhas que entravam no meio da passeata. Primeiro começaram a pegar os trombadinhas e entregar para a polícia. Depois começaram a dar cacete nos trombadinhas.

A fome e o cansaço aumentavam. A agitação também ia crescendo inevitavelmente ao mesmo tempo que a polícia estava muito mais extensiva nesta hora. Houve momentos que a passeata parou a dois palmos das metralhadoras e dos fuzis de cano grosso de lançar bombas, gritando para a polícia: "assassinos", "assassinos", "vocês mataram um operário". Certa hora na avenida Afonso Pena, parou frente a frente com a polícia. Nem a polícia nem os operários recuavam. Até que a passeata contornou, deu a volta por trás da polícia.

Aumentam as provocações

No final da tarde começou a agitação maior no centro da cidade. As pessoas que se encontravam no centro da cidade começaram também a ter medo. As provocações aumentaram. Latas e plásticos com água eram jogados do alto de vários

prédios. A situação foi ficando inscontrolável. Do alto do edifício Acaíca foram jogadas três latas de cerveja. O pessoal tentou invadir o prédio. Um guarda ferroviário puxou o revólver, os trabalhadores partiram pra cima dele mas a situação foi controlada.

Cerca das 17 horas os operários tentaram pela terceira vez entrar na Rodoviária. A cavalaria então investiu em cima deles. Houve corrida para o lado da rua Mauá, quando foram quebrados caixotes nas ruas e algumas lojas. De lá correram para o centro, onde o quebra-quebra aumentou. As provocações também aumentavam. Na Olegário Maciel, uma mulher jogou uma vassoura em cima dos grevistas. Era um prédio de três andares onde todo o terceiro andar foi apedrejado. No meio disso tudo ouviam-se frases: "Eu vou fazer deste país uma Nicarágua", "nós vamos declarar guerra para o governo, se não tivermos os 8 mil amanhã".

Quarenta pessoas foram presas, segundo a polícia, 38 operários e 2 professores que distribuíam notas de apoio aos grevistas. Terminava o segundo dia da greve dos operários da construção civil em Belo Horizonte.

"Querem responsabilizar os trabalhadores".

Durante toda a tarde e noite de segunda-feira, os líderes sindicais mineiros permaneceram reunidos na sede do Sindicato dos Bancários, onde organizaram uma coordenação de apoio à greve e redigiram uma carta aberta à população repudiando as tentativas de responsabilizar os trabalhadores, feita pelo Governo estadual. Na mesma segunda-feira ainda estiveram no Paácio da Liberdade, exigindo do governador Franco Pereira e do secretário da Segurança, Amando Amaral, a libertação dos grevistas presos. Na terça-feira, a solidariedade dos grevistas foi reforçada pela chegada de um grupo de sindicalistas de São Paulo, formado por Luís Inácio da Silva, Henos Amorina, Jacó Biffar, Hugo Peres e Paulo Skromov, representando o Movimento de Unidade Sindical.

Dos trabalhadores à população

Ha uma covarde tentativa de responsabilizar os operários da construção civil pelos acontecimentos de Belo Horizonte foi palco no dia 30 de julho. Isto é sem dúvida uma campanha para desmoralizar o próprio movimento reivindicatório dos trabalhadores em geral. Por isto, vimos de público solidarizar-nos com aqueles companheiros, divulgar a verdadeira versão dos fatos e esclarecer a população sobre o movimento dos nossos companheiros da construção, que nada desejam senão o direito a uma vida digna.

Os fatos

1 - A construção civil é uma das indústrias mais rentosas e especulativas do país, gerando fortunas incalculáveis nos últimos anos. Entretanto, mantém sua mão-de-obra num regime escravo de trabalho pesadíssimo. Remunera miseravelmente e descumpra as obrigações trabalhistas mínimas. A maior parte de seu pessoal trabalha sem registro em carteira e é obrigada a assinar recibos falsos, vivendo em constante estado de desespero.

2 - Assim sendo, 30 mil trabalhadores, depois de recorrer inutilmente aos patrões através dos órgãos de classe, solicitaram o ex-campo do Atlético para uma assembleia geral. A Prefeitura recusou, apesar de já o ter concedido anteriormente a várias outras categorias.

Esta atitude foi uma discriminação injusta e suspeita, e pode ser considerada como um dos estopins dos acontecimentos.

3 - Não tendo onde ir, os operários da construção civil, dirigiram-se à praça da Estação, único local espaçoso e disponível no centro da cidade. Um motorista lançou imprudentemente seu veículo contra a multidão, atropelando dois manifestantes, recusando-se em seguida a conduzi-los ao hospital. Foi quando a multidão depredou o veículo atropelador.

4 - Um carro do Corpo de Bombeiros chegou ao local, atirando-se sobre os manifestantes e atacando-os com jatos de água. Houve natural reação, com os ânimos já exaltados. Dois soldados caíram do próprio carro de Bombeiros, sendo por ele atropelados.

5 - A partir daí, grupos se dispersaram, ocorrendo tumultos e enfrentamentos, cuja repressão violenta concorreu para maior exaltação dos ânimos.

Destes choques resultou a morte do operário Oracilio Martins Gonçalves, casado, de 24 anos, pai de um filho de dois meses e empregado da empresa Terramaq Oracilio foi atingido a queima roupa por uma bomba disparada por um PM que explodiu em seu peito. Caído no chão, recebeu

ainda vários golpes de casseteles.

A observação desapassionada destes fatos vem revelar quais são os verdadeiros culpados:

a - Os patrões, que desumanamente construíram fortuna sobre a fome e as privações destes trabalhadores;

b - A legislação repressiva que, tudo garante ao capital explorador, impedindo a livre organização dos trabalhadores;

c - A Prefeitura, que recusou indesculpavelmente um espaço adequado onde os trabalhadores pudessem se reunir tranquilamente;

d - Certas autoridades policiais, despreparadas para o exercício de sua missão, que expedem ordens ilegais e desumanas a seus subordinados da PM e da Polícia Civil;

e - As autoridades de trânsito, que não providenciaram proteção adequada ao local que os trabalhadores tiveram de usar para debater suas reivindicações;

f - Finalmente - esta é uma denúncia que desejamos ressaltar - aqueles provocadores, que há tanto tempo vêm tentando torpedear a marcha do país para a plena democracia. Aqueles mesmos que vêm invadindo e depredando redações de jornais e colocando bombas em entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), invadindo lares e ameaçando pessoas. A impunidade com que agem, ao mesmo tempo que mostra suas origens e ligações com o que há de mais reacionário do poder dominante, permite-lhes tentar acirrar ânimos e criar situações que provoquem a volta da repressão total. Nós os denunciamos e, ao mesmo tempo, hipotecamos a solidariedade aos companheiros da construção civil, bem como repudiamos o que tentam jogar a população contra as legítimas lutas dos trabalhadores por salários dignos, a livre negociação salarial e o direito de greve.

Belo Horizonte, 31 de julho de 1979

- Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem
- Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade
- Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais
- Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo de Belo Horizonte
- Sindicato dos Gráficos de Belo Horizonte
- Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais
- Sindicato dos Hidreletricos de Belo Horizonte
- Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo de Minas Gerais
- União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais
- Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte



Operários marcham sobre BH

A marcha sobre Belo Horizonte, organizada por 16 mil trabalhadores das obras de construção da Aço Minas, em Ouro Branco, município próximo à Capital, foi o acontecimento mais importante da quarta-feira, 1.º de agosto. Fretando 120 ônibus para transportá-los, eles mostraram assim, concretamente, uma vez mais, sua adesão ao movimento grevista, depois de terem parado desde a segunda-feira.

Por outro lado, a greve continuava em BH, sem mostras de que poderia arrefecer. Na manhã de quarta-feira, novamente reunidos no velho estádio do Atlético Mineiro, 15 mil trabalhadores decidiram por unanimidade rejeitar a nova contra-proposta patronal (20 a 25 por cento de aumento, pagamento dos dias parados, 10 por cento de adiantamento em janeiro e um prazo, até o fim de agosto, para o estabelecimento do piso salarial). A assembleia, onde a combatividade dos pedreiros parecia não ter sofrido qualquer mudança, foi praticamente abandonada

A solidariedade em São Paulo

Dois passeatas, com dois mil participantes cada uma, e um manifesto de apoio, firmado por sindicatos e federações de trabalhadores foram as principais expressões da solidariedade aos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, em São Paulo.

Na segunda-feira, 30, a passeata marcada para convocar a população para participar do Ato Público previsto para o dia 8, Dia Nacional de Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, assumiu um claro sentido de repúdio ao assassinato do operário Oracilio Gonçalves e apoio aos grevistas. Parlamentares autênticos do MDB, UNE, UEE e outras entidades estudantis participaram da passeata que percorreu, sem incidentes, com a polícia, todo o centro de São Paulo, começando no Largo São Francisco. Na terça-feira, nova manifestação e nova passeata, partindo do mesmo local, contou com o apoio ostensivo da população que, inclusive jogava papéis picados dos edifícios. "Ditadura assassina, matou

o presidente do Sindicato, Francisco Pizarro, transformado em pombo-correio dos patrões (saiu diretamente do estádio, antes do final da Assembleia para se encontrar com a representação patronal).

A tarde, nova assembleia foi convocada, a partir das 16 horas, contando com a participação dos líderes sindicais de São Paulo. Ao mesmo tempo, 10 entidades, como o CBA, DCE da Universidade Federal e sindicatos, organizavam um fundo de greve.

Oracilio Gonçalves, o operário morto, foi enterrado, secretamente em Cordisburgo, sua terra natal, pela polícia, que pretendia evitar novas manifestações de protesto. Enquanto isso, comentava-se que um dos responsáveis pelo seu assassinato, o governador Franco Pereira foi chamado à Brasília. Os boatos que corriam em Belo Horizonte, diziam que o governador poderia ser destituído a qualquer momento, decretando-se Intervenção Federal no Estado.

Um operário", e "Figueiredo ditador, matou trabalhador" foram algumas das principais palavras de ordem gritadas pelos manifestantes.

Sindicalistas

Reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na terça-feira, onde discutiram a proposta de Código do Trabalho, representantes de 30 sindicatos e federações de trabalhadores decidiram interromper os trabalhos para organizar sua solidariedade aos seus colegas de Minas Gerais. O envio de uma delegação (ver ao lado) a Belo Horizonte e a divulgação de um "Manifesto à Nação" foram as formas concretas de apoio encontradas.

Nesse "Manifesto" os sindicalistas paulistas repudiaram os desmandos policiais, responsabilizando a intransigência e a insensibilidade patronais como responsáveis pelos acontecimentos. "Falar em democracia é muito pouco ou quase nada. Importante é vivê-la" diz o manifesto em seu final.



Na DRT: intransigência, farsa e traição

A história secreta das negociações feitas na Delegacia Regional do Trabalho na segunda-feira, 30 de julho. A contra-proposta patronal e as tentativas de conciliação feitas pelo presidente e pelo advogado do Sindicato dos Trabalhadores.

A reunião começou mal pelo lado da lei: nas barbas do Delegado Regional, os patrões confessavam o descumprimento de um artigo da CLT, em vigor no Brasil desde 1943. Isto é, eles se dispunham a, daí pra frente, anotar direitinho na Carteira de Trabalho o salário real dos operários. Entretanto — afirmava o advogado patronal e confirmavam com acenos de cabeça os diretores do sindicato — não podiam apresentar nenhuma proposta salarial concreta, "porque ainda não nos reunimos em Assembleia para discutir a questão". De fato, Apesar de todo o desespero dos trabalhadores, os patrões vinham caufulando com a negligência sua firme disposição de não ceder nem um centavo. Isso já havia ficado claro, desde o começo da campanha salarial, ainda em junho, e evidenciado pela sugestão do Presidente do Sindicato patronal, que insistira no adiantamento das negociações para o mês de agosto, porque ele precisava viajar para a Europa.

Por isso os patrões neste dia sangrento não tinham contra-proposta a fazer. Alegando que "as construtoras vivem de contratos e esses contratos não prevêem reajustes", propunham a volta imediata ao trabalho, prometiam não punir ninguém e fazer sua Assembleia até o dia 6 de agosto para, então, trazerem "uma proposta salarial realista". Cobram ainda de Pizarro a precipitação em fazer a Assembleia dos operários, "quando ainda estávamos em negociações secretas".

O advogado dos trabalhadores formula uma proposta, que é rejeitada, e depois outra.

As negociações secretas

Ai o pau quebra entre o sindicato e os membros da comissão de greve, que não aceitam de maneira alguma a segunda proposta que seu próprio sindicato acaba de encaminhar.

O Delegado Regional do Trabalho intervém, responsabilizando os trabalhadores pelos "terríveis acontecimentos". Anuncia que vai pôr fim à tentativa de conciliação. "Agora a questão passa para a Justiça do Trabalho", relembra Osmélio, que conhece de cor também o art. 23 da lei anti-greve.

Os grevistas respondem ao Delegado Regional: "nem 50 centavos os patrões ofereceram". Por isso — e não por outra razão —, ninguém poderá prever o que vai acontecer amanhã, quando contarmos à Assembleia o encontro com os patrões.

Nesse instante o advogado patronal pede a suspensão da reunião para aconselhar seus clientes.

Enquanto o advogado conclava os patrões, Pizarro conta para o EM TEMPO a história das "negociações secretas": "Levei aos patrões a proposta de Cr\$ 5.000,00 de salário profissional, Cr\$ 3.000,00 para servente e Cr\$ 12.000,00 para mestre de obras mas os trabalhadores não concordaram com isso, na Assembleia do dia 5 de julho". E completa, com arresolado: "Esperávamos 2.000 e compareceram 6.000 trabalhadores na Assembleia Geral."

São 20,20 hs. e a reunião vai recomeçar.

O advogado dos patrões começa a falar, enfrentando com tranquilidade e categoria os microfones da imprensa: "Não estamos autorizados por

nossa Assembleia a negociar, mas ouvimos o apelo do Sindicato e dos trabalhadores — que têm o nosso respeito, ao contrário do que afirmaram — e chegamos a números, como vocês querem. A propostas concretas.

Como não estamos autorizados por nossa Assembleia, antes de anunciar a nossa proposta, devemos enfatizar que se trata de uma proposta extra-oficial, uma proposta da Diretoria do nosso Sindicato", frisa Dr. Ordélio Azevedo "e, por isso, para formulá-la, exigimos que ela não conste em Ata. Prometemos, contudo, o maior empenho no sentido de que ela seja ratificada por nossa Assembleia, o que praticamente equivale a sua aprovação porque — ao contrário do que acontece com Pizarro, que não consegue obter de sua Assembleia a aprovação das propostas que encaminha — temos vários precedentes que demonstram que nossa Assembleia confia em nós e aprova as nossas propostas..."

Pizarro abaixa a cabeça.

As condições dos patrões

Mas as atenções estão voltadas para o advogado dos patrões que solenemente passa a anunciar os termos da proposta:

"Se os trabalhadores voltarem ao trabalho amanhã — e essa é a condição para que possamos encaminhar esta proposta à nossa Assembleia, eles terão: pagamento do dia de hoje, 30 de julho e do dia de amanhã, 31 de julho; não punição aos grevistas; não será cortado o repouso remunerado; aceitação do salário de carteira e anotação na carteira, a partir da admissão, do seguinte piso salarial: Cr\$ 11,50 por hora para servente; Cr\$ 13,23 por hora para melo-oficial; Cr\$ 15,53 por hora para oficial; Cr\$ 30,00 por hora para encarregado de obra e Cr\$ 50,00 por hora para mestre de obra. Finalmente, nova reunião para prosseguimento das negociações no dia 6 de agosto de 1979".

A contra-proposta patronal provoca de imediato uma só reação: todo mundo que está do lado de cá da mesa, isto é, os trabalhadores, fazem contas.

E a consternação é geral pelo lado dos grevistas: feitas as contas, o salário ficava na mesma.

O advogado dos trabalhadores toma a palavra. A esperança de que o Dr. Sílvio de Abreu Santos defendesse os interesses dos trabalhadores morre com sua primeira frase. Ele não discute a proposta dos patrões mas se volta em direção aos membros da comissão de greve e começa a insistir com eles para que aceitem a proposta.

Entre os representantes dos grevistas reina o silêncio. O sindicato assume levar a contra-proposta dos patrões à Assembleia. O Delegado Regional do Trabalho ordena a leitura da Ata.

São 21:10 hs. do dia 30 de julho de 1979.

piquetão



Dá gosto de ver o que está ocorrendo no Rio de Janeiro. Há um festival de greves, mostrando que os trabalhadores redescobriram a força de sua organização e mobilização. Iniciada já no primeiro semestre com motoristas, professores e metalúrgicos dos estaleiros, o ciclo continua com mais intensidade no segundo, prometendo ampliar-se ainda mais. Começamos com a greve que vem paralisando, desde o dia 23 de julho a Fiat Diesel, em Caxias, onde trabalham 3.500 operários. Iniciada com a participação de apenas 500 trabalhadores de um setor, que reivindicavam o fim das demissões em massa, e o não desconto dos dias em que foram obrigados a faltar ao serviço por causa da greve dos ônibus, ela estendeu-se não apenas quanto ao número de participantes, quanto ao elenco de reivindicações já no dia seguinte, depois da demissão de um líder sindical. Assembléias diárias massivas com 2.500 trabalhadores ampliaram as reivindicações, passando a exigir aumento de 90% para todos, piso salarial de Cr\$ 6.114,00 e adicional de insalubridade. Nesse período, foi eleita uma Comissão de Salário e Mobilização, encarregada de negociar diretamente com a empresa e organizar os piquetes diários.

Até a hora em que o Piquetão estava sendo redigido, não havia sido obtido acordo algum: a Delegacia Regional do Trabalho ameaça aplicar somente o índice oficial de reajuste — 44 por cento —. Sem intimidar-se com essa perspectiva, os grevistas continuavam animados: ainda na terça-feira, 31, no pátio da Matriz de Santo Antonio, com a participação de suas famílias.

Professores

Engrossando a luta dos da FIAT, os professores voltam a greve, iniciando o semestre letivo de braços cruzados. A decisão foi tomada na assembléia realizada no dia 30, no Clube Maxwell, em Vila Isabel, com a participação de dois mil professores. "Promessas só para santos" dizia uma das faixas levadas, mostrando que ninguém estava disposto a aceitar o letrado do secretário da Educação, Arnaldo Niskier, de que atenderia as reivindicações dos professores — o cumprimento das promessas feitas quando da greve do princípio do ano. — Eles só voltaram mesmo às aulas com o atendimento de tudo, tinton por tinton.

Semana Inglesa

Já no sábado, 4 de agosto, só para provar o gostinho de ficar parados, entram em greve os comerciantes de São Gonçalo e Niterói. Eles exigem o cumprimento da semana inglesa, isto é, de cinco dias. No domingo, quem diria, o Figueiredo e outros figurões estão arriscados a ficar sem ver os cavalinhos correrem no Grande Prêmio Brasil: é que os funcionários do sofisticadíssimo Jockey Club de Rio prometem entrar em greve, exigindo melhores salários (em São Paulo, há dois meses, um movimento semelhante obrigou a suspensão das corridas).

Vigilantes

Finalmente, embora não seja o fim, na terça-feira, sete de agosto, será a vez dos vigilantes: eles garantem que entrarão em greve, na esteira dos colegas mineiros, se as empresas não aceitarem o piso salarial de Cr\$ 5 mil.

Metalúrgicos

O festival carioca começou com metalúrgicos e vai encerrar a primeira parte com metalúrgicos. É que desde o dia 27 a categoria entrou em assembléia permanente, preparando-se para a campanha salarial deste ano (o dissídio é em setembro). Exigem um aumento de 83 por cento, salário piso de Cr\$ 6.114,00, antecipação da data-base para primeiro de agosto, estabilidade para delegados sindicais, jornada de 40 horas, etc. No dia 24 tem outra assembléia, quando a categoria discutirá a proposta patronal: até lá, será intensificada a organização e a mobilização, com a realização, a partir do dia 6, de comícios-relâmpagos nas fábricas.

Pombos-Correios

Os carteiros seguem pelo mesmo caminho, não querem saber de ficar entregando cartas pelas ruas. Estão exigindo da Companhia Brasileira de Correio e Telégrafos um aumento fixo e imediato de Cr\$ 2 mil para todo mundo, e mais de 30 por cento a partir de novembro, além da reintegração de oito companheiros demitidos pela CBCT por terem formado uma comissão (composta por 20 carteiros), destinada a organizar a mobilização da categoria.

Desburocratização

Os funcionários da Prefeitura de BH resolveram dar uma mãozinha para o Hélio Beltrão, encarregado de desburocratizar e desempear a máquina administrativa. Considerando que um dos fatores que mais entravam o serviço público é o péssimo salário do funcionalismo, apresentam um total de 20 reivindicações bem descomplicadas, fácil de serem entendidas, até por prefeito bônico: piso salarial de Cr\$ 7.080,00, com aumentos escalonados para os demais níveis, equiparação salarial para os aposentados, 13,0 salário, 15 por cento de quinquênio, etc. Entregues ao prefeito, 12 foram vetadas, inclusive a principal, a do aumento, pois o edil belhorizontino considera que já houve aumento de 43% e mais um abono, em junho.

Acordo

Finalmente, embora não tivessem obtido exatamente o que pediam os enfermeiros da rede hospitalar de BH aceitaram um acordo na base de 50 por cento. Depois da assinatura do dito, na DRT, dois mil do pessoal de branco saiu em passeata pela avenida Afonso Pena, comemorando a vitória, e agradecendo o apoio da população.

Demissões

Uma comissão de trabalhadores da Sabesp de São Paulo esteve no EM TEMPO, denunciando ao PIQUETÃO a demissão de trabalhadores com membros da Chapa 2, de Oposição, que venceu, mas não levou, as eleições do sindicato da categoria, no ano passado. A sem-vergonhice da direção da empresa (presidida até há pouco pelo atual prefeito Reynaldo de Barros) é tanta, ao ponto de demitir, por "inadaptação" funcionários com cinco, seis e até 10 anos de trabalho. Outro trabalhador foi demitido por "motivos desconhecidos". E o pelegão da categoria, como é natural, continua desconhecendo as demissões, não mexendo uma palha em favor dos seus companheiros de trabalho.

Carbano

E o mau exemplo anda a cavalo: pois a mesma alegação de "inaptidão" foi utilizada pela Light para demitir um ativo participante da recente mobilização salarial dos eletricitários, Severino Bezerra, funcionário da subestação de Guarulhos. Alegam que ele, técnico eletrônico, é "ineficiente". Com um detalhe: só agora, depois de quatro anos de "laburo" do Severino é que foram descobertos isso.

Emendas

Representantes de 30 sindicatos e Federações de São Paulo estiveram reunidos na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no dia 31. Além de discutirem a solidariedade aos trabalhadores da construção civil de BH, eles debateram a proposta de Código do Trabalho. Foram aprovadas algumas emendas, como a que prevê a eleição direta dos vogais trabalhistas, e sua revocabilidade, a qualquer momento, além do pagamento de remuneração idêntica à recebida no emprego, pelas assembléias sindicais, bem como a unificação, em todos os níveis, das eleições (sindicatos, federações e confederações).

Mais demissões

Logo após o término da campanha salarial dos metalúrgicos de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, começaram as demissões: seis trabalhadores, dois da Metalúrgica Gedore e quatro da "Rossi Armas e Munições", foram despedidos sem motivos algum, exceto de terem se revelado dos mais ativos durante a campanha, que resultou num aumento de 63 por cento.

Rodoviários do Rio

O balanço da Oposição Sindical Independente

A história da segunda greve dos rodoviários, que parou o Rio de Janeiro — no depoimento de dois trabalhadores — A Luta contra os pelegos e as perspectivas da Oposição Sindical — Estender as conquistas aos trabalhadores estaduais — Preparar o dissídio em setembro — Debater o PT — Organizar comissões nas empresas (Sucursal do Rio)

Lia Tarantino (cobradora) e Dilon Magalhães (motorista), membros da Oposição Sindical Independente dos Rodoviários e responsáveis pelo jornal "A Bronca do Leão", são um exemplo de combatividade e, ao mesmo tempo, vítimas da repressão dos patrões e do governo.

Lia foi presa durante o dia 17 de janeiro deste ano, quando da primeira grande greve que paralizou totalmente o Rio, e Dilon foi despedido em dois de maio deste ano, no momento em que denunciou a exploração dos patrões sobre seus colegas de empresa (Estrela Azul) e, também, em represália pela sua atuação na defesa dos interesses da categoria durante a greve.

Juntos, fazem um rápido histórico e um balanço da segunda greve dos rodoviários do Rio, bem como apontam algumas perspectivas da Oposição Sindical Independente para as próximas lutas que a categoria deverá enfrentar, tanto a curto prazo, como também em janeiro do próximo ano, quando da nova Campanha Salarial dos Rodoviários.

Histórico da Greve

A primeira greve dos Rodoviários do Rio, em janeiro de 79, vinha sendo preparada desde outubro do ano passado, dada a insatisfação da categoria com suas péssimas condições de trabalho, bem como pelos salários baixos pagos pelos patrões, amparados na política de arrocho salarial do governo.

"Embora em janeiro a categoria obtivesse uma vitória, conseguindo equiparação com os motoristas e cobradores da CTC, surgiu a necessidade de uma maior organização da categoria para fazer frente ao caráter anti-democrático da condução das lutas pela diretoria do Sindicato, fortalecendo-se a partir daí, a idéia de um trabalho mais sistemático como Oposição Sindical, mobilizando as novas lideranças que surgiram.

"As tarefas desenvolvidas pela Oposição Sindical, de janeiro a julho deste ano, foram no sentido de denunciar as péssimas condições de trabalho da categoria e organização das bases nos diversos locais de trabalho.

"Inicialmente, as denúncias eram feitas ao Sindicato, cuja imobilidade na resolução de casos de companheiros lesados pelas empresas, face aos limites deste sindicalismo atrelado e pelego, obrigou-nos a buscar soluções coletivas como Oposição Sindical.

Foi assim que se partiu para, inicialmente, editar, em março, um folheto com histórias em quadrinhos, denunciando as precárias condições de trabalho e não cumprimento da legislação trabalhista específica e, posteriormente, a editar, em junho o jornal "A Bronca do Leão" (leão é como os motoristas se chamam), como instrumento de denúncias, mobilização e propagação.

"Além destes instrumentos eram elaboradas convocatórias para mobilizar a categoria para a campanha por equiparação salarial aos motoristas interestaduais, levando grande número de companheiros para as assembléias do Sindicato.

"A disposição de luta da categoria fez desta reivindicação sua principal bandeira de luta, o que levou à greve de três e quatro de julho, ante a intransigência dos patrões e do governo, não obstante todas as manobras da diretoria do sindicato no sentido da desmobilização, antes e durante a greve.

A greve e seu lado político e organizativo

"A Oposição Sindical Independente foi a que levou às assembléias as propostas mais representativas dos interesses da categoria e, se houve algum saldo político e organizativo, foi devido à combatividade da categoria e das oposições sindicais, que contrastaram com as manobras e a desmobilização por parte da diretoria do Sindicato.

Estas propostas, aplaudidas pela grande maioria que compareceu à assembléia de mais de 3.000 pessoas, foram as seguintes:

- 1) GREVE por tempo indeterminado, até os patrões e o governo concederem a equiparação salarial com os motoristas interestaduais.
- 2) COMISSÃO DE GREVE, formada por dois companheiros por empresa, com o objetivo de: a) democratizar ao máximo as lutas dos rodoviários, servindo esta representação como embrião de comissões de empresa; b) organizar a mobilização e os piquetes; c) acompanhar as negociações com os patrões e o governo; d) fazer a diretoria se subme-

ter às deliberações da assembléia; e) evitar as manobras da diretoria do Sindicato, que visavam desmobilizar a categoria, tal como já havia acontecido em janeiro.

3) ASSEMBLÉIA PERMANENTE no Sindicato, com sessões a cada 24 horas, para acompanhar o andamento das negociações.

4) CARTA À POPULAÇÃO, explicando as razões da greve e evitando as manobras do governo visando indispor a categoria contra a população.

Os dois itens mais importantes, sob o ponto de vista organizativo, nem sequer foram colocados em votação pela diretoria do Sindicato, que manobrou todo o tempo, não só para que não fosse aprovado o primeiro, tem provocado a revolta do plenário, como também para evitar uma democratização maior das discussões e encaminhação dos interesses concretos da categoria. A diretoria formou apenas uma Comissão de Greve com pessoas de sua confiança e com poucos líderes das oposições sindicais, para que pudesse manobrar à vontade.

"Esta greve demonstrou, mais uma vez, os limites do sindicalismo atrelado ao governo, ameaçado constantemente de intervenção e, também, demonstrou o caráter anti-democrático da diretoria, não obstante os trabalhadores terem conseguido, mais uma vez também, revogar, na prática, as leis anti-greve (CLT, a 4330 e decreto 1632) e a política de arrocho salarial do governo.

Vitória parcial

"A vitória parcial, já que não se conseguiu a equiparação aos motoristas interestaduais, deve-se exclusivamente à união e ao espírito de luta de categoria, que parou o Rio sem um único fura-greve.

"Se dependesse da Diretoria do Sindicato, nem a greve teria saído, nem tampouco seria obtido o reajuste de 35% sobre os salários conquistados em janeiro deste ano.

"Neste processo de mobilização surgiram novas lideranças de base, já bem mais aventadas às manobras dos pelegos, que impedem um nível de organização maior de categoria.

— No entanto, hoje, as bases já reconhecem e confiam na Oposição Sindical Independente, que prosse-

guirá na luta até a categoria obter a equiparação aos motoristas interestaduais, possivelmente na campanha salarial de janeiro do próximo ano.

Perspectivas de luta

"As perspectivas de luta da Oposição Sindical são de se preparar para as próximas eleições do Sindicato em outubro e para as lutas em setembro deste e janeiro do próximo ano. No dia 17 de julho, foi decidido que as vitórias parciais obtidas pelos motoristas de empresas particulares serão estendidas aos motoristas da CTC, que também entraram em greve em 3 de julho e, por manobra dos patrões e do governo, não tinham recebido o reajuste pelo qual lutaram. Em setembro, os motoristas da CTC voltarão à luta para um novo dissídio.

"Para se preparar para estas próximas lutas, além da organização para um trabalho mais consequente junto às bases, a Oposição Sindical Independente lançará, nos próximos dias, o segundo número do jornal "A BRONCA DO LEÃO", continuando com as denúncias das condições péssimas de trabalho dos motoristas e cobradores, da burla da legislação trabalhista, pelos empresários e abrindo o debate sobre importantes questões de interesse da categoria, tais como: 1) Um balanço da segunda greve;

"2) as limitações e o engodo que representa, para os trabalhadores, o projeto de reforma da CLT do governo e a necessidade de uma participação maior na discussão de um Código do Trabalho;

"3) as formas de romper com os limites estreitos da participação política dos trabalhadores, ampliando as lutas do campo das reivindicações meramente econômicas para as de caráter político, o que significa veicular as discussões em torno do programa do Partido dos Trabalhadores (PT).

Finalmente, pode-se dizer que a grande lição que se tirou da greve dos Rodoviários, mais uma vez, é a da necessidade de organização dos trabalhadores pela base, nas comissões de empresa, rompendo com os limites do sindicalismo oficial, e mais ainda, a necessidade de articulação com as Oposições Sindicais, a nível regional e nacional."

LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO - 19

Moçoilas frenéticas diante de Prestes

A moçada se ouriça para ver de perto e ao vivo o Cavaleiro da Esperança. E quando ele surge na tribuna Maria e Amélia comentam entre si: "ele ainda é muito atraente; gostaria de ter nascido em tempo para poder acompanhá-lo na coluna".

Por Antônio Carlos Felix Nunes

um clube esportivo da Moóca. Aparecerá pela primeira vez após ter se hibernado não se sabe onde. Por isso, a modesta casa do casal Ramon, lá no afastado bairro de São Miguel Paulista, agita-se num clima de festa. Desde a manhã a moças se preparam diante do espelho, num ajelitar e desajelitar os cabelos, numa constante troca de vestidos, na transmutação de sorrisos e gestos. Escolhem as caras e as vestimentas com as quais comparecerão ao ato.

O velho Ramon, exultante como nunca, aprecia aqueles impulsos da vaidade feminina sem se cansar de recordar o que sabia das aventuras do "Cavaleiro da Esperança". "Conta às moças, com o entusiasmo de quem redescobre a beleza da vida, como foi o comício do Anhangabaú, nos idos de 1946, quando Prestes saiu dos cárceres do Estado Novo para cair diretamente nos braços do povo.

"Agora val ser a mesma coisa, tenho certeza", prediz, transbordando de contentamento. Acrescenta, fixando seus olhos brilhantes nas filhas, como a se orgulhar da prole que constituirá: "Ele é ainda o "Cavaleiro da Esperança", vocês vão ver como fala, como magnetiza as pessoas como consegue convencer de que esse maldito capitalismo está por um fio. Bastará um empurrão para ser derrubado, um empurrão das massas, dirigidas por ele. Ninguém segura mais o Partido Comunista".

— E ele é muito bonito como mostram essas fotografias antigas? Perguntou a mais nova, encarando o pai com um sorriso de malícia. Ramon pensou um instante, procurava desvendá-lhe a intenção. Se fosse no sentido de cobiça física, talvez a menina não o achasse bonito, já deveria estar com uma expressão envelhecida. Prestes afinal beirava aos sessenta anos, não poderia ser o mesmo homem de outrora, além do que passara por terríveis sofrimentos, levava uma existência atribulada e perigosa. E disse, num tom de brincadeira:

— Não sei, filha. As mulheres é que têm esse poder de avaliação. Mas suponho que seja ainda atraente. Entretanto, lhe garanto que ele já está comprometido: casou-se com o povo depois que ficou viúvo, em 1937, época em que Getúlio Vargas entregou sua esposa aos assassinos da Alemanha. Certamente, esse seu novo casamento vai ser sólido e duradouro, nenhum governo fascista

será capaz de separá-lo de novo, ele veio para ficar e sob sua sábia orientação o povo construirá a grande família socialista".

Não era só na casa de Ramon que ocorriam esses lances de culto ao dirigente maior do PC. Já na véspera daquele dia, os bairros amanheceram cobertos de inscrições contendo igual carga de louvor à sua pessoa: "Viva Prestes! Está de volta o querido "Cavaleiro da Esperança" — eram os dizeres que encimavam o local e a hora da manifestação. Durante toda uma semana as células trabalharam em função do ato, pichando muros, estendendo faixas nas vias públicas, distribuindo panfletos, discutindo detalhes de sua organização e até passando entre os populares umas moedas cunhadas com a cara de Prestes, como se fossem dinheiro verdadeiro. A propósito, por este tempo, consideráveis importância junto aos simpatizantes, pessoas do povo, comerciantes e industriais chegados ao Partido. E nos lares dos militantes mais antigos, como o Ramon, os filhos que não haviam conhecido Prestes ao vivo, atuchavam-lhes perguntas sobre o homem do qual até então só tinham ouvido falar. Nas ruas, deparando-se com essas inscrições, muita gente não conseguia disfarçar um sorriso de satisfação, ou a exclamação: "oh, esse homem é grande!"

Viva o cavaleiro da esperança

Na casa de Ramon, as moças já estão prontas e vão seguir para o ato. Carmen, a mais velha, acabou optando por uma blusa verde-oliva e uma saia cor-de-rosa. Sua cabeleira vasta, quase sempre solta sobre os ombros, foi repartida em duas tranças e presas por fitas vermelhas, o que lhe empresta uma leve aparência de cigana. Maria e Amélia preferiram vestidos inteiriços e justos, salientando os contornos de seus corpos. O da primeira é quadrilado em vermelho e preto, o da segunda, estampado em amarelo. Também não acompanharam Carmen no penteado, mantiveram os cabelos totalmente soltos, apenas enfeitados no alto da cabeça com iguais fitinhas vermelhas.

O local do ato já estava cheio quando elas lá chegaram acompanhadas dos velhos. Bandeirolas brasileiras e outras só com as cores do Partido — vermelho e branco — en-

feitavam todo o recinto. Risonhos militantes o percorriam recolhendo contribuições em sacolas de pano; outros vendiam as moedas de bronze com a cara de Prestes, livros de Lenine, o Manifesto Comunista, romances de escritores russos... Sobre a tribuna da qual Prestes falaria via-se uma enorme faixa com a inscrição em vermelho "Viva o Cavaleiro da Esperança!"

Pelos cantos do salão se formavam grupos de conhecidos e muitos se abraçavam longamente, na alegria de um reencontro que parecia acontecer depois de muitos anos. As três irmãs se juntaram a outras moças e deram trela a uma conversa animada. A trintona Henriqueta, antiga militante no Distrito do Belenzinho, gabava-se de ter estado com Prestes dias antes de ele deixar a vida clandestina. Tal privilégio no transcorrer de uma reunião orgânica do Distrito, à qual o secretário-geral do Partido estivera como observador, pois lá retornar à vida legal e pretendia sentir o nível de politização dos militantes com os quais mais tarde teria muitos contatos. Henriqueta descreveu o seu porte físico, seu modo claro de falar, a rapidez com que respondia às indagações dos militantes, demonstrando extraordinária presença de espírito. Cheias de curiosidade e embevecidas, as três irmãs acompanhavam o relato entremecendo-o de mais e mais perguntas. Até que os alto-falantes anunciaram: "Atenção, o camarada Prestes está chegando".

Houve um instante de silêncio, rompido em seguida com estrondosa salva de palmas tão logo Prestes apossou-se da tribuna, acenando à platéia com o característico punho cerrado. Então, a mais nova das irmãs Ramon sussurrou a Carmem: "Realmente, ele é ainda muito atraente, como advinhara nosso pai. Gostaria de ter nascido em seu tempo para poder acompanhá-lo na Coluna". Interrompeu sua confidência ao soar a voz de Prestes:

— Meus queridos amigos, companheiros e companheiras! É imensa minha satisfação em estar novamente com vocês. Os patriotas e as forças populares venceram mais uma batalha e avançam a passos largos para a conquista de uma sociedade democrática em nossa Terra. Hoje, a reação já não consegue deter essas forças, elas avançam em todo mundo e mais de um terço da humanidade já vive no regime socialista".

Na próxima semana: O PC começa a se rachar.

Governo começa a balançar

greve de fome no rio

"A greve de fome dos presos políticos do Rio não levará o governo a alterar o projeto de anistia remetido ao Congresso". (Secretário de imprensa da presidência da República, Marco Antônio Kraemer, 2.a-feira, 23 de julho)

"O presidente João Figueiredo jamais afirmou que este projeto é a última palavra". (Senador Jarbas Passarinho, líder do Governo, sábado, 28 de julho)

Quarta-feira, dia 25, Presídio Milton Dias Moreira. José Roberto Gonçalves Resende, condenado há 69 anos por crimes políticos, para de falar e deixa dissolver na boca um pouco de açúcar mascavo. Sereno, continua a explicar a greve de fome que começou, com 13 outros companheiros, três dias antes. Nas paredes descaídas de sua cela, cenas de Carlitos. Fora, no galpão de jogos e onde assistem a filmes ("Cinema Iris"), uma roda grande de presos discute a greve com líderes sindicais e intelectuais. Lá estão Antônio Houaiss, Antônio Callado, Mário Lago, Oscar Niemeyer, José Roberto é incisivo:

— Nós sabemos que a repercussão das visitas destes grandes nomes acaba sendo uma pressão em cima do governo. Mas não temos ilusões. É o movimento popular que vai conquistar anistia ampla, geral e irrestrita.

Quinta-feira, dia 26, centro do Rio. Mais de 3 mil pessoas transformam um ato público de solidariedade de aos presos em greve de fome e de repúdio ao projeto de anistia do Governo em passeata. Durante uma hora e com evidente apoio dos que deixam o serviço e se dirigem para casa é dos que se debruçam sobre as janelas dos prédios, estas três mil pessoas percorrem as principais ruas da cidade e improvisam um comício na estação das barcas da Praça XV. É sem dúvida a maior manifestação de rua no Rio desde 1968.

A pressão do movimento popular contra o projeto de anistia restrita do Governo Figueiredo, que começou a ser apreendido pelo Congresso nestes dias, superou as expectativas. Esta confissão foi colhida entre os presos políticos e os dirigentes dos organismos que lutam pela Anistia. As seguidas declarações dos porta-vozes oficiais do Governo parecem comprovar o peso destas pressões. Ao longo dos primeiros dias da greve, a grande imprensa fez repercutir desde advertências de generais e assessores — que deixaram claro que o projeto era inalterável — até a aparentemente surpreendente declaração do Passarinho, no sábado, 28, de uma certa forma condescendente e conciliadora.

O silêncio da grande imprensa não impediu, contudo, que a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita crescesse diariamente e se ampliasse por todo o Rio. Um balanço do que aconteceu na cidade na primeira semana da greve dá uma idéia aproximada de como a luta vem ganhando corpo e permitindo acumular forças para os embates de agosto, em Brasília.

Cresce a pressão

Ainda no domingo, no mesmo momento em que os 14 presos políticos anunciavam o início da greve de fome, duas caravanas do CBA percorriam a feira nordestina de São Cristóvão e as ruas de Nova Iguaçu, fazendo panfletagens e discursos que reviveram as campanhas eleitorais populares de novembro. Na segunda-feira, os presos políticos receberam a visita do deputado Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara de Deputados. No dia seguinte chegou a notícia de que os quatro presos do Ceará aderem ao movimento do Rio. A Ordem dos Advogados do Brasil condena a "odiosa discriminação" do projeto de anistia do Governo em longo e minucioso parecer jurídico aprovado por seu Conselho. O Senador Teotônio Vilela, há dias no Rio, ouve dezenas de familiares de desaparecidos. O senador será o presidente da Comissão Mista que apreciará o projeto do Governo.

A greve dos presos políticos do Rio deslançou a ofensiva dentro da oposição extra parlamentar da contagem regressiva para a votação no final de agosto do projeto de anistia do governo. E o saldo até agora é altamente positivo. O governo já começa a alterar sua postura inicial de a todo custo levar o projeto inalterado até o fim.

Por Marcelo Beraba

Na quarta-feira, os presos políticos recebem visitas de intelectuais e líderes sindicais. O Sindicato dos Médicos, chamado pelos próprios presos para assisti-los durante a greve, divulga uma nota oficial rechaçando o projeto do governo e exigindo anistia ampla, geral e irrestrita. Os presos do Recife (Itamaracá) anunciam que entrarão em greve de fome; ato público em São Paulo prisioneiros em Brasília.

Presos soltos no Natal?

O ato público, na Cinelândia, a partir das 16 horas, e a passeata pela cidade que só terminou às 19 horas, na Praça XV, foram os acontecimentos mais importantes da 5.a-feira. Artistas e radialistas da Rádio Nacional, cassados em 1964, se reúnem na ABI e exigem anistia sem restrições. No Sul, militares atingidos pelo golpe se reúnem, encabeçados pelo general Assis Brasil. Os jornais confessam que o Governo pensa em apressar a aprovação do projeto para evitar mais pressões. Os presos po-

líticos do Rio recebem a visita inesperada do deputado federal Miro Teixeira e outros cinco chaguistas. Miro, 550 mil votos, mais conhecido por sua omissão em Brasília, se compromete a levar a luta para anistia para a tribuna parlamentar e para os comícios no interior do Estado.

Na sexta-feira, o secretário de imprensa da Presidência da República volta a afirmar que "as manifestações públicas não influenciarão o Presidente", e que o projeto de anistia parcial não será alterado. Os professores de história, no entanto, parecem não acreditar e o 10.º Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Niterói, termina com um apelo ostensivo à greve e a luta pela Anistia.

No sábado, o senador Jarbas Passarinho volta atrás e diz que as coisas não são bem assim, que o projeto pode ser alterado, pra ninguém se precipitar, etcetera e tal. O senador Dinarte Mariz, da Arena, é a segunda grande surpresa da semana. Car-

regado pelo deputado federal do MDB Marcelo Cerqueira, ele visita os presos políticos, fala muito de um suposto golpe militar que se avizinha, reconhece que os presos políticos "não são terroristas" ("Terrorista é a Ditadura", gritavam os 3 mil manifestantes na passeata de quinta-feira) e garantiu que o Governo soltará os presos políticos no Natal (!).

Mas não foram só os políticos de carreira que aproveitaram o fim de semana para visitar os 14 presos da Frei Caneca. Artistas de teatro, televisão e cinema lá estiveram, como Lucélia Santos, Ney Latorraca, Roberto Nascimento, Tetê Medina, Marília Pera, Vanda Lacerda e Beth Mendes.

Movimento nas ruas

É evidente que o movimento por uma anistia ampla, geral e irrestrita — que implicaria na libertação de todos os presos políticos, na volta de todos os exilados, na extinção das cassações e reintegração dos trabalhadores, líderes populares, funcionários, cientistas e militares punidos, e demitidos no esclarecimento das mortes e desaparecimentos dos que se opuseram ao regime, na responsabilização dos que praticaram torturas e assassinatos, na revogação de todos os atos e leis repressivas e no desmantelamento do aparelho de repressão política — cresce. A proximidade da votação do projeto mesquinho e arbitrário do Governo e a greve de fome dos presos no Rio contribuem para este crescimento. Mas não são os únicos fatores que explicam o súbito recrudescimento da luta.

Para a diretoria do CBA do Rio, a ampliação da luta pela Anistia está diretamente ligada à maior mobilização e organização do movimento popular e operário.

Greve de fome, atos públicos, passeatas, apelo de sindicatos, de artistas e de intelectuais, pressões em clima dos parlamentares — todas estas formas de luta desembocaram, em fins de agosto, nas portas do Congresso onde estará sendo votada a farsa da anistia do general João Batista Figueiredo. Mas o movimento não estará restrito aos limites da Câmara e do Senado, não dependerá do servilismo de uma maioria de deputados que são, na verdade, marionetes da ditadura.

É provável, inclusive, que o projeto da anistia parcial se amplie um pouco. Iramaya Queirós Benjamim, diretora do CBA-RJ, acredita, por exemplo, que até o final do ano teremos nossos presos fora dos cárceres, todos os exilados de volta e os demitidos, excluídos, reformados, cassados e aposentados reintegrados às suas antigas funções. Restarão no entanto, os milhares de mortos e desaparecidos; restarão, intocáveis, e pronto para entrarem em ação, os órgãos de repressão política; restarão, acima da vontade do povo, a Lei de Segurança Nacional e um calhamaço de leis repressivas; restarão, impunes, os que ao longo destes 15 anos torturaram e assassinaram.

Independente da votação no Congresso, no final de agosto, a luta continua. Por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Pelo fim da ditadura militar.

Como estão os presos

Apesar dos primeiros sintomas de debilitamento físico, os presos do Rio continuam com a moral elevada, tocando a greve para frente.

Por Resende Valadares Netto

"Eles escovam os dentes todos os dias, tomam banho, alguns têm filhos e gostam de brincar com eles, outros têm pais e gestantes deles também. Têm até um gato e um papagaio, e cuidam muito bem deles. São gente mesmo." Essa teria sido a forma que um político outrora desconhecedor dos presos políticos usou para convencer a um outro, influenciado pelas acusações de "terroristas" feitas pelo governo; a fazer uma visita aos presos políticos em greve de fome no Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro.

Não só esse, mas vários outros políticos, muitos intelectuais, artistas e estudantes, além dos amigos, familiares e participantes de movimentos pela anistia — já habituados a ir ao presídio da rua Frei Caneca — estão visitando os presos políticos em greve. Os que vão a primeira vez, acostumados pela propaganda oficial a pensar que quem está na cadeia é "terrorista", se surpreendem. E não é de estranhar que explicam aos amigos o que viram da maneira como o político acima.

Quem é terrorista?

Ainda dentro do assunto, o preso Hélio da Silva teve algo a falar: "morei 29 anos numa favela. Duas de minhas irmãs, para sobreviverem, prostituíram-se e acabaram morrendo de tuberculose. Me cortaram a única forma de participação política que eu tinha, intervindo no sindicato dos ferroviários, não me deixando sair. Agora o governo diz que eu é quem sou terrorista".

Como se sentem

Diz o ex-presos Alípio de Freitas, que já participou de várias greves de fome, que nos primeiros dias se sente apenas fraqueza e fome, o organismo chega até a desintoxicar-se um pouco, mas depois de mais de uma semana começa a sentir-se mal, e depois do 15.º dia a coisa complica mais ainda. Vejamos como estão alguns dos grevistas: no final do 7.º dia:

José Roberto Gonçalves de Resende, de 36 anos, preso há 8: "estou física e psicologicamente bem, a mobilização faz com que a gente resista. Perdi 3 quilos até agora, mas estou com a cabeça boa, muito animado com todos os setores que se manifestaram. Se a gente entra derrotado, sai derrotado, nós entramos vitoriosos".

Antônio Pereira Mattos, preso há 10 anos e 5 meses: "psicologicamente estou bem, fisicamente acho que também. No primeiro e segundo dias, tive dor de cabeça, depois, sabendo que a greve é prolongada, a gente nem pensa mais em comida. Até agora, perdi 2

quilos, mas a partir do décimo dia, a gente perde quase um quilo por dia. É a terceira greve de fome que participo, as outras duraram dez e 17 dias e depois a gente só podia alimentar-se de sopa e purê de batata".

Jorge Santos Odria, preso há 11 anos: "nosso movimento é por tempo indeterminado. Faz poucos dias que começou e estou me sentindo bem, com a moral de pé".

Jorge Raimundo Júnior, preso há 9 anos e 3 meses: "estou bem, sem nenhuma alteração do quadro clínico. Psicologicamente, dentro do quadro geral de mobilização".

Perly Cipriano: "a questão da resistência, numa greve de fome, é bastante imponderável do ponto de vista físico, biológico. Do ponto de vista político, psicológico e moral a gente está bem. No conjunto, a gente está como nunca esteve e se sentindo cada vez mais fortalecido quando vê manifestações de apoio e solidariedade, como já fizermos várias entidades e pessoas. Inclusive os operários grevistas da Fiat já se solidarizaram conosco. Quanto ao quadro clínico, até agora o acompanhamento médico é só para ver a perda de peso, que está variando de um a três quilos por pessoa, e a pressão, que baixa um pouco. As dores de cabeça iniciais, provisoriamente desapareceram, não se sabe se voltarão. Só tivemos um caso de diarreia".

Manoel Henrique Ferreira, preso há 8 anos: "nos dois primeiros dias, tive muita dor de cabeça e fome. Depois tudo ficou normal e agora estou começando a sentir uma sensação de fraqueza, mas estou bem, talvez devido aos reflexos que estão tendo ali fora. Isso tem sido bastante positivo para a própria sustentação da greve".

Jesus Parede Sotto, preso há 5 anos: "pela primeira vez, a gente tem possibilidade de, como preso, ter uma participação política, contribuir com as forças que estão se movimentando. Fisicamente estou muito bem, a gente se sente útil. O caminho que escolhemos (greve de fome) é o mais penoso mas, dentro dessa conjuntura, o mais certo".

Alex Polari de Alverga, preso há 8 anos: "nessa greve, estou fisicamente melhor que nas outras, minha úlcera não se manifestou. Um pouco cansado pela quantidade de visitas. De um modo geral, tudo muito bem. Agora que vai começar o forte mesmo, com a abertura do Congresso. O caminho escolhido foi o melhor, inclusive a data para o início da greve, que possibilitou o começo das articulações antes da abertura do Congresso".



O Rio em Campanha pela anistia

I Encontro Nacional

Professores examinam suas diferenças

O 1.º Encontro Nacional dos Professores realizou-se no último fim de semana em São Paulo. Mais de 500 representantes dos mestres de todo o Brasil examinaram as diferenças regionais da categoria e aprovaram novos passos em direção à unificação das lutas. Para discussão nas bases, levantaram uma série de palavras de ordem indicativas.

Por Antonina Silveira

Aproximadamente 500 professores de vários Estados, reunidos nos dias 28 e 29 em São Paulo, discutiram questões relativas às condições de ensino e trabalho, questões conjunturais e formas de unificação do movimento a nível nacional.

O movimento dos professores que resultou no 1.º encontro nacional teve início nas últimas lutas salariais que se desenvolveram nos principais Estados e no evidente crescimento político da categoria. O que criou uma necessidade maior de intercâmbio de experiências e de fortalecimento da categoria através de uma possível unificação a nível nacional.

A incipiência do movimento determinou que as propostas fossem apenas indicativas e que o Encontro fosse aberto a todos os professores.

No primeiro dia, houve troca de informações acerca das lutas salariais e as formas de organização desenvolvidas nos Estados. A experiência mineira, uma das mais ricas do Encontro foi relatada por Luiz Soares, da direção provisória da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, entidade de oposição que surgiu no bojo das lutas salariais. Ele considera que "a greve que não afeta o sistema produtivo deve ser feita acompanhada de mobilizações políticas objetivando questionar o governo diretamente", sendo essa a forma encontrada de pôr em cheque a política governamental.

Profundas diferenças

A avaliação dos movimentos estaduais permitiu a constatação de profundas diferenças regionais em todos os níveis e em especial em relação à organização e possibilidade de mobilização da categoria. O que levou a que se questionasse o encaminhamento de algumas palavras de ordem indicativas como por exemplo a proposta de um piso salarial unificado. Outras questões que tam-

bém provocaram polêmicas dizem respeito à extinção das matérias de Estudos de Problemas Brasileiros, OSPB, e Moral e Cívica, na medida em que, isso ocorrendo, poderia implicar estreitamento do mercado de trabalho; a proposta de autonomia universitária, que não levaria em consideração o próprio caráter da universidade, e a proposta de criação da Ordem Nacional de Professores. A única via do Encontro dirigiu-se a um professor de paletó e gravata que questionou se anistia ampla, geral e irrestrita incluía "crimes de guerra". Em resposta, o plenário, em uníssono, clamou por anistia por alguns segundos, sendo esse o momento de maior vibração do Encontro.

Após longos debates, foram traçadas palavras de ordem indicativas que deverão nortear o movimento, instrumentalizando a luta em cada Estado e, também a nível indicativo, bandeiras de luta de unificação nacional. Por bandeiras de luta os professores entendem não uma plataforma acabada, mas pontos de luta a nível organizativo e reivindicatório que possam ser levados de forma unificada. Em relação às palavras de ordem houve consenso quase absoluto, o mesmo não ocorrendo no que se refere às bandeiras de luta, especialmente quanto ao caráter e data do próximo Encontro. Prevaleceu, após longo e acalorado debate, a proposta indicativa de um Congresso em Julho, precedido de um 2.º Encontro em fevereiro, que deverá incluir a proposta de um piso salarial unificado. Outras questões que tam-

representantes de cada Estado que deverá encaminhar as propostas aprovadas.

Os professores decidiram transformar o dia 15 de outubro, Dia do Professor, em "Dia Nacional de Luta pela Educação", com manifestações em todo o país, que deverão contar com a participação de pais, alunos e demais setores de trabalhadores. Um memorial de denúncia das condições salariais de trabalho e ensino será entregue às autoridades e divulgado à população.

Na opinião de Luiz Soares, da direção provisória da U.T.E. MG, o 1.º Encontro dos Professores apresentou um saldo positivo na medida em que propiciou, através da troca de informações e do contato entre hierarquias, um diagnóstico da situação do ensino no país, permitindo localizar tanto a força quanto os limites do movimento, criando assim as bases para sua articulação e unificação a nível nacional.

Um por 50

Foi também deliberado que os Estados deverão enviar um representante para cada 50 professores presentes nos encontros ou assembleias e mais um delegado para cada fração de 50. Foi organizada uma Comissão Executiva composta de três

Palavras de ordem para discussão

Palavras de ordem que deverão ser encaminhadas para discussão nas bases como um dos pontos de encaminhamento do 2.º Encontro: — mais verbas para a Educação; ensino público e gratuito para todos; aposentadoria aos 25 anos; diminuição da carga horária; piso salarial unificado; dissídio com data base unificada; contra a política educacional do governo e por uma política que atenda aos interesses da maioria da população; melhores condições de vida e de trabalho; fiscalização de verbas em projetos educacionais do governo; aumento salarial acima do aumento do custo de vida; pagamento por habilitação; hora de permanência remunerada (pagamento de janela);

pagamento do trabalho extra-classe (trabalho em casa); liberdade de organização e manifestação; direito de greve; estabilidade no emprego; contagem recíproca por tempo de serviço; anistia ampla, geral e irrestrita; reintegração automática dos professores cassados; reconhecimento dos professores do Mobral como trabalhadores de ensino; pagamento do 13.º aos professores públicos; equiparação dos inativos sem perda das vantagens adquiridas; aumento da hora atividade proporcional ao tempo de magistério; contra o arrocho salarial; repúdio à CLT; fim das demissões e punições; fim do pagamento de taxas nas escolas públicas.

O porquê da luta armada no Brasil

Chegou, enfim, a anistia que o governo anunciava como parte de suas reformas democráticas, e ela veio de tal forma a excluir, segundo Figuelredo e a grande imprensa, "os terroristas, assaltantes, sequestradores e agressores da segurança de pessoas inocentes" já condenados pela Justiça Militar. Há muitos paradoxos aparentes neste projeto, e estão todos ligados por um fio e uma lógica mais uma vez mistificados e colocados fora do alcance da grande maioria do povo brasileiro. Não posso aqui me referir a todos eles, bastando apontar, por enquanto, que acabam de ser anistiados todos os torturadores deste país, bem como o terrorismo de extrema direita que, como se sabe, nunca foram processados e condenados por uma justiça caolha e capenga. Para protegê-los o regime reconhece, enfim, a figura do crime conexo e anistia "os crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". Depois, naturalmente, a exceção para os militantes de esquerda que pegaram em armas.

Eu gostaria de discutir aqui somente este aspecto do projeto: Quem são os que ficam de fora da anistia do governo? E gostaria de discutir sob o ponto de vista dos companheiros que se incorporaram à luta nos anos recentes e que, apesar de desconhecermos esta época e seu balanço, foram profundamente influenciados por ela e pela situação que ela ajudou a criar. Pois, passados 8 anos sem poder caminhar pelas ruas do país, reconheço que, mais uma vez a memória do movimento popular foi rompida, de tal forma que as novas gerações conhecem tão somente a versão imposta pelos poderosos, vencedores do confronto, que, ainda na última década, após parte das vanguardas sociais ao poder mais forte e centralizado que tivemos em toda a nossa história.

«Protestando de início contra a política educacional do governo, acabamos por enfrentar o conjunto de um novo e poderosíssimo aparelho de estado»

Parte dos excluídos do projeto de anistia voltará breve do exílio. Quem são eles? O que aconteceu no passado recente? O que representam, efetivamente, e qual seu lugar na história da resistência? Que linha de continuidade há — e se há — entre eles e a atual oposição popular? Que balanço fazer da derrota? Este é um trabalho que ainda está por fazer. Na maioria das vezes a crítica é feita excessivamente "de fora", já que, hoje, aquelas ações armadas do início da década parecem tão distantes e quase ininteligíveis. Entretanto, para que a crítica seja eficaz e para que se compreenda porque parte expressiva das vanguardas de então assumiram aquela postura, é preciso penetrar na lógica que presidiu o processo de radicalização rápida e crescente da luta no pós-68.

A geração de militantes que "fez" 68 e a luta armada viveu de forma intensa uma nova realidade — a de uma contra-revolução ascendente e vitoriosa — e teve que se defrontar com ela sem pontos de referência sólidos dos quais pudesse extrair uma linha de continuidade. Ao contrário, também naquela época, a ruptura de 64 jogou por terra a grande maioria das referências possíveis, que fazem a memória de um movimento. Tivemos quase que começar do zero, em parte também porque fomos incapazes de resgatar criticamente o acervo já acumulado.

Foi o Movimento Estudantil quem primeiro se recompôs da derrota de 1964 e assumiu, já em 1967, formas de luta e organização mais avançadas e "massivas", adquirindo uma enorme importância (desproporcional a seu peso social real) na conjuntura de então. E o ME quando dita sua própria dinâmica, facilmente se descola da conjuntura, adquirindo uma velocidade que não corresponde à real relação de forças entre as classes fundamentais, podendo transferir esta velocidade artificial ao conjunto do movimento popular, se este o seguir. Foi o que, a grosso modo, ocorreu em 68.

Protestando, de início, contra a política educacional do governo, acabamos por enfrentar o conjunto de um novo e poderosíssimo aparelho de estado, já centralizado, e assumimos, assim, um papel político a que, inicialmente, nunca nos propusemos. Sofremos este processo mais do que fomos seus agentes.

Uma enorme parcela da sociedade brasileira que perdeu, entre 64 e 68, seus canais de expressão, estava descontente com os rumos do regime militar e sua política econômica que resolvia a crise do início da década de 60, em benefício do grande capital, com um enorme custo social não só para os trabalhadores mas também para a pequena média burguesa. Foi o ME de 68, lutando nas universidades e nas ruas, que lhes abriu oportunidades de participação, e, neste sentido (embora não fossemos um partido político) o ascenso do ME e suas formas de organização cumpriram uma função partidária, naquele momento. E o movimento não foi só estudantil: foi em 68 que ganharam força as primeiras expressões — também esmagadas — do novo movimento operário brasileiro, que colocavam na ordem do dia questões como as comissões de fábrica, a liberdade e autonomia sindical, etc.

Vivemos aí uma nova experiência de política e quase que inauguramos um novo estilo, baseado na ação dos grupos sociais enquanto tais, na representação direta destes grupos no movimento, na concepção extra-parlamentar de política, em formas de democracia direta, enfim, na colocação sem rodeios da questão da ruptura do sistema, criticando globalmente as formas tradicionais de política. Algo mais marca 1968: foi um ano em que os oprimidos reconheceram a reagir à violência, e este é um traço inaceitável para as classes dominantes, que procuram inculcar, sob a forma de preconceitos, a idéia de não reação como valor em si.

Neste sentido, e por tudo isto, embora o movimento tenha sido derrotado creio que é de fazer justiça a 68 afirmar que ele representou mais o início de algo novo do que estertores tardios, ou simples ecos (geralmente muito comuns) do velho processo encerrado radicalmente em 1964.

Na história do Brasil os poderosos, longe de cordiais, têm sido de uma selvageria impar contra qualquer expressão de independência das manifestações populares, e têm conseguido romper sistematicamente a linha de continuidade entre os diversos momentos destes movimentos no decorrer do tempo. Isto voltou a se dar entre 69/74. Nós fomos derrotados, e contribuimos para isto com inúmeros e gravíssimos erros. Mas, se não pudemos fazer melhor foi também porque "o tempo que nos foi dado viver" era, objetivamente, muito duro.

Fomos uma geração que, não por sua culpa, só conheceu um período histórico de contra-revolução e nos chocamos diretamente com ela em plena ascensão. E, fundamentalmente, não o compreendemos por trabalharmos com um quadro teórico e conceitual onde se mesclavam elementos como: a idéia de que o capitalismo brasileiro vivia uma crônica estagnação, de que a burguesia não poderia mais voltar a ter uma sólida política de massas, sendo forçada a lançar mão, de forma permanente, da ditadura militar; que o dilema, portanto, era ditadura X socialismo, de que, consequentemente, "as condições objetivas estavam dadas", faltando criar as subjetivas. A partir disto, e ainda vivendo a influência da Revolução Cubana, não é difícil ver como chegamos às idéias de que a ação decidida de uma vanguarda poderia despertar o potencial revolucionário das massas, prestes a explodir, e que a guerra de guerrilhas era a forma privilegiada de ação.

«Creio que é de fazer justiça a 68 afirmar que ele representou mais o início de algo novo do que extertores tardios, ou simples ecos, do velho processo encerrado em 1964»

A realidade era bem outra, sob todos os aspectos. Há um nítido ponto de inflexão na virada de 68/69, quando os movimentos de massas são desarticulados. 1968 é o ano do início do milagre brasileiro e da estabilização do regime sob a égide dos seus setores mais autoritários e modernizadores. A conjugação destes 2 fatores com um movimento de massas em descenso, deu a base para que a política repressiva desse certo naquele momento.

O depoimento de Cesar Queiroz Benjamim, o "menininho", "um terrorista, assaltante, sequestrador e agressor de pessoas inocentes" (sic) que, por uma casualidade jurídica, está caminhando pelas ruas do país.



Com a derrota dos movimentos sociais de 1968, e a repressão que se segue, fomos expelidos do tecido social brasileiro. Nossos erros de concepção, entretanto, não tardaram em fazer disto uma vitória, enquadrando nossa marginalidade social numa teoria revolucionária. Filhos de uma classe média em agitação, que não encontrou um operariado capaz de dar consequência ao seu radicalismo, não conseguimos entender qual era, naquele momento, a dinâmica objetiva das lutas sociais, e nem tínhamos experiência para perceber que é preciso sempre se submeter a esta dinâmica para ajudar a transformá-la por dentro. Por mais que, honestamente, o quiséssemos, não conseguimos também fixar nosso ponto de referência fundamental na classe operária. A partir daí, o que veio depois foi mera consequência.

Respondendo à vitória da contra-revolução na sociedade real com uma guerra revolucionária que só podia se desenvolver numa realidade imaginária ou marginal, deflagramos uma bola de neve que passou a refletir cada vez mais o enfrentamento de grupos (representantes de si mesmos) contra o Estado. Fomos levados a radicalizar o processo político no momento em que o adversário era muito mais forte e, pior, o fizemos à revelia da ação popular organizada. Diante do fechamento total dos canais de participação (que, num raciocínio esquerdista típico, assimilávamos à fraqueza da ditadura e das classes dominantes) e de não podermos desencadear imediatamente a guerrilha rural (estratégica) adotamos a guerrilha urbana como forma de luta e tivemos um auge que lançou, ele mesmo, as bases de um profundo impasse político-militar: breve não podíamos avançar mais, justamente por sermos guerrilha, isto é, pelas formas de organização adotadas, pelos objetivos (sempre táticos) que perseguíamos nas ações e, fundamentalmente, pelo vácuo entre nossa ação radical e o baixo nível de mobilização popular. Neste vácuo e aproveitando-se dele tanto contra nós quanto contra o povo em geral, crescia a repressão. O curioso é que sempre vivemos subjetivamente a ilusão de que a Guerrilha Urbana era uma forma de luta secundária e transitória, apesar de ela ter ocupado o centro do cenário de forma estável, o que serve para dar a dimensão da distância entre o que as coisas eram e o que nós pensávamos que fossem.

Por outro lado, a partir de certo ponto, não podíamos mais recuar, ou pelo menos, era muito mais difícil do que se pensa, pois as pontes para a sociedade estavam cortadas e a situação política precocemente radicalizada, do ponto de vista do

movimento popular. Passamos alguns anos buscando uma saída para este descompasso, e sendo massacrados. Fizemos desde muito cedo uma série de auto-críticas parciais, mas já não havia saída possível que dependesse fundamentalmente de nosso esforço. Felizmente, neste momento (mais ou menos 1972), nosso esmagamento, embora utilizado pela ultra-direita para manter uma situação de terror generalizado, quase que só a nós dizia respeito, pois todo este processo já se desenhava à margem dos verdadeiros locais da sociedade brasileira onde se gestava uma nova conjuntura política, que acabou de aflorar.

«Nossos erros de concepção, entretanto, não tardaram em fazer disto uma vitória, enquadrando nossa marginalidade social numa teoria revolucionária»

Uma sequência dos grandes fatos da guerrilha e do tipo de ações realizadas mostraria quem havia ganhado inexoravelmente a iniciativa, e como estávamos impossibilitados de "reciclar nossas baterias" devido ao isolamento social. Mas, ao mesmo tempo, no último grande golpe da repressão — localização e assassinato de Lamarca em setembro de 71 — havia também uma mostra, na composição dos quadros que ali estavam, de que tudo não foi uma grande loucura: no oeste baiano, trabalhando entre os camponeses, juntos estavam Zequinha (operário metalúrgico, um dos líderes da greve de Osasco), Saigado (líder estudantil de 68, no Rio), Lamarca (egresso da geração de militares nacionalistas das décadas de 50 e 60) e um ex-militante do PCB. O trajeto que percorrem até lá, a partir de suas diferentes origens, é muito mais do que geográfico — é político — e seu encontro naquela área é bem um símbolo do momento em que vivamos e do que foi a resistência armada, que terminou por agrupar parte importante das diversas vanguardas sociais forjadas em diferentes setores da vida nacional na década de 60.

Esta composição indica um outro aspecto pelo qual nossos erros contribuíram para enfraquecer ainda mais o que restava de aglutinação de forças a nível das classes sociais: nossos militantes agiam fora do seu meio. Breve tinham as estruturas "profissionais" separadas do corpo social, sem capacidade de simbiose com a sociedade. Por paradoxal que pareça a extrema clandestinidade nos tornava ainda mais vulneráveis às investidas repressivas, que não encontravam resposta política na sociedade mesmo diante de práticas como o uso generalizado da tortura.

Ficamos, assim, completamente "exteriores" ao sistema, vivendo como sua negação absoluta, incapazes, portanto, de realizar a política concreta que, por um longo período, se desenvolveu ainda em grande parte no interior do sistema e de seus mecanismos. Fomos escravos de uma só forma de luta: em vez de utilizar a guerrilha, nos moldamos à sua imagem e semelhança, abdicando da flexibilidade necessária a todo movimento político revolucionário. No afã de reagir contra a grande política tradicional, corrompida e ineficaz, negamos a própria política — pelo menos em aspectos centrais — e fizemos da clandestinidade um fetiche.

«Por estranho que pareça a extrema clandestinidade nos tornava mais vulneráveis às investidas da repressão»

Apesar da profundidade da nossa derrota, creio que algo pode sobreviver, pois, encontramos respostas erradas para problemas verdadeiros. A falência dos modelos políticos e teóricos tradicionais, o esgotamento do populismo, a necessidade do surgimento de novas formas de ação e pressão política etc., tudo isto era real, e nós o expressamos em certo momento. Fomos apenas sua primeira e imatura expressão.

A derrota — que pagamos com nossos próprios corpos e com nossos mortos — nos afastou do cenário e forçou a reflexão, na prisão, no exílio ou, em alguns casos, na clandestinidade forçada até hoje. Começamos a ter um passado.

E ter passado é sempre um fator de conservadorismo, ou, se quisermos, maturidade. Mas, nem que seja pela nossa juventude, não podemos ser acusados de compromissos com o passado, e talvez tenha sido esta, aliás, a única acusação de que nos poupamos nestes negros tempos em que perdemos a voz, todos nós, o conjunto da esquerda e o povo. Continuamos, entretanto, a ser pela democracia, o socialismo e a independência nacional.

Se nos excluam na Anistia não é, evidentemente, devido à nossa importância política, que não temos, e muito menos devido a crimes bárbaros, que não cometemos. O regime precisa perpetuar seus mitos para poder sobreviver algum tempo mais. O que seria da doutrina da ESG sem a "guerra interna", a "agressão subversiva" e demais conceitos que nortearam e justificaram a ação do regime? Nossa exclusão é ideológica, voltada para dentro mesmo dos aparatos do poder onde tal doutrina ainda precisa manter sua vigência por mais tempo, enquanto a sociedade brasileira a empurra inexoravelmente para o lixo da história.

Se compararmos a situação atual com a de alguns anos atrás — por mais fracos que ainda sejamos — não podemos deixar de sentir um soporo de esperança.

Novos movimentos sociais sem dúvida muito mais importantes do que aqueles em que participamos diretamente em 68, desenvolveram-se e, junto com eles, naturalmente, novas vanguardas e lideranças, e toda a sociedade está organizada como nunca esteve nas últimas décadas. O problema político mais importante

Cesar Queiroz Benjamim (o "menininho", como é conhecido), ex-militante do MR-8, foi preso em agosto de 1971. Barbaramente torturado. Tinha apenas 17 anos. Menor, portanto. Empenhado em condená-lo, a repressão burlou a sua própria lei. Artífice: Cesar foi considerado de "maioridade mental". Acatando recurso impetrado, o Supremo Tribunal Federal o absolve. Contudo, "estranhamente", talvez por "amar" demais as suas vítimas, a ditadura recusa-se a libertá-lo. Somente depois de muita pressão, o governo Geisel cede e "menininho" é libertado, após 5 anos de prisão, não no Brasil, mas em Estocolmo (Suécia). Em seu número 73 o "EM TEMPO" publica uma entrevista em que Cesar Queiroz Benjamim narra seu enfrentamento com a repressão.

que esta nova geração (perdoem meus 25 anos) está enfrentando, ao contrário do de 10 ou 15 anos atrás, já não é mais o da implantação ou estabilização de uma ditadura, mas sim o de seu esgotamento e do tipo de transição que teremos para ela. Uma nova conjuntura se abre, em grande parte devido ao esforço e à maturidade deste novo movimento popular.

Está no nosso horizonte, agora, fazer com que a transição que assistimos não seja apenas a modificação da forma de expressão das mesmas forças reacionárias que estão na origem e na sustentação do atual regime. A anistia parcial, longe de fazer decrescer as lutas que marcam a atual conjuntura, poderá aguçá-las enormemente o enfrentamento entre as forças democráticas e a estrutura ditatorial e a natureza de classe do regime, que persistem intactas. Para isto, todas as expressões dos diversos setores do movimento terão de encontrar a médio prazo uma forma política globalizadora, superando os limites sindicais e setoriais que ainda são sua principal marca, ou ele se perderá. Para isto — e mantendo esta perspectiva — é básico o fortalecimento daqueles pontos do tecido social e político da nossa sociedade em que a classe operária acumula forças e constrói um café próprio para enfrentar a nova conjuntura, pois é uma classe operária forte e com um perfil próprio que é o dado fundamental da nova frente. Sem isto ela será uma ficção.

Neste sentido, o desafio que temos agora é o da construção de uma frente democrática em novos moldes, com nova composição e forma, sepultando o MDB e resgatando parte dele. Isto é possível e viável, e dará nova qualidade ao combate anti-ditadura e contra a exploração. Esta frente que nascerá de várias vertentes, e onde a classe operária deverá ter um peso novo terá que conformar uma força política com existência real dentro das classes sociais, e, ao mesmo tempo, ter uma existência institucional, pois esta ainda é um terreno importantíssimo. Seu programa deverá ser democrático e radical, propondo o fim completo da ditadura militar, articulando o maior peso possível da participação popular neste fim de regime, garantindo as maiores liberdades políticas e sindicais para o povo e levando adiante reformas de estrutura inadiáveis em nosso país.

«Está no nosso horizonte, agora, fazer com que a transição a que assistimos não seja apenas a modificação da forma de expressão das mesmas forças reacionárias que estão na origem e na sustentação do atual regime».

Mas isto é assunto para outro artigo. Este já está extenso demais, quando deveria ser apenas algumas palavras de auto-crítica de um "terrorista, assaltante, sequestrador e agressor de pessoas inocentes" (sic) que, por uma casualidade jurídica, está caminhando pelas ruas do país.

NICARÁGUA

Há um cheiro de socialismo no ar

O governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua foi obrigado a dar mais passos do que pensava em seu programa inicial. Mas de todo modo não dá ainda para se saber ao certo o que virá.

Por Virginia Pinheiro

Enquanto os somozistas conspiram ou lamentam-se, Somoza continua sua viagem de "férias" às Bahamas em companhia de seus familiares e guarda-costas. Em sua bagagem, certamente ele não deixou de levar todos os troféus e medalhas recebidos dos governos amigos em sua longa e inacreditável carreira de ditador. Entre estes se encontra o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul outorgada a Somoza em 1971 pelo ex-presidente Emilio Garrastazu Médici. A honraria é a mesma que foi conferida em 1961 a Che Guevara pelo ex-presidente Jânio Quadros e retirada imediatamente após o golpe militar de 1964.

Indagado a respeito da possibilidade do atual governo brasileiro fazer a Somoza o mesmo que em 1964 foi feito ao Che, Bernardo Pericás, porta-voz do Itamarati, saiu pela tangente declarando que isto não seria necessário "pois Somoza não terá mais oportunidade de usar a insígnia já que não deve ter festas para ele ir". Mesmo na tangente, o argumento é discutível pois permanecem no mundo inúmeras ditaduras e instituições para receber Somoza com honras de chefe de Estado. Mas sr. Pericás certamente sabe o faz e sabe o que diz...

No entanto, o que realmente importa é que, até o momento, as coisas vão bem na Nicarágua.

Mais além do que se pensava

Pressionado pela dura realidade de um país destruído pela corrupção e pela guerra civil desencadeada pela ditadura o governo de unidade nacional foi obrigado nas primeiras medidas da reconstrução a ir além do que seu programa inicial previa.

O evento mais significativo foi, sem dúvida, a estatização do sistema bancário do país. Embora os quatro bancos estrangeiros que operam em Manágua não tenham sido

enquadrados na medida eles foram impedidos de captar recursos de depósitos populares o que objetivamente implica na sua transformação em escritórios comerciais. O importante é que a medida tenha sido tomada por unanimidade dentro da Junta Provisória quando seus integrantes constataram a situação real de falência a que os bancos haviam sido reduzidos pelo último ano da administração de Somoza.

A mesma constatação e o reconhecimento da necessidade de centralização pelo Estado dos recursos requeridos pela reconstrução nacional serviu também para abrir os debates dentro do governo de possíveis outras estatizações não previstas anteriormente. Segundo um membro da Junta, 160 empresas de Somoza já foram estatizadas. Além destas, cogita-se também as minas de ouro (que hoje são exploradas por empresas norte-americanas), as florestas, a indústria da pesca, o transporte urbano, os recursos energéticos e outros setores básicos.

Outro avanço significativo por parte da Junta de Governo refere-se à dívida externa. O programa inicial do governo provisório comprometia-se a negociar e pagar a dívida logo que a economia do país voltasse um mínimo à normalidade. Agora, também por unanimidade foi decidido que pelo menos duas delas não serão pagas: uma dívida de 4 milhões de dólares contraída pela Guarda Nacional somozista através do Banco de Desenvolvimento da Nicarágua junto a uma empresa americana e uma dívida de 3 milhões de dólares contraída pelo Ministério da Defesa de Somoza junto a uma empresa argentina. Esse dinheiro, na medida em que serviu diretamente para alimentar o prolongamento da

guerra civil foi considerado pela Junta como dinheiro roubado e não como dívida contraída. A coisa é interessante porque não deixa de ser uma pequena "subversão" das regras dos manuais da economia burguesa certamente prezadas por alguns integrantes do Governo Provisório.

O reatamento das relações com Cuba

Um terceiro fato merecedor de destaque foi o reatamento das relações com Cuba que até a semana passada fora objeto de afirmações contraditórias por parte de porta-vozes do governo nicaraguense. As relações entre os dois países haviam sido rompidas em 1961 quando o governo da Nicarágua deu seu apoio à invasão da Baía dos Porcos pela marinha americana. Além do reatamento em si, teve um certo peso as circunstâncias nas quais ele se deu. Não foi apenas uma troca de formalidades entre os dois países: o ato foi em Havana e durante as comemorações do 26.º aniversário do início da Revolução Cubana para as quais o governo da Nicarágua enviou uma delegação oficial. Estavam presentes Alfonso Robelo e Moises Hassan integrantes da Junta. Padre Ernesto Cardenal, ministro da Cultura e 23 guerrilheiros sandinistas chefiados pelos dirigentes Humberto Ortega (terceirista e irmão de Daniel Ortega da Junta de Governo), Bayardo Arce, (tendência guerra popular prolongada) e Carlos Nunez (tendência proletária). Os dois países acertaram também os termos iniciais da ajuda que Cuba vai prestar à Nicarágua: ela será sobretudo na área científica e cultural e já estão na Nicarágua 60 médicos e 45 professores que participarão do período de reconstrução.

Curiosamente, todas essas medidas que até certo ponto vão além do que o Governo de Reconstrução previa, foram anunciadas e explicadas publicamente não pelos sandinistas mas por Alfonso Robelo, justamente o empresário do governo que fez curso de pós-graduação em Economia nos EUA. Certamente isso se deve ao fato de que Robelo, mais do que qualquer outro integrante da Junta, tem condições de tranquilizar os meios empresariais nicaraguenses e mesmo certos governos do continente americano. Mas, é o próprio Robelo quem agora começa a dizer que "o processo na Nicarágua é socializante".

E de fato, superada a perplexidade dos primeiros momentos, parece ganhar cada vez mais corpo a idéia liderada pelo governo da Venezuela e apoiada pelo secretário da Defesa norte-americana Cyrus Vance, de que a melhor maneira de impedir que o processo nicaraguense se radicalize é investir na reconstrução do país impedindo que ele tenha de alinhar automaticamente com o bloco socialista como aconteceu com Cuba há 20 anos atrás. Entretanto, se o raciocínio é correto ele não traz em princípio, nenhuma garantia de que vai dar certo. E é por isso que até o momento a coisa está muito mais ao nível das declarações do que das medidas concretas. De qualquer maneira a situação para a Nicarágua é muito mais cômoda do que foi para Cuba no passado desde que ela consiga manter indefinidamente a posição de aceitar toda e qualquer ajuda.

A força dos sandinistas

Por outro lado, os sandinistas de cuja atuação depende o futuro da Nicarágua, estão convencidos de que sua força se sustenta em três pilares básicos: em sua unidade, na mobilização popular que consigam promover e nas armas.



Robelo com Fidel em Cuba

Quanto ao primeiro, na medida em que eles têm sido extremamente cautelosos para não expor divergências, torna-se muito difícil avaliar suas possibilidades. De todo modo dá para se notar um fato curioso: todas as representações sandinistas são paritárias e não proporcionais, entre as três tendências. E assim que a Direção Nacional Unificada da FSLN é composta por três membros de cada tendência, num total de 9 membros. O mesmo ocorre agora na reestruturação militar para os comandos militares e para o Estado Maior do Exército. E este tem sido o critério de todas as embaixadas que eles promovem e como aconteceu recentemente em sua visita oficial a Cuba. A única exceção é a representação junto ao próprio Governo Provisório onde os terceiristas predominam. Mas isso é explicado como tática política na medida em que os terceiristas são mais bem aceitos pelos setores burgueses que participam do governo de unidade e que foram cultivados por eles nos últimos dois anos. E quanto a isso, o argumento dos sandinistas é de que se trata de um governo provisório.

Em relação à mobilização popular parece que a constituição dos Comitês de Defesa Civil inspirados nos Comitês de Defesa da Revolução de Cuba tem sido um sucesso absoluto embora o seu funcionamento ainda esteja sendo meio anárquico dadas as condições caóticas de todo

o país. Mas eles têm assumido tarefas extremamente importantes como a distribuição de alimentos, a localização dos desaparecidos, o controle do trânsito, o controle do consumo de energia, o reparo das casas destruídas e até a ocupação de fábricas abandonadas pelos proprietários. Em algumas cidades eles têm organizado eleições e assumido a gestão dos serviços públicos. Eles constituem na verdade embriões de um poder alternativo capaz de garantir as conquistas da revolução e de levá-la adiante, desde que consigam elevar o seu grau de consciência a níveis muito superiores através de formas cada vez mais democráticas de organização e de participação.

Quanto às armas, parece que eles não estão pensando em entregá-las para ninguém, o que é um bom sinal. Mas que tipo de exército está sendo formado e que relação ele terá com a população civil, ainda é uma interrogação sem resposta.

Porém o que tem caracterizado os sandinistas até o momento, desde a derrubada da ditadura, é um certo pragmatismo político. Eles vêm sistematicamente se abstendo de discutir e se posicionar sobre as questões mais gerais se limitando exclusivamente às tarefas concretas mais imediatas. De qualquer maneira essa é uma situação que não vai permanecer por muito tempo. E então, os rumos da revolução nicaraguense ficarão mais claros.

Afinal, que é uma "República Islâmica"?

No "regime islâmico", o poder é exercido diretamente por Deus: aos mortais, cabe interpretar suas leis, administrar segundo seus designios. Por esta razão a condição básica para ser governante é conhecer a fundo o Corão.

Na semana passada, o aiatolá Khomeiny voltou a provocar espanto generalizado, quando investiu contra a música popular, acusada de ser o "ópio do povo". Além disso, determinou que a política fiscalizasse a observância por toda a população do RAMADAN, o mês sagrado muçulmano. Além da obrigação do jejum durante o dia, da proibição de relações sexuais, e outras medidas, isto incluiu o fechamento dos teatros, cinemas e outros centros de diversões, e a obrigação de que o rádio e a televisão criassem uma "atmosfera islâmica", podendo apresentar 57 músicas.

A primeira medida obscurantista foi a imposição do uso de um véu, o chador, às mulheres. A onda prosseguiu com a proibição de greves, "contra-rias à revolução islâmica", com a manutenção da repressão das minorias nacionais, com medidas bárbaras como o fuzilamento de pessoas acusadas de homossexualismo ou prostituição, com um referendo sobre o regime onde os eleitores eram convidados a escolher entre a monarquia (que tinham acabado de derrubar, numa luta heróica) e a "República Islâmica", que ninguém sabia o que era.

A imprensa conservadora delta e rola a cada uma das esquisitices do aiatolá, lembrando clinicamente que o xá pelo menos exerciu um despotismo esclarecido, pelo menos vivia no século XX, apesar do caráter sangüinário de seu regime. O próprio Reza Pahlevi, impudicamente, resolveu dar declarações para (agora) lamentar a repressão exercida contra o povo.

No entanto, a questão é séria. Que significa "República Islâmica"? Para onde o governo e Khomeiny querem levar o país?

No máximo "tolerância" para as minorias

Outra questão que Khomeiny aborda é a ação dos ministérios: "Sendo o que, em um regime islâmico, apenas Deus tem o poder de legislar, a Assembléia Legislativa — tradicionalmente um dos três pilares do governo — deve ser substituída por uma assembléia de planificação. Esta terá a função de planificar a ação dos ministérios no quadro das leis divinas e de zelar para que esses planos sejam aplicados em escala nacional no sentido do bem-estar social".

Finalmente, não basta que o aparelho judiciário interprete as leis divinas, e que o executivo atue no quadro das mesmas leis. Estes aparelhos precisam de uma coordenação, já que representam na verdade apenas um poder, "o poder de Deus". Não há nenhuma "independência dos poderes", no sentido caro à tradição liberal. No cume do poder temporal se encontra a maior autoridade religiosa, o imã, guia espiritual do povo. Deus confia o poder a quem ele julga pela comunidade xilita como o mais apto a governá-la. Fica claro, portanto, sobre que base o maior detentor do poder hoje no Irã é o aiatolá Khomeiny, e não o governo de Mehdi Barzagan.

Outra questão decisiva é a da atitude com relação às minorias nacionais ou outros grupos não xilitas. Para as primeiras, o máximo que a República Islâmica pode conceder é "tolerância". Segundo Khomeiny, "As minorias religiosas não participarão da defesa do país, pagarão um pequeno imposto sobre a renda, mas serão dispensadas de impostos sobre certos bens reservados aos xilitas". Seriam cidadãos de segunda classe. Não é de espantar que um dos maiores problemas que o regime iraniano tem enfrentado seja exatamente o da rebelião dessas minorias.

Quanto a outros não religiosos, como os marxistas, a solução apresen-

tada por Khomeiny é mais drástica. "De maneira geral, não existem. São crianças que nada conhecem da sociedade iraniana nem da dimensão espiritual do islã. São utilizados pelo xá ou caíram para o lado da URSS por causa do regime do xá". "Se os comunistas querem verdadeiramente trabalhar para o povo, devem querer uma república islâmica. Todos os que amam este país e o querem independente e estável devem querer a república islâmica".

Apenas um partido o de Deus

Uma iniciativa tomada no sentido de garantir o poder para os defensores da linha de Khomeiny — a ala

"integrista" do movimento islâmico — foi a constituição, em março, do "Partido da República Islâmica", liderado pelo aiatolá Behechti. Esse partido tenta, como seu próprio nome indica, impor-se como o partido único. Caracteriza-se por um anti-comunismo extremado e por uma demagogia populista. Recruta seus adeptos entre os fanáticos religiosos das camadas mais miseráveis. Tem, o que é uma consequência óbvia da filosofia khomeinista, uma hostilidade total à democracia. Um de seus slogans é "existe apenas um partido, o partido de Deus". Essas características — forte demagogia populista, recrutamento de adeptos fundamentalmente em camadas marginais da sociedade, pauperizadas e deses-

peradas, pretensão de tornar-se o partido único — não são uma novidade histórica. Não é sem razão que a esquerda iraniana considera o "Partido da República Islâmica" um "verdadeiro partido fascista".

Características marcadamente fascistas estão presentes também nos "Comitês Khomeiny". São organizações nomeadas pelo "Conselho da Revolução", nomeado por sua vez pelo próprio Khomeiny. Tem-se enfrentado com todas as tentativas de organização independente da massa — sindicatos independentes, comitês de auto-organização —, ao mesmo tempo que exercem funções de administração municipal em algumas cidades. Utilizam-se de violência contra a esquerda, expulsam seus militantes das empresas, sob a acusação de terem "trabalhado contra a religião". Têm membros declaradamente de direita, e mesmo elementos que pertenceram à SAVAK — a polícia política do xá.

Por outro lado, esses "Comitês Khomeiny" guardam importantes contradições internas, e são em alguma medida resultado da mobilização popular. Há ainda uma distância que os separa de serem organizações caracteristicamente fascistas.

Um fato importante que limita a ação dos "khomeinistas" é que não gozam do monopólio do movimento religioso, embora sejam no momento a força mais importante. No fim de abril, o aiatolá Charlat-Madari criou o "Partido da República do Povo Muçulmano", que reúne os molás mais moderados. Além disso, como é originário da província de língua turca de Azerbaidjã, tem nela um apoio largamente majoritário.

Contra a eleição dos dirigentes

Fazem ainda parte do movimento islâmico, embora na sua extrema esquerda, os guerrilheiros da organização dos moujadsins do povo. Desempenham um papel de relevo na luta contra a ditadura do xá, e granjearam um enorme prestígio entre a juventude operária urbana. São partidários de uma sociedade sem classes, lutam contra o imperialismo e o capitalismo. Colocam-se simbolicamente sob o comando do aiatolá Talegani, uma autoridade religiosa liberal, próximo da esquerda e dos meios intelectuais. Mas a situação dos moujadsins é delicada, dada sua dupla condição de membros do movimento muçulmano e da esquerda. Isto ficou claro durante o referendo a respeito da "República Islâmica" manobra anti-democrática realizada pelo governo para se legitimar. Criticaram o caráter fraudulento da votação, mas como eram favoráveis à "República Islâmica", não puderam tomar nenhuma posição clara.

Com relação aos extremistas religiosos

Difere também da filosofia de Khomeiny a orientação do chefe do governo, Mehdi Barzagan. Ele representa a ala dos muçulmanos leigos, membros de uma tecnocracia, e de uma burguesia "esclarecida". Exerce uma influência moderadora, e é para ele que se voltam as esperanças de todos aqueles que colaboram com o xá e querem encontrar um lugar no novo regime. De fato, seu papel tem sido fundamental na luta para manter o aparelho de Estado funcionando, estabelecendo o respeito à sua autoridade. Interviu pessoalmente contra os que queriam organizar os trabalhadores em "comitês revolucionários", ou eleger dirigentes pela base. Segundo explicou, todos podem fazer sugestões, mas as decisões cabem à autoridade responsável.

Um "banco islâmico" não cobra juros

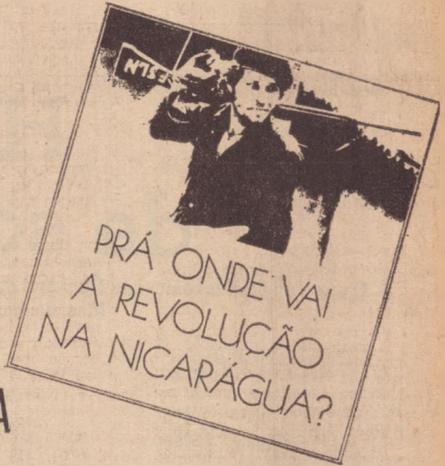
Barzagan tem uma proposta econômica razoavelmente clara. Defende a estatização dos setores-chave da economia (petróleo, petroquímica, gás, aço), mas reserva um grande espaço para os capitais privados, e não recusa as leis econômicas do capitalismo. Já Khomeiny pensa de outra maneira. Recusa o capitalismo e o socialismo. Preza o primado da moral sobre a economia, do espiritual sobre o material. Também no terreno da economia devem prevalecer as leis divinas.

Assim, lança ataques virulentos contra os comerciantes que vendem caro; deu a ordem de criar um "banco islâmico" que, segundo o que reza o Corão, não emprestaria dinheiro a juros. Previne a todos contra os lucros ilícitos. Para o povo, oferece o exemplo do seu ascetismo. Desgraçadamente, essas diretivas não são capazes de resolver em nada problemas como o dos quatro milhões de desempregados.

O papel progressista desempenhado por Khomeiny por sua férrea luta contra o xá já se esgotou completamente, representa agora o conservadorismo extremo do Irã. Felizmente, diversos obstáculos se colocam no seu caminho. Além das divergências internas do governo e do movimento islâmico, existe uma oposição liberal e de esquerda que cresce com o desgaste provocado por suas medidas autocráticas, e sobretudo por sua incapacidade em dar uma resposta aos problemas mais graves que o país enfrenta. Uma coisa é conseguir unir o povo, agitando o Corão, para lutar contra uma opressão secular. Outra muito diferente é ser capaz de apontar um rumo. Se até há pouco a revolução iraniana caminhou com Khomeiny, agora esse sonho acabou.



A burguesia não está no poder, simplesmente participa do governo



A MASSA

COMEMORA EM MANÁGUA

É o que declara um dos membros da Coordenação Sandinista do Panamá, ligado à Tendência Guerra Popular Prolongada — GPP da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Em entrevista exclusiva para EM TEMPO, concedida a nosso repórter na cidade do Panamá, o dirigente nicaraguense, preocupado em não se caracterizar como comunista, não abre muito o jogo na discussão sobre os destinos da revolução na Nicarágua. Pelo menos a princípio. Mas pouco a pouco, ao longo da conversa, o exame da realidade vai impondo a lógica das transformações sociais que se encontram na ordem do dia após a derrubada de Somoza. O caminho para o socialismo? Dentro de alguns meses o desenrolar do processo responderá a estas interrogações, responde finalmente o sandinista.

Por Camilo Guerra

— Como e quando se formou a FSLN?

— Ela se formou em julho de 1961 como uma fusão de diferentes setores sociais que concordavam politicamente: setores estudantis, operários, ex-combatentes do exército de Sandino e setores intelectuais e profissionais. Inicialmente ela se chamou Frente de Libertação Nacional e em 1963 Frente Sandinista de Libertação Nacional. Em seu nascimento a Frente parte de dois princípios mínimos: o anti-somozismo e o anti-imperialismo e o método da luta armada para a derrubada da ditadura. Ela passou por várias etapas como o basismo e o foquismo até que conseguiu formular uma estratégia geral muito bem definida por meio de um programa e de um estatuto. Isto aconteceu em 1969 quando se estruturou um secretariado geral e uma direção nacional da organização. Ela sempre foi, desde o seu nascimento, uma organização única, embora se chamasse Frente.

— Este se manteve até o ano de 1976 quando surgiram as tendências dentro do sandinismo. Estas tendências passaram a polemizar com a linha tradicional da FSLN, a estratégia da guerra popular prolongada, GPP, que partira da colocação de que o inimigo histórico e principal era o imperialismo norte-americano e o inimigo imediato, a ditadura somozista.

Os sandinistas não são uma frente; são uma organização única com 3 tendências internas

Neste ano surge então a Tendência Proletária que parte da colocação de que para o triunfo da revolução nicaraguense era necessário que a FSLN se constituísse em partido proletário, marxista-leninista. E a tendência tercerista, que parte de uma tese insurrecional — o seu nome inclusive era Tendência Insurrecional — mas passou a ser chamada tercerista porque nascia como uma terceira força dentro do sandinismo. Ela dava um valor estratégico para a insurreição como passo para destruir a ditadura, mantendo uma aliança inclusive com o predomínio de setores da burguesia, permitindo a abertura de uma etapa democrático-popular que possibilitasse a formulação de Plano político para impulsar o processo social.

Essas são em geral as três tendências formadas dentro do sandinismo, porém, nenhuma delas com formulações acabadas. Essa divisão permaneceu até o ano de 1978.

— Mas todas essas posições foram sofrendo, por pressão mesma da realidade, transformações, e caminharam para a unidade expressa num programa geral que permitiu a insurreição vitoriosa agora na Nicarágua. A unidade se deu também na constituição de uma direção nacional única com delegados das três tendências. Ela é constituída por nove membros, três de cada tendência.

— A FSLN possui um organismo político e um organismo militar distintos e separados entre si?

— Não. A direção nacional conjunta é um órgão de direção político e militar. Recentemente se deu a formação do Estado Maior sandinista constituído pela representação das diferentes frentes de combate que têm uma divisão geográfica: a frente norte, frente sul, frente ocidental, frente oriental e Estado Maior da Insurreição. Mas o Estado Maior tem uma função executiva, isto é, as diretrizes políticas e militares vêm da direção nacional conjunta.

— Qual é a principal base social de apoio dos sandinistas?

— A maior massa que existe na Nicarágua é o semi-proletariado agrícola. Trabalham como proletá-

rios agrícolas nas épocas de colheita e sob formas semi-feudais de colonato ou como pequenos proprietários no resto do ano. Há ainda uma enorme massa de operários agrícolas que trabalham nas safras e passam o resto do ano desempregados. A classe operária industrial é minoritária mesmo porque o processo de industrialização no país é muito recente. Todos esses segmentos de classe participaram ativamente e deram seu apoio à FSLN através principalmente das organizações políticas que chamamos intermediárias. Intermediárias porque fazem a ligação entre a vanguarda e a massa.

— O MPU (Movimento Povo Unido), a frente de massas sandinistas. A FSLN como tal se faz sentir por suas ações militares, mas sua linha política e sua linha de mobilização se expressam na frente de massas. No MPU predomina o sandinismo embora tenha também os comunistas e os socialistas. Ela é uma frente de esquerda que se formou em oposição à frente burguesa que era a Frente Ampla Opositora.

— O MPU, tinha um programa classista. Classista porém de transição democrática. Não era um programa marxista nem socialista. — E para ser mais claro, podemos dizer que era um programa reformista, dizer certo ponto.

— O que significa ser anti-imperialista para os sandinistas?

— Na Nicarágua não se podia ser anti-somozista sem ser anti-imperialista. A ditadura de Somoza tem seu nascimento na essência mesma do imperialismo. Ela é uma criação do imperialismo americano, é um método de domínio do imperialismo.

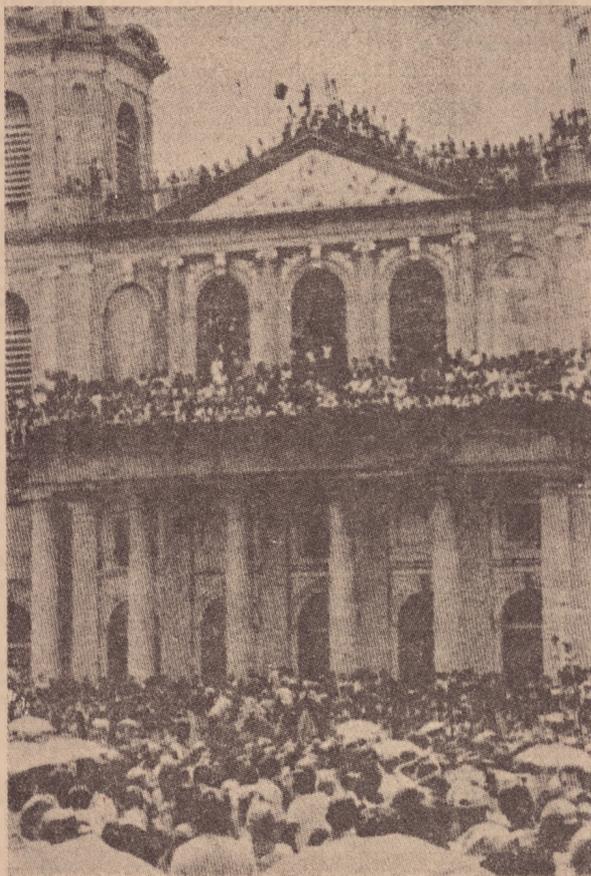
— Existem forças da burguesia que passaram quarenta anos enfrentando a ditadura por via diversa. Conspiraram dentro do exército, conspiraram pela via de intrigas políticas a nível palaciano, conformaram planos políticos de massa, conformaram partidos políticos de oposição. Viam o somozismo como o fenômeno de um tirano. É claro que essa maneira de ver está determinada por interesses políticos de classe. São os sandinistas e os revolucionários colocavam a questão do imperialismo da maneira como me referi acima. Isso inclusive explica o nome da organização: Sandino é um exemplo de anti-imperialismo para a América, não só para a Nicarágua.

— E foram os sandinistas que usaram o nome de Sandino desde o seu nascimento, quando ninguém se atrevia a tomar o nome de Sandino.

O MPU tem um programa classista, se bem que reformista

— Para ser sandinista não precisa ser marxista-leninista mas precisa ser classista. Inclusive Sandino tem paixões políticas muito pouco conhecidas.

— Ele colocava por exemplo que a base da soberania nacional tinha que ser popular porque só os operários e camponeses podiam garantir a verdadeira essência da identidade nacional. A burguesia não. Inclusive ele combateu aos partidos tradicionais liberais e conservadores. As tradições de luta anti-imperialista na Nicarágua são inéditas na América Latina. A Nicarágua já passou por três guerras anti-imperialistas. Seu território foi ocupado por marinheiros norte-americanos desde o ano de 1909 até 1925 e do ano de 1926 até o ano 1933. No século passado um dos primeiros países que foi vítima da rapina imperialista foi a Nicarágua por causa de sua posição geográfica e estratégica. A presença do imperialismo na Nicarágua mutilou o desenvolvimento social do país. Não permitiu a formação de uma bur-



EM TEMPO:

2 A 8 DE AGOSTO DE 1979 — N.º 75

guesla sólida, criou uma burguesia muito dependente do imperialismo.

— Existe algum setor da burguesia nicaraguense que você considere anti-imperialista no sentido sandinista? Que fuja da caracterização acima?

— Não. A burguesia nicaraguense entrou em choque com a ditadura por um problema de capitais. Desde 1930 quando se inicia o processo de desenvolvimento capitalista na Nicarágua, deslocando os antigos setores dominantes os interesses conflitantes, como em toda a América Latina, ficaram mais ou menos amortecidos. A contradição de setores da burguesia com o somozismo só se transformou numa verdadeira crise a partir do terremoto de Managua que criou uma série de crise econômica e social.

— O que caracterizava então o somozismo era sua intransigência, sua inflexibilidade e sua ferocidade. Ele não permitiu uma alternativa política de substituição a si próprio que interessasse ao imperialismo. A única força política burguesa de substituição a ele era precisamente Chamorro que foi eliminado.

A única alternativa burguesa era Chamorro. Mas ele morreu.

— A que você atribui a vitória dos sandinistas?

— O sandinismo foi muito hábil politicamente. Soube formular uma política muito ampla de alianças. Teve uma flexibilidade tática muito grande somada a uma grande combatividade. Conseguiu além do mais conservar a unidade das forças revolucionárias. O povo nicaraguense legitimou a via armada. Ele nunca conheceu em toda a sua história a resolução de nenhum problema por via eleitoral. Os setores revolucionários se apresentaram como uma alternativa real à ditadura.

— Quais são os objetivos imediatos dos sandinistas agora que a ditadura foi derrubada?

— A reconstrução nacional em termos populares, o que significa o cumprimento do programa sandinista, do programa do MPU. Isto significa criar um governo popular. Será necessário, possivelmente, recorrer a uma via democrática para consolidar o processo. Ninguém descartou a possibilidade de uma votação na Nicarágua. E se a FSLN se apresenta na arena eleitoral haverá alguma força capaz de nos ganhar eleitoralmente? Esse processo poderá servir inclusive para dar validade e legitimar um processo de transformações sociais mais profundas que virão em continuação desse.

— Este programa da FSLN não é o mesmo da Junta Provisória. Existem diferentes casos? Como você os situaria?

— São programas diferentes. O programa da FSLN coloca reivindicações sociais muito claras com as quais a FAO, por exemplo, não con-

corda. O programa do governo foi elaborado por diferentes forças. Dentro dele a FSLN busca fazer com que os interesses populares prevaleçam. Mas o programa atual é a expressão de alianças sociais e políticas, é um programa misto.

— Mas o que é mais importante: os sandinistas deixaram claro que este é um governo provisório. Ele tem um caráter pro-vi-só-rio. Seu período estará determinado: poderá ser de dois, três ou quatro anos. E no momento de se decidir sobre o fim desse governo, o sandinismo terá a autoridade moral, a autoridade política, a organização popular e... as armas.

— Até onde você espera que ira a unidade das forças que compõem a Junta de Governo?

— Até onde começarem a se chocar os interesses de classe, entre a alternativa burguesa e a alternativa popular. Nós costumamos dizer que este governo está pregado com chiclets. Ele é provisório. O

— E como essas contradições de classe serão resolvidas?

— Bem, elas serão resolvidas no dia em que uma das classes cala... Alguém ganhará a batalha.

— E a unidade dentro da FSLN, você acredita que ela se manterá durante esse período de choque com a burguesia, ou tenderá também à se desintegrar?

— Nós acreditamos que se manterá. Inclusive existe a orientação de formar um exército, um só aparelho político, dissolvendo as tendências. É claro que dentro da FSLN existe uma hegemonia política que é dada pelo trabalho de massa. Por isso acreditamos na unidade no momento em que estiverem em confronto as alternativas revolucionárias e as alternativas não revolucionárias. Nós sabemos que se essa unidade não se der a batalha popular será perdida para a burguesia. Por isso seremos intransigentes com qualquer tendência divisionária ou fracionista.

O governo atual é pro-vi-só-rio. Os sandinistas é que detêm a autoridade moral, política, a organização popular e... as armas.

— Você acha possível que as forças não revolucionárias que contribuíram para a derrubada da ditadura consigam articular uma alternativa não socialista para a Nicarágua e possam contar para isso com o apoio do imperialismo?

— É possível. O imperialismo pode perder tudo, ou perder uma grande parte, ou perder uma parte. O imperialismo vai certamente procurar dividir o sandinismo e dividir o governo de reconstrução nacional. E para isso vai usar diferentes meios de penetração.

— Que meios, por exemplo?

— Por exemplo, fortalecer economicamente certos setores da burguesia para levantar rapidamente o país; tirá-lo rapidamente do caos social em que se encontra para limpar o terreno de ação política da burguesia. O imperialismo investiu milhões na Nicarágua, a social-democracia investiu milhões. E há que se lembrar que existe uma massa faminta, desempregada, destruída socialmente. Isso dependerá do trabalho político nessa massa e das reivindicações anti-imperialistas que ela possa levantar. E mais, que essas reivindicações levem a patente sandinista para que fique claro que, o que as massas ganham na Nicarágua está sendo conquistado pelos sandinistas.

— Mas há ainda uma coisa importante. Até o dia de hoje, a Junta de Reconstrução Nacional tem mantido sua independência diante do imperialismo e caminha com o sandinismo. Isso pode provocar um outro fenômeno: que o imperialismo tenha de enfrentar em bloco a todas essas forças, o que fortalecerá muito a alternativa revolucionária e dificultará muito a ação do imperialismo.

— A transição para o socialismo na Nicarágua é vista pelos sandinistas como um processo longo, demorado ou é um processo mais imediato?

— Nós acreditamos que nos próximos dois ou três meses muitas interrogações desse tipo serão respondidas. Até agora, as primeiras medidas foram bem. O que vem pela frente não sabemos. Nosso programa é um programa de revolução popular e não um programa socialista. Porém um programa popular que derrube as alternativas reformistas.

A transição para o socialismo? Nes próximos 2 ou 3 meses muitas interrogações serão respondidas.

— Imediatamente nós acreditamos que o verdadeiro confronto será dado pela questão agrária que até o momento não foi tocada. Pelo momento pode se reconstruir uma boa parte da economia nacional a partir dos bens de Somoza. Mas a colocação de uma etapa superior vai tocar outras questões. O problema agrário vai ser fundamental.

— E o que é o programa agrário na Nicarágua?

— As grandes plantações de algodão e de café são do capital nacional. O imperialismo domina a comercialização desses produtos. Nas terras de Somoza tem algodão e muito pouco café.

— A fonte de divisas principal é o café. A reconstrução nacional terá de tocar primeiro nas terras de Somoza que são grandes. Elas já foram declaradas patrimônio nacional mas não foi especificado um mecanismo claro de como serão exploradas. Como um arranque para a reconstrução nacional já é um bom ponto de partida. A outra questão que já está acertada é quanto ao capital financeiro: os bancos serão nacionalizados.

— Você disse que a principal base social dos sandinistas estava no semiproletariado agrícola. Que reivindicações esse segmento social tem e como ele será atendido?

— Para eles está sendo entregue terras em litígio e terras despoçadas que tinham sido usurpadas pelos latifundiários mas tinham seus legítimos donos. Existe no caso a casualidade de que todos esses latifundiários eram somozistas. Então não haverá muito problema. Várias dessas terras já foram devolvidas, por exemplo, para as comunidades indígenas.

— Em Leon, a primeira cidade que foi liberada, portanto há mais de um mês as terras foram devolvidas para os legítimos donos. E eu pergunto: quem tira eles de lá hoje?

— E para os trabalhadores urbanos, quais as soluções imediatas?

— Alguns setores básicos, por exemplo, o setor de alimentos, por causa da situação de emergência, foram ocupados militarmente nas

— cidades libertadas e voltaram a produzir. Mas é uma situação provisória sem respaldo da lei. Não sei como isso ficará mas, de fato, já estão nas mãos do povo. Não sei se o irão ampliar, se o irão devolver...

— Qual a garantia fundamental para a continuidade do processo revolucionário?

— A unidade das forças revolucionárias através do poder popular organizado nos comitês de defesa civil, nos comitês sandinistas, comitês de ação popular, que funcionam já em quase todo o território nacional, inclusive por quadras, algo assim como os Comitês de Defesa da Revolução em Cuba. Algum partido terá de ser fundado. Será necessário diferenciar o aparelho de massas e o aparelho militar da FSLN. Hoje está funcionando assim: os comitês de defesa civil e as milícias sandinistas, mas isso não poderá ficar sempre assim. A tendência é de criar um exército profissional licenciando a maior parte das milícias. Mas esse licenciamento será em íntima relação com o declínio de posição contra-revolucionária que existe entre os remanescentes do somozismo.

— A FSLN pode vir a perder o controle do seu exército, recriando-se um exército tradicional?

— Isso é muito difícil.

— E os sandinistas pretendem que o povo continue de armas na mão durante esse período de reconstrução?

— Não estamos pensando em depor armas de ninguém nunca. Mas a construção de um exército permanente é outro problema. Ele precisará inclusive de assessoria militar. E quanto a isso, a única coisa que está garantida é que essa assessoria não vai ser yanque. Pode ser de qualquer outro lugar menos dos EUA.

— Como os sandinistas vêem o processo revolucionário na América Latina?

— Nós acreditamos que a vitória sandinista fortalece a esquerda revolucionária e a alternativa latino-americana. Por que já tinha virado lugar comum ouvir que a derrubada das ditaduras, dos governos fascistas, dos governos militares, não podia ser pela via armada e Cuba tinha sido uma exceção. O que cabe perguntar agora é o seguinte: toda regra tem uma exceção mas não duas. Então, esse lugar comum tem de ser revisto. A Nicarágua então traz, e vai trazer na medida em que o processo avança, uma experiência importante e ser assimilada e discutida pela esquerda latino-americana.

— Já na América Central acreditamos que a repercussão vai ser muito grande.

Os comitês sandinistas se organizam por quase todo o território nacional; algo assim como os Comitês de Defesa da Revolução em Cuba.

— A cabeça dessas ditaduras era o Somozismo. Caiu a cabeça. O imperialismo se encontra então numa situação difícil, porque de todas essas ditaduras que ele apoiava a Nicarágua era a mais estável. Agora a coisa vai se complicar sobretudo em Honduras e na Guatemala. Além do mais o imperialismo hoje está muito mais debilitado do que em conjunturas passadas. Ele vive uma profunda crise e isso favorece as alternativas revolucionárias.

— Quer dizer que você é otimista quanto ao futuro, mesmo que na Nicarágua hoje a burguesia participe do poder?

— Sim eu sou otimista. Além do mais, a burguesia hoje na Nicarágua participa do governo, tem uma parte do governo mas não tem e não participa do poder. A vitória vai ser povo.